

E R R A T A

P.	§	Linha	Onde se lê	Leia-se
4	3º	2	é herança	é a herança
4	3º	6	explica	explicam
7	5º	2	gera	geram
9	4º	1 e 2		eliminar: através de aparatos materiais
12	3º	2	mecânicos, novos	mecânicos, de novos
12	3º	3	e na	e à
23	3º	5	e atraso	e o atraso
25	1º	5	se impõe à	se impõe a
26	2º	5	encarregou-se	encarregaram-se
30	4º	4	e o aumento	suscitando o aumento
33	3º	1	constitui	constituiu
39	3º	10	tornar-se "doutor"	tornarem-se "doutores"
42	3º	10	ao mesmo	ao menos
43	4º	3	estaduais são	estaduais. São
50	3º	1	diferem os	diferem dos
50	5º	2	foram deste	fora deste
52	1º	3	populares - particulares	popular - particular
78	4º	2	é ainda	foi ainda
78	5º	1	criaram-se	criou-se
82	9º	3	extinta de	extinta em
84	2º	2	te diretamente	tia diretamente
85	3º	5	reforça	reforçam
86	5º	5	A relatório	O relatório
93	5º	5	de não ter	de ter
93	5º	6	do aumentada	do pouco aumentada
95	3º	1	escola	escala
95	3º	2	prerrogativas de	prerrogativas da
99	2º	2	herança cultura	herança de cultura

Tabelas

P.	Tab.	Linha	Onde se lê	Leia-se
56	1	5	112	122
56	1	última	370 633	380 644
57	2	título	1980/1930 e que ainda existem	1890/1930 e que existiam até 1976
62	3	fonte(1)	Anexo 4	(22:33)
62	3	fonte(2)	dos anexos 4 e 5	do anexo 4
63	4			acrescente-se "Fonte da população urbana (37:62)"
80	3	última(4a. coluna)	11,4	22,9

Quadros

P.	Quad.	Linha	Onde se lê	Leia-se
73	I	1	1901/19	1910/19
73	I	PA(1900/09)	Homens e Letras	Homens de Letras
73	I	DF(1920/30)	Teorologia	Meteorologia
74	I	1	1901/19	1910/19
74	I	SP(1910/19)	Feosófica	Teosófica
77	I	1	1901/19	1910/19

Sônia de Conti Gomes

BIBLIOTECAS E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA
FATORES SÓCIO-CULTURAIS QUE ATUARAM
NA CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECAS DE 1890 A 1930

Dissertação de Mestrado
apresentada como requisito parcial
para obtenção do *Grau de Mestre*,
no Curso de Pós-Graduação
em Administração de Bibliotecas
da Escola de Biblioteconomia da UFMG

Orientador : *Profa. Maria Martha de Carvalho*

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Belo Horizonte

1981

6746 241

AGRADECIMENTOS

A todos que colaboraram de alguma forma para a realização desta dissertação, deixo aqui meus agradecimentos:

- À Profa. Maria Martha de Carvalho, por sua orientação e incentivo.

- Aos professores e funcionários da Escola de Biblioteconomia, pelo apoio e colaboração.

- A José Maria, que, com seu auxílio e estímulo constantes, representou uma força que não me permitiu retroceder.

- A meus filhos e minha mãe, que colaboraram não só com seu trabalho, mas também com sua compreensão e paciência em me suportar tanto tempo em "fase de elaboração de dissertação".

- A Maria Helena Michel que, com tanta boa vontade e eficiência, datilografou este trabalho.

- A Eliedir e Ione, pelo auxílio na datilografia.

SUMÁRIO

	Página
- Agradecimentos	I
- Lista de Gráficos, Mapas, Quadros e Tabelas	II
- Lista de Abreviaturas e Siglas	III
- Resumo	IV
- Abstract	V
- Introdução	1
1 . A ABORDAGEM TEÓRICA	3
1.1 - Justificativa	3
1.2 - Referencial Teórico	4
1.3 - Teoria da Evolução Sócio-Cultural Brasileira	9
2 . FATORES SÓCIO-CULTURAIS ATUANTES NA CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS	17
3 . ASPECTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	23
3.1 - Os Sistemas Político e Econômico	23
3.2 - O Sistema Social	32
3.3 - O Sistema Educacional	36
3.4 - A Imprensa, a Literatura e o Livro	44
4 . BIBLIOTECAS CRIADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	49
4.1 - Metodologia	49
4.2 - Análise dos Dados	53
4.3 - Informações dos Documentos	80
4.4 - Comentários	91
5 . BIBLIOTECAS E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA - CONCLUSÕES	98
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXOS	106

LISTA DE GRÁFICOS, MAPA, QUADROS E TABELAS

	Página
<i>Gráficos</i>	
1 . Representação do Número de Bibliotecas da Primeira República, Segundo a Pesquisa e Dados Estatísticos	55
2 . Distribuição de Bibliotecas, Segundo as Categorias (1890/1930)..	58
3 . Distribuição de Bibliotecas, Segundo as Categorias e Períodos ..	59
4 . Localização de Bibliotecas (Capitais e Cidades do Interior dos Estados), Separadas por Regiões e Períodos	68
<i>Mapa</i>	
I . Distribuição de Bibliotecas nos Estados da Federação (1890/1930)	60
<i>Quadros</i>	
I . Bibliotecas Especializadas	73
II . Bibliotecas Populares	76
III. Bibliotecas Universitárias	79
<i>Tabelas</i>	
1 . Auxiliar para o Gráfico 1	56
2 . Distribuição Quantitativa de Bibliotecas Criadas no Período 1890/1930 e Que Ainda Existem	57
3 . População Relativa dos Estados à População do País, População Alfabetizada Relativa à População dos Estados e Regiões, Bibliotecas Existentes até 1890 e Criadas de 1890/1920	62
4 . Comparação Entre a População Alfabetizada, Não Alfabetizada, Urbana e Bibliotecas (1890/1930)	63
5 . Bibliotecas Escolares da 1 ^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa	66
6 . Bibliotecas Escolares da 2 ^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa	67
7 . Bibliotecas Escolares das 3 ^a e 4 ^a Regiões, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa	67

8 . Bibliotecas Públicas da 1 ^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa	70
9 . Bibliotecas Públicas da 2 ^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa	71
10. Bibliotecas Públicas das 3 ^a e 4 ^a Regiões, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa	71
11. Número e Porcentagem Sobre o Total de Bibliotecas Especializadas, Distribuídas por Regiões e Períodos	75
12. Número e Porcentagem Sobre o Total de Bibliotecas Populares, Distribuídas por Regiões e Períodos	78
13. Número e Porcentagem Sobre o Total de Bibliotecas Universitárias, Distribuídas por Regiões e Períodos	80
14. Bibliotecas que Enviaram Documentos, Distribuídas em Categorias e Regiões	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	- Alagoas
AM	- Amazonas
BA	- Bahia
CE	- Ceará
DF	- Distrito Federal (Rio de Janeiro)
ES	- Espírito Santo
GO	- Goiás
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	- International Federation of Library Association
MA	- Maranhão
MG	- Minas Gerais
MT	- Mato Grosso
PA	- Pará
PB	- Paraíba
PE	- Pernambuco
PI	- Piauí
PR	- Paraná
RJ	- Estado do Rio de Janeiro
RS	- Rio Grande do Sul
RN	- Rio Grande do Norte
SC	- Santa Catarina
SE	- Sergipe
SP	- Estado de São Paulo
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RESUMO

Objetivou-se identificar os fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas na Primeira República Brasileira. Partiu-se do pressuposto de que a biblioteca é uma agência social organizada para atender a certas necessidades de um grupo social ou da sociedade como um todo. Seu estudo, dentro deste enfoque, requer o confronto com a formação sócio-cultural da época. Procedeu-se a uma abordagem teórica que permitiu o estabelecimento de outros pressupostos. Para explicar as condições de subdesenvolvimento, peculiares ao Brasil na Primeira República, recorreu-se à teoria da evolução sócio-cultural de Darcy Ribeiro. A revisão da literatura pertinente indicou os fatores que mais atuam em bibliotecas, notadamente naquelas de sociedades subdesenvolvidas, cuja cultura se formou em situação de constante dependência externa. Procedeu-se à apresentação de aspectos da formação sócio-cultural brasileira de 1889 a 1930, para conhecer as possíveis variáveis que interferiram em bibliotecas, motivando ou não sua criação e crescimento. A análise dos dados levantados sobre bibliotecas nesse período, confrontada com os aspectos sócio-culturais, comprovou os fatores que mais interferem na criação de bibliotecas em países subdesenvolvidos e os pressupostos construídos a partir do referencial teórico.

ABSTRACT

Social and cultural factors that interfered in the foundation and establishment of libraries in the Brazilian First Republic were inquired. The starting point was the supposition that the library is a social agency organized to care for certain needs of a social group or of the society as a whole; therefore its study must be confronted with the socio-cultural environment. A theoretical approach made possible to establish other suppositions. Darcy Ribeiro's theory of socio-cultural evolution was used to explain the condition of underdevelopment peculiar to the Brazilian First Republic. The literature review pointed the factors acting on libraries, specially in underdeveloped countries, whose culture was formed under constant external dependence. In order to know the eventual variables affecting the foundation and growth of libraries in Brazil, the features of Brazilian socio-cultural formation, from 1889 to 1930, were presented. The analysis of data on libraries of that period, confronted with the socio-cultural aspects, confirmed the most interfering factors in the foundation of libraries in underdeveloped countries and the suppositions constructed from the theoretical approach.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe estudar as bibliotecas brasileiras instaladas durante o período da Primeira República Brasileira, considerando especialmente a estreita relação que há entre biblioteca e sociedade.

A revisão de estudos abordando este tema evidenciou a inexistência de trabalhos realizados sobre as bibliotecas dessa época. Esta dissertação reveste-se, assim, das características de um estudo pioneiro, acreditando-se que os fatos revelados possam motivar trabalhos posteriores mais delimitados.

Como pressuposto inicial, partiu-se da premissa de que a biblioteca é uma agência social organizada para atender a certas necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral. Como tal, seu estudo analítico só pode ser desenvolvido em confronto com o contexto sócio-cultural em que foi criada e instalada.

Para conhecer os possíveis fatores que motivaram a instalação e crescimento de bibliotecas de 1889 a 1930, procurou-se conhecer inicialmente o panorama da formação sócio-cultural brasileira na chamada República Velha.

À medida que os estudos preliminares foram evoluindo, tornou-se evidente que houve muito mais limitações do que estímulos à criação de bibliotecas nesse período, devido às condições peculiares do Brasil como país subdesenvolvido.

Sentiu-se o imperativo de orientar esta dissertação no sentido de mostrar as condições de dependência características da evolução sócio-cultural brasileira e analisar como essas condições atuaram, na Primeira República, na criação e crescimento de bibliotecas, motivando-os ou não.

Para se obter os elementos necessários à análise, traçou-se o seguinte roteiro:

a) Estabelecimento de pressupostos básicos, a partir da apresentação de algumas conceituações e constatações de ordem teórica.

b) ~~Interpretação~~ teórica da evolução sócio-cultural-brasileira adotando-se a abordagem de Darcy Ribeiro, por considerá-la mais adequada às pretensões deste estudo. Esse cientista social formula novo esquema do desenvolvimento humano. Dentro desse esquema, analisa a formação da sociedade e cultura brasileiras em cada situação histórica concreta e aponta as causas do subdesenvolvimento do Brasil.

c) Revisão de literatura, com a finalidade de levantar trabalhos realizados na área de biblioteconomia por autores que procuram orientar seus estudos no sentido de explicar os fatores sócio-culturais que interferem na instalação de bibliotecas.

d) Apresentação de aspectos da formação sócio-cultural brasileira, tendo em mente focalizar os fatores relevantes para a análise pretendida. Para isto, recorreu-se a trabalhos realizados por historiadores e sociólogos que se dedicaram a estudos dos vários aspectos da cultura brasileira de 1889 a 1930.

e) Levantamento, análise e interpretação de dados sobre as bibliotecas criadas na Primeira República. Inicialmente, realizou-se um levantamento das bibliotecas criadas no período e que existiam até 1976, tendo por base o "Guia das Bibliotecas Brasileiras - 1976". Enviaram-se cartas a todas essas bibliotecas para obter informações complementares. Alguns dados estatísticos também foram utilizados. Para melhor perceber a influência dos fatores sócio-culturais nas bibliotecas em estudo procurou-se distribuí-las no tempo e no espaço geográfico.

Cumprir esclarecer a dificuldade encontrada em obter informações completas, que seriam ideais a este estudo.

Receberam-se poucos documentos sobre a época de instalação de bibliotecas. Essas, de um modo geral, parecem não possuir documentos da época de sua instalação que permitam aclarar um pouco mais as informações do "Guia".

Julgou-se, porém, que as informações obtidas foram suficientes para a investigação proposta.

ABORDAGEM TEÓRICA

1.1 - Justificativa

Sem se pretender fazer uma análise sociológica do tema proposto, sente-se que uma conceituação teórica baseada em fundamentos da sociologia torna-se plenamente justificável quando se aprofunda no estudo de bibliotecas. Há determinados aspectos que, por sua "repetição ou tendência à repetição" aproximam-se do fato sociológico. Como confirma Gilberto Freire (20:222), "a história não se repete: em sua pureza, o fato histórico é singular. O fato sociológico, ao contrário, é aquele que se repete ou aquele em que se encontra a tendência a repetir-se. (...) O que sucede é que no fato aparentemente só histórico pode encontrar-se o fato sociológico, isto é, a repetição ou a tendência à repetição, já características do processo social".

Os historiadores de biblioteca, de um modo genérico, oferecem apenas o fato histórico: em tal época, em tal lugar, foram criadas tal ou tais bibliotecas, por esse ou aquele dirigente ou por um grupo social para atender a uma determinada necessidade da estrutura social. Entretanto, à medida que se observa que há fatores externos à biblioteca que interferem na sua criação e que esses fatores, no seu conjunto, são os mesmos e podem ser agrupados, aproxima-se do fato sociológico. Uma análise da evolução das bibliotecas na Baixa Idade Média, se confrontada com o presente estudo de bibliotecas na Primeira República Brasileira, talvez poderá mostrar a repetição de fatos que evidenciam a influência de fatores sócio-culturais análogos na criação e no crescimento de bibliotecas. Necessita-se do individual, do fato histórico em si, para se partir para a generalização.

Há uma tendência moderna por parte de alguns estudiosos no sentido de relacionar a criação e desenvolvimento de bibliotecas a fatores sócio-culturais e analisar esta relação, tirando conclusões sobre as variáveis que

mais têm afetado bibliotecas. Esta abordagem, entretanto, não tem sido feita de um modo sistemático, seguindo uma metodologia científica. Tampouco nesta dissertação se tenciona realizar uma pesquisa dentro dos moldes científicos, pela inviabilidade de obtenção de dados rigorosamente exatos e cientificamente confiáveis. Os dados aqui apresentados foram levantados com o intuito de obter elementos que, de certo modo, possam apontar não apenas o fato histórico, mas se aproximar do fato sociológico.

1.2 - Referencial Teórico

O conceito de biblioteca está sempre estreitamente relacionado ao conceito de cultura, em sua acepção tradicional, como toda manifestação intelectual de uma sociedade. A abordagem antropológica, também aceita pela sociologia, é bem mais abrangente e considera cultura como a "soma total, integrada das características de comportamento aprendido que são manifestas nos membros de uma sociedade e compartilhadas por todas".^(23:208) Dentro deste enfoque, distinguem-se três níveis de comportamento aprendido que podem ser transmitidos a novas gerações de uma sociedade e de uma sociedade a outras. Esta visão permite estratificar a cultura em cultura material, cultura social e cultura intelectual.

Para conceituar cultura dentro da abordagem pretendida, este estudo apoia-se em Darcy Ribeiro ^(34:139) : "Cultura é herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explica sua experiência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para a ação. Assim concebida, a cultura é uma ordem particular de fenômenos que tem de característico sua natureza de réplica conceitual da realidade, transmissível simbolicamente de geração a geração, na forma de uma tradição que provê modos de existência, formas de organização e meios de expressão a uma comunidade humana".

As sociedades variam amplamente em seus conteúdos culturais, mas não variam de um modo arbitrário por se enquadrar nas três esferas básicas da cultura, às quais Darcy Ribeiro chama de sistemas:

SISTEMA ADAPTATIVO - conjunto de técnicas desenvolvidas pelo homem para agir sobre a natureza e produzir o conjunto de bens e equipamentos necessários à existência das sociedades.

SISTEMA ASSOCIATIVO - conjunto de normas e instituições que permite organizar a vida social, disciplinar o convívio humano, regular as relações de trabalho e reger a vida política.

SISTEMA IDEOLÓGICO - corpo de saber, de crenças, de valores, assim como de idéias e sentimentos, fruto das experiências adquiridas no esforço humano de desenvolvimento tecnológico e social.

Constituem conteúdos básicos do sistema ideológico a linguagem, o saber, a mitologia, as religiões, as artes e os corpos de valores éticos. *"Neste sentido, o sistema ideológico é uma expressão de toda a cultura, uma vez que cada conteúdo desta encontra aí seu reflexo na forma de referências, de explicações e de motivações. Esta representação tem como atributos fundamentais sua ambigüidade e seu caráter de entidade determinada"*(^{34:142}).

Essa ambigüidade decorre da propriedade que tem a linguagem, através da versatilidade humana, de refletir objetivamente a realidade como também de deformá-la, criando fantasias.

O sistema ideológico reflete a cultura gerada nos níveis adaptativo e associativo. Esta característica revela a interdependência dos elementos culturais de uma sociedade. Os três sistemas mantêm-se integrados e atuam conjuntamente. A estratificação de classes, a condição de dependência externa, a diversificação do desenvolvimento político, econômico e social são variáveis da cultura, considerada como um todo, e ressaltam a sua complexidade.

A interrelação dos níveis culturais pode se operar de vários modos. Uma das modalidades, a que Darcy Ribeiro (^{34:143}) denomina "defasagem" traduz *"a persistência de atitudes coloniais num povo tornado politicamente*

autônomo". No caso das sociedades dependentes que adotam a cultura do centro dominador, mesmo que esta não corresponda a sua realidade, ocorre a "alienação cultural".

Quando o conteúdo da cultura corresponde aos interesses do desenvolvimento autônomo da sociedade, tem-se uma cultura "autêntica". Opondo a este conceito, coloca-se o de cultura "espúria", própria de sociedades dominadas, em que seus elementos culturais são condicionados à cultura da sociedade dominante, atuando como um reflexo desta.

A cultura "espúria" representa um impedimento à criatividade da própria sociedade, que rejeita o que lhe é peculiar para adotar costumes, valores e idéias alheios. A cultura transplantada pelos dominadores, se mais consistente, prevalece, impossibilitando os grupos humanos a ela submetidos de exprimir e desenvolver uma cultura legítima. Quando uma população, submetida a uma dominação, é forçada a abandonar seus elementos culturais originais, ocorre o fenômeno da "deculturação". A este, segue-se o da "aculturação", que se caracteriza pela nova conformação que assume a cultura submetida à deculturação e à concomitante ação da cultura imposta.

As sociedades para se organizarem, utilizando atributos inerentes ao gênero humano tais como inteligência, flexibilidade, individualização e socialização, desenvolvem normas uniformes que determinam os padrões de comportamento social. Essas normas solidificam-se e incorporam-se ao acervo cultural de uma sociedade, ocorrendo o processo sócio-cultural. Por sua vez, sob o impacto de influências várias, esses padrões tendem a mudar, dando-se a evolução sócio-cultural.

Dentro dessa visão de cultura e de processo sócio-cultural, pode-se construir os conceitos de estrutura social e de instituição social.

Para o desenvolvimento deste trabalho escolheu-se a concepção de estrutura social que Bottomore^(12:122) julga a mais útil, a que a considera como o complexo das principais instituições e grupos na sociedade. Firth^(18:36) julga que "o conceito de estrutura social é um recurso analítico que serve para compreender como os homens se comportam socialmente. As relações sociais, de importância crucial para o comportamento dos membros da sociedade, constituem a essência do conceito de estrutura, de tal sorte que, se estas relações não operassem, a sociedade não existiria sob essa forma".

As formas padronizadas de comportamento desenvolvidas por grupos sociais são conhecidas como instituições. "A instituição é o conjunto de valores e princípios estabelecidos tradicionalmente".

As principais instituições relacionam-se com as necessidades básicas da sociedade. Bottomore^(12:122) aponta como necessidades mínimas: "(I) Um sistema de comunicação; (II) Um sistema econômico, tratando da produção e distribuição de mercadorias; (III) Disposições para a socialização das novas gerações (inclusive disposições de família e educação); (IV) Um sistema de autoridade e distribuição de poder; e talvez (V) Um sistema de ritual. (...) As principais instituições e grupos são os relacionados com tais exigências básicas. Delas podem surgir outras, como a estratificação social, que por sua vez as influencia. Os sociólogos concordam quase unanimemente sobre as principais instituições".

As instituições são, pois, elementos da estrutura social, determinando-lhe os padrões. Constituem instrumentos sociais, suscetíveis a mudanças, dependendo da forma como se desenvolve o processo sócio-cultural.

Shera^(39:45) explica que "a organização de uma cultura é uma vasta trama de atividades recíprocas diferenciadas em sistemas e subsistemas interrelacionados, cujo modelo é determinado pelas instituições sociais". O conceito de instituição materializa-se em agências, associações (voluntárias ou compulsórias) ou outras organizações apropriadas, através das quais a instituição age e se impõe à sociedade. Observa ainda que há um estreito relacionamento entre instituição e agência, não sendo sempre fácil distinguir uma da outra. Entretanto é sempre a instituição que estabelece as normas de conduta dos indivíduos de uma sociedade.

As instituições como a família, a religião, a educação, o governo, etc., gera suas respectivas agências, a elas subordinadas, que são o lar, a igreja, a escola, as repartições. A biblioteca, de acordo com esta perspectiva, situa-se como uma agência social, criada para atender às necessidades da instituição à qual irá servir. Como tal é também um instrumento moldado e condicionado pela estrutura social, de acordo com os padrões e valores culturais, que regem as instituições dessa estrutura.

A cultura utiliza-se da comunicação para manter-se como um todo coeso e para difundir-se no espaço e no tempo. Shera^(39:46) diz que a

"cultura, então, pode ser considerada como pessoas em comunicação compartilhando costumes, comportamentos e valores".

A capacidade de comunicação é inerente ao homem, que através dos tempos, utilizando-se de símbolos e signos, desenvolveu sistemas gráficos que permitem preservar sua herança cultural. Este tipo de comunicação, que transmite o patrimônio cultural pré-existente não só às consecutivas gerações de uma sociedade como também às de outras sociedades, é um elemento essencial do processo sócio-cultural. Os registros gráficos das experiências culturais conquistadas, para não se perderem e para atingirem seu objetivo de comunicar, devem ser preservados e organizados de alguma forma. Amplia-se assim a dimensão da relação cultura/biblioteca. A biblioteca "não é somente um fenômeno social e cultural, ou um instrumento, é um segmento importante do sistema de comunicação"^(39:46), responsável pela preservação e transmissão da cultura. A biblioteca como criação social reflete a cultura que a gerou e, por sua vez, atua sobre a cultura à medida que, veiculando seus valores, crenças e padrões comportamentais contribui para a preservação e difusão da herança cultural.

Shera^(41:135) analisando a biblioteca como agência social de comunicação, diz que "as instituições ou agências sociais são criação de seres humanos empenhados em atividade grupal, logo qualquer instituição ou agência pode assumir o papel que o homem lhe destinar". Afirma que "a sociedade determinou o que foi a biblioteca do passado, e é a sociedade que irá determinar o que será a biblioteca do futuro", mostrando que a sociedade cria seus próprios objetivos e que são estes que vão estabelecer a resposta que esperam da agência. Uma sociedade que tenha alcançado um alto nível de cultura, com uma tecnologia bem desenvolvida, uma estrutura social bem definida e um amplo cabedal intelectual, criará bibliotecas com organização bem mais extensa que uma sociedade com bases culturais mais simples.

A biblioteca é uma agência social de natureza complexa. Criada por uma instituição para servir-lhe de instrumento de ação, é moldada pelos padrões da estrutura social. Por outro lado é o repositório e um dos meios de difusão das experiências culturais desenvolvidas nos níveis adaptativo, associativo e ideológico que determinam aqueles padrões. Por sua condição singular, liga-se aos sistemas básicos da estrutura social, numa contínua interdependência, que nem sempre se dá de forma equilibrada e satisfatória. A criação e desenvolvimento de bibliotecas depende, assim, da forma como se desenvolvem os fatores que atuam no processo sócio-cultural.

O referencial teórico apresentado permite construir os seguintes pressupostos que irão orientar o desenvolvimento desta dissertação:

1. O processo sócio-cultural desenvolve-se dentro de uma estrutura social.

2. As instituições sociais são elementos dessa estrutura, criadas pela sociedade para atender a suas necessidades básicas, à medida que se desenvolve sua cultura.

3. As instituições sociais materializam-se através de aparatos materiais em forma de agências, associações, etc.

4. As agências sociais são criadas e moldadas pelo padrão estabelecido pelas instituições.

5. Há uma interrelação agência/estrutura social que nem sempre se dá de maneira equilibrada e satisfatória.

6. A biblioteca é uma agência social de comunicação criada pelas instituições para reunir, conservar e difundir a cultura.

7. A biblioteca como uma agência social é determinada pelo padrão estabelecido pela estrutura social.

8. A forma como se desenvolve a cultura de uma sociedade afeta diretamente a criação e crescimento de bibliotecas.

9. Há certos fatores do processo sócio-cultural que atuam mais diretamente que outros na criação e crescimento de bibliotecas.

1.3 - Teoria da Evolução Sócio-Cultural Brasileira

Para explicar a formação sócio-cultural brasileira na Primeira República escolheu-se a teoria formulada por Darcy Ribeiro. Como se trata de uma teoria muito abrangente, limitar-se-á, aqui, em esboçar os conceitos básicos e selecionar os aspectos que dizem mais diretamente à problemática do desenvolvimento sócio-cultural do Brasil no período de 1889 a 1930.

Para situar as causas da desigualdade de desenvolvimento dos povos americanos, Darcy Ribeiro faz uma crítica das teorias conhecidas da evolução sócio-cultural e propõe um novo esquema para explicar o desenvolvimento humano. Buscando estabelecer critérios de classificação dos povos americanos, elabora uma esquematização das etapas da evolução tecnológica, social e ideológica das sociedades humanas.

Explica a história das sociedades humanas nos últimos dez milênios em termos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios.

Conceitua *"as revoluções tecnológicas como inovações prodigiosas no equipamento de ação sobre a natureza e na forma de utilização de novas fontes de energia, que uma vez alcançadas por uma sociedade, a fazem ascender a uma etapa mais alta do processo evolutivo. Esta progressão opera através da multiplicação de sua capacidade produtiva com a conseqüente ampliação do seu montante populacional, da distribuição e da composição deste; da reordenação das antigas formas de estratificação social; e da redefinição dos conteúdos ideológicos da cultura. Opera, também, mediante uma ampliação paralela do seu poder de dominação e de exploração dos povos que estão a seu alcance e que ficaram atrasados na história por não terem experimentado os mesmos progressos tecnológicos"* (32:37).

Parte do pressuposto de que o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar. À proporção que esse desenvolvimento avança, ocorrem mudanças que permitem classificá-las como fases da evolução sócio-cultural. A essas fases correspondem alterações uniformes nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura. Essas alterações, que são a resposta cultural às revoluções tecnológicas, são chamadas formações sócio-culturais.

As inovações tecnológicas, consideradas forças determinantes, não são as únicas forças dinâmicas que atuam sobre a estrutura social. As formas de ordenação da vida social e certos conteúdos do sistema ideológico exercem poder condicionante sobre a tecnologia e conseqüentemente sobre a estrutura social.

Estabelece as noções de "revolução tecnológica" como fator causal básico do desenvolvimento das sociedades, de "formação sócio-cultural" como resposta cultural às revoluções e de "civilização" como entidade histórica concreta que se formou dentro das formações sócio-culturais. Dessas noções decorre o conceito de "evolução sócio-cultural" como "o movimento histórico de mudanças dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, desencadeado pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas (agrícola, industrial, etc.) sobre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa evolutiva a outra, ou de uma a outra formação sócio-cultural" (33:29).

A propagação de uma inovação tecnológica sobre diversos contextos sócio-culturais e sua aplicação a diversos setores produtivos resulta em "processos civilizatórios". Cada revolução tecnológica pode desdobrar-se em um ou mais processos civilizatórios. Pela fusão de raças, pela confluência de culturas e pela integração econômica, os processos civilizatórios transfiguram os povos que atingem e os incorporam em novas conformações étnicas e em novas configurações histórico-culturais.

Distinguem-se duas vias opostas, através das quais os processos civilizatórios atuam sobre os povos:

1. "Aceleração evolutiva" - processo pelo qual um povo passa de uma a outra etapa da evolução sócio-cultural com a preservação de sua autonomia étnica, cultural e política.

2. "Atualização ou incorporação histórica" - processo pelo qual certos povos, sob o impacto de sociedades mais desenvolvidas tecnologicamente, são convertidos em "proletariados externos", destinados a produzir bens para a manutenção dos padrões de vida daquelas sociedades, sujeitos à descaracterização de sua cultura e de seu perfil étnico. Essa via civilizatória permite aos povos, sob o domínio de um centro reitor externo, passar de uma a outra etapa evolutiva experimentando um certo progresso que representa, entretanto, apenas efeitos reflexos da modernização de seu tempo.

Os efeitos de cada revolução tecnológica fazem-se sentir sobre contextos sócio-culturais distintos. Esses, através de processos civilizatórios, atuando por via de aceleração evolutiva ou por via de atualização histórica, emergem para novas formações sócio-culturais.

Darcy Ribeiro identifica oito revoluções tecnológicas e as desdobra em distintos processos civilizatórios.

Os povos americanos modernos conformam-se sob a influência das Revoluções Mercantil e Industrial.

A Revolução Mercantil corresponde às novas técnicas da navegação oceânica, à descoberta de procedimentos mecânicos, novos processos metalúrgicos e na generalização de outras técnicas. Essa nova tecnologia desenvolve-se nas áreas correspondentes aos "Impérios Mercantis-Salvacionistas", possibilitando-lhes conquistas ultramarinas e implantações de novas formações sócio-culturais.

Os povos ibéricos, com uma estrutura de poder aristocrático - clerical em torno de 1500, caracterizam-se como uma formação mercantil-salvacionista. Implantam colônias escravistas nas terras conquistadas, dominando suas populações e sujeitando-as ao trabalho escravo para a produção mineira e agrícola destinada à exportação.

Portugal, que na passagem do século XV ao XVI configura-se como um "Império Mercantil Salvacionista", por via da atualização histórica, submete o Brasil a uma dominação colonial-escravista.

Um século mais tarde a Revolução Mercantil provoca um outro processo civilizatório, a formação capitalista-mercantil.

As nações ibéricas, conservando sua rígida estratificação social, a mesma estrutura de poder e o mesmo sistema produtivo, não logram ascender à formação capitalista-mercantil. Passam a sofrer, como suas colônias, apenas os efeitos reflexos da modernização.

Os povos submetidos à formação capitalista-mercantil disputam com os Impérios Mercantis Salvacionistas as suas colônias, estabelecendo em muitas delas novos núcleos coloniais, alguns dos quais alcançam grande desenvolvimento.

O Brasil consegue libertar-se da etapa colonial - escravista, mas, ao desvincular-se da dominação portuguesa, por via da atualização histórica, torna-se uma formação "Neocolonial", sob a dominação "Capitalista - Industrial". Mantém-se na posição de proletariado externo, sofrendo progressos nos planos tecnológico, associativo e ideológico apenas reflexos, à proporção em que a população brasileira é levada a produzir melhor para o benefício

das potências industriais. Esses progressos permitem que o Brasil faça parte de sistemas mundiais de intercâmbio econômico, mas, porque reflexos, impedem-no de sair da condição de constante dependência.

As nações alcançadas pela Revolução Industrial transformam-se em núcleos de poder, em torno das quais se formam as constelações imperialistas. A Inglaterra é a primeira nação industrializada, seguida da França e dos Estados Unidos, fato que as torna os novos centros de dominação mundial.

"Nas áreas afetadas pela Revolução Industrial através do processo de atualização histórica encontramos os povos atrasados na história, porque marginalizados da civilização de seu tempo e condenados a experimentar apenas seus efeitos reflexos. Todos eles se enquadram nas configurações de subalteridade, que vão desde o colonialismo aberto até formas sutis de dependência. Suas economias complementares não ensejam senão uma integração parcial da tecnologia moderna no seu processo produtivo e, em consequência, os impede de alcançar os estilos de vida das nações industriais" (32:587).

Darcy Ribeiro^(32:588) apresenta cinco causas para explicar as dificuldades de uma industrialização espontânea nos países atrasados:

1º O próprio caráter autoperpetuante do subdesenvolvimento, são capaz de produzir espontaneamente a si mesmo.

2º O fortalecimento do grupo patricial oligárquico dominante, que por efeito da modernização reflexa, se enriquece e fortalece como agente do comércio exportador e importador associado a empresas estrangeiras.

3º A transferência para o estrangeiro dos produtos nacionais e dos excedentes econômicos, o que impede a acumulação interna de capitais disponíveis para investimentos industriais.

4º As imposições exorbitantes das empresas estrangeiras, elevando o custo social de todos os empreendimentos modernizadores a níveis insuperáveis.

5º A intervenção estrangeira na vida política interna que assegura o poder político aos grupos nacionais espoliativos e impede qualquer possibilidade de rompimento com o atraso.

Essas limitações conservam os povos marginalizados da civilização de seu tempo como eternos dependentes das potências industriais. Na sua luta para conseguir a emancipação econômica e social, enfrentam dois inimigos ferrenhos, representados pelas nações imperialistas que os dominam economicamente e pelas camadas dominantes de seu país, que se unem ao inimigo externo para manter sua situação privilegiada.

Os povos subdesenvolvidos são classificados em três blocos básicos, conforme seu processo de formação histórica e os tipos de problemas sócio-culturais que enfrentam na luta pelo desenvolvimento: Povos-Testemunhos, Povos-Emergentes e Povos-Novos^(32:602).

Os Povos-Testemunhos são os representantes modernos de antigas civilizações como a muçulmana, a chinesa, a indiana, a azteca, etc. que foram levadas à condição de empobrecimento pela expansão européia e que começam a se recuperar agora.

Os Povos-Emergentes correspondem às nações novas da África e da Ásia que saem da condição tribal à nacional em condições de atraso piores do que as das nações latino-americanas, quando se tornaram independentes no século XIX. Contam, entretanto, com boas possibilidades de se desenvolver rapidamente e adquirir autonomia.

O Brasil situa-se entre os Povos-Novos da América Latina, produtos da miscigenação, deculturação e aculturação de matrizes étnicas distintas e organizados como uma formação colonial-escravista. Sua atuação, seja dentro do modelo agrário-mercantil como no urbano-industrial, não lhe permitiu um crescimento econômico acelerado, posto que a maior parte de seus produtos era transferida para o exterior, para atender a interesses externos. A classe dominante prevaleceu, impedindo uma alteração profunda na antiga estrutura sócio-econômica.

Na Primeira República, sob a influência das forças da Revolução Industrial, que se fez sentir no Brasil por via da atualização histórica, acentua-se a modernização reflexa. O caráter dependente do movimento industrial brasileiro, acrescido da exploração e manutenção do status-quo por parte das classes dominantes, impedindo a participação política das classes médias emergentes e a expoliação dos países estrangeiros, conserva o Brasil no rol dos países subdesenvolvidos.

Sobre a cultura brasileira, Darcy Ribeiro^(34:156) conclui que, *"na verdade, o que tem de constante é seu caráter espúrio, sua condição defasada e as conseqüentes vicissitudes de uma cultura alienada e alienante"*. Esse caráter lhe é conferido pela condição de dependência, estruturada na formação colonial-escravista, destinada a servir às sociedades européias e mantida pelas classes dominantes, servindo a seus próprios interesses e valores.

As camadas dominantes pautavam-se em modelos europeus, procurando reproduzir no Brasil uma cultura importada, que não se adequava às condições da população da colônia, rejeitando tudo que era nacional e popular. Era uma imitação da cultura européia, isenta de qualquer laivo de criatividade, moldada nas idéias e valores alheios.

Na etapa neocolonial sente-se a tendência a mudanças culturais, resultado de inovações introduzidas nas três áreas básicas da cultura, os planos tecnológico, associativo e ideológico. Alteraram-se os modos de produção, com a utilização de mecanismos tecnológicos importados, como motores e máquinas. O Brasil participava da economia mundial com a exportação de seus produtos, havia alterações na estratificação social e nos antigos valores ideológicos. Não obstante, esse desenvolvimento não era *"auto-sustentado"*, e portanto inoperante no sentido de levar o país a superar a sua defasagem em todos os níveis culturais.

Além desses motivos, Darcy Ribeiro aponta, como causa também dessa defasagem, o próprio atraso cultural de Portugal, que não conseguindo integrar-se à revolução industrial, caiu também na situação de dependência com relação à Inglaterra. No que concerne à alfabetização da população, Portugal manteve-se quase no mesmo plano que o Brasil. Não se preocupou em alfabetizar sua população, como fizeram as outras nações e muito menos a população da colônia.

A condição espúria da cultura brasileira, a sua defasagem e a estrutura social arcaica foram entraves constantes à superação do atraso em que o país viveu mergulhado. A sociedade brasileira andou em descompasso com a civilização industrial, sofrendo os efeitos retardados de uma modernização reflexa.

O maior erro da imitação da cultura estrangeira residia na rejeição a tudo que fosse produto da criatividade nacional, principalmente do

que vinha das camadas mais simples, porque representavam subalternidade e inferioridade. Essas próprias camadas tomavam como exemplo a seguir os valores imitados e copiados pela elite. Até na cultura intelectual, com poucas exceções, predominou a importação de idéias alheias. Sobre a época da República Darcy Ribeiro^(34:161) diz: "É o tempo das casas burguesas, do fraque e cartola, da importação de bugigangas e de prostitutas francesas e de toda sorte de manufaturas industriais inglesas. A intelectualidade patricial já é leiga e se inspira principalmente no positivismo, convertido também em culto e aprendido no catecismo; e na maçonaria, como principal forma de crítica senhorial à ordem vigente. (...) Surgem, porém, novos intérpretes letrados da realidade nacional que se esforçam por compreendê-la melhor. São os ensaístas iracundos, os letrados engajados nos movimentos abolicionista e republicano e os primeiros escritores que exploram a relativa autonomia dos intelectuais no sentido de exprimir suas próprias experiências vividas e de contribuir para uma compreensão mais realista e satisfatória da realidade".

Essa busca de uma cultura que fosse mais condizente com a realidade brasileira ficou apenas no plano da fantasia, não chegando jamais, no período republicano, a se tornar consistente. O país sofreu mudanças, passando do modelo agrário-mercantil para urbano-industrial, mas o centro reitor não se fixou aqui. Mudaram-se as matrizes culturais, outros centros começaram a exportar seus padrões de cultura, mas a condição de dependência permaneceu, sufocando os pruridos de criatividade à procura de modelos mais genuínos.

FATORES SÓCIO-CULTURAIS ATUANTES NA CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Johnson & Harris procuram analisar os fatos históricos da biblioteca desde suas origens mais remotas até a época presente e extrair deles os fenômenos que se repetem, que podem ser considerados causa e estímulo de crescimento e de destruição de bibliotecas.

Estes estudiosos partem da constatação de que os historiadores de bibliotecas, desde a publicação da *"Brief outline of the history of libraries"* de Justus Lipsius no sec. XVI até às obras de autores contemporâneos, "têm se dedicado a descobrir não só como as bibliotecas influenciam a sociedade de sua época, mas também como a sociedade inibe, encoraja ou dirige o crescimento de bibliotecas" (25:4).

Observam que a maioria dos autores destaca determinadas condições como pré-requisitos importantes para o crescimento de bibliotecas, que podem ser agrupadas em condições sociais, condições econômicas e condições políticas.

Como condições sociais que exercem influência positiva sobre bibliotecas citam:

a) O aparecimento de centros urbanos, que em suas múltiplas atividades produzem registros que requerem sistemas sofisticados de informação.

b) A educação, que organizada como um sistema formal, requer não somente registros, mas as facilidades oferecidas por uma biblioteca como apoio ao sistema educacional.

c) Estabilidade da vida familiar.

d) Disponibilidade de tempo de lazer.

e) Tamanho das famílias e da população como um todo.

O desenvolvimento de bibliotecas em grande escala relaciona-se diretamente, "*como uma constatação quase axiomática*", com a estabilidade e prosperidade de um país. As principais condições econômicas apontadas são:

a) Economia bem desenvolvida e próspera, que necessita de um sofisticado sistema de conservação de registros não só para atender às atividades do governo como também às pesquisas que o desenvolvimento tecnológico e econômico requer.

b) Grande disponibilidade de recursos financeiros excedentes que possam liberar verbas para um amplo desenvolvimento de bibliotecas,

c) Matéria prima para a produção de registros impressos barata e de fácil obtenção.

d) Comércio livreiro bem organizado e implantado, apto a fornecer prontamente livros a preços acessíveis.

Como condições políticas destacam-se:

1 . Governo eficiente e bem estabelecido, com tranquilidade política para apoiar e estimular a criação e desenvolvimento de bibliotecas.

2 . Aparelho burocrático complexo, que demanda grande quantidade de informação de âmbito nacional e internacional, coletadas e organizadas em bibliotecas.

Resumindo, enfatizam que bibliotecas florescem geralmente em sociedades em que prevalece a prosperidade econômica, em que a população é estável e instruída, onde o governo estimula o crescimento de bibliotecas, onde há grandes áreas urbanas e onde o comércio livreiro está bem organizado.

Estas conclusões demonstram a estreita relação que há entre biblioteca e o modo como se desenvolve a cultura de uma sociedade, ou seja, a relação entre biblioteca e processo sócio-cultural. Dependendo da forma como se estrutura a sociedade, as variáveis apresentadas atuam em maior ou menor grau de intensidade. Torna-se também evidente o caráter elitista que predomina na história da biblioteca como agência social, não só a nível de sociedade como a nível de indivíduos.

As contribuições de Johnson e Harris representam, sem dúvida alguma, uma diretriz para a realização deste estudo. Ressalte-se, porém, que as condições por eles enfatizadas como sendo favoráveis para o florescimento

de bibliotecas são as oferecidas por países desenvolvidos, o que não é o caso do Brasil no período em estudo. O processo civilizatório, que por via da atualização histórica configurou o Brasil como uma formação neocolonial, concebeu-lhe características que o identificam com os demais países subdesenvolvidos. Por esse motivo é compreensível que se busquem trabalhos que expliquem a relação entre bibliotecas e os fatores sócio-culturais de países de formação sócio-cultural semelhante.

Uma pesquisa bibliográfica neste sentido revelou a pobreza da literatura pertinente. Os poucos autores que abordam a questão são autores estrangeiros, que explicam os problemas das bibliotecas em países subdesenvolvidos a partir de uma visão circunstancial, ou seja, obtida através de rápidas viagens, de períodos de trabalho nesses países ou através de relatórios de outros estudos.

A pouca vivência que tiveram com as bibliotecas desses países talvez não seja suficiente para uma apreciação mais profunda dos fatores explicativos da realidade das bibliotecas nessas regiões. Não obstante, os únicos estudos que se tem para uma investigação neste sentido são desenvolvidos em outros países.

Os autores pesquisados referem-se a bibliotecas em países "em desenvolvimento". Contudo, Darcy Ribeiro, referindo-se a países com as mesmas características, denomina-os de países subdesenvolvidos. Tendo-se aceito neste trabalho o conceitual teórico desse autor, usar-se-á sua terminologia.

Para conhecer as condições peculiares dos países subdesenvolvidos no tocante a bibliotecas, encontraram-se trabalhos de três autores, dois deles americanos, o outro inglês.

Shera⁽³⁹⁾ baseia sua análise sobre a natureza de problemas relacionados ao serviço de bibliotecas em países subdesenvolvidos em conclusões de três seminários organizados pela Unesco, entre 1951 e 1956. Cada um dos seminários focalizou um dos três continentes onde existem maior número de países subdesenvolvidos: América, África e Ásia. Apesar dos estudos terem sido dirigidos para os problemas relacionados com biblioteca pública, desenvolveram-se discussões para elaborar planos e recomendações para o desenvolvimento de serviços bibliotecários nessas regiões. Não obstante a atenção de Shera estar voltada para os problemas enfrentados na implantação de serviços bibliotecários

atualmente, indiretamente esses problemas deixam entrever os fatores sócio culturais que mais interferem em bibliotecas.

Asheim⁽⁵⁾ entrou em contato com as bibliotecas dos países subdesenvolvidos através de viagens realizadas com a finalidade de conhecer o desenvolvimento bibliotecário em todo o mundo. Em seu livro publicado para relatar o que viu, faz algumas considerações sobre os problemas que mais afligem as bibliotecas do Terceiro Mundo e sobre as forças que moldam as sociedades e suas agências. Considera que há muitas influências sociais e históricas que dirigem o modo de agir das pessoas com relação à sociedade e suas instituições. Exemplifica com a visão romântica de democracia por parte dos americanos no século XVIII, que os levou a refletir seus ideais democráticos de educação para todos na criação de bibliotecas públicas. Argumenta, entretanto, que sociedades que se desenvolveram sob diferentes circunstâncias têm uma visão diferente, que decorre lógicamente e racionalmente de suas premissas, como a visão dos americanos se desenvolveu a partir das suas próprias premissas. Conceitua biblioteca como agência social que reflete a sociedade, da qual é uma parte. Assim sendo, é de se esperar que influências sociais vão se refletir nas formas de bibliotecas que existem nos países subdesenvolvidos.

Benge⁽¹⁰⁾ assinala que quem escreve sobre países subdesenvolvidos depara com dificuldades tais como fazer generalizações sobre milhões de pessoas que têm em comum um só elemento: o subdesenvolvimento. Grande parte de sua vida profissional decorreu na África Ocidental e a sua visão está condicionada a essa experiência. Entretanto, assinala que os sintomas do subdesenvolvimento são universais e identificáveis, mesmo quando os países têm formação diferente. A formação histórica e outros fatores condicionadores são muito diferentes na América Latina, no oeste da Ásia e no norte da África, mas há semelhanças consideráveis na situação educacional e no traço unificador, que é a dominação política por uma pequena elite. Nos países africanos que se conformaram dentro dos moldes europeus, a população foi submetida à deculturação, e, sob o domínio da cultura dos dominadores, surgiu uma "cultura alienada". Para Benge, essa condição alienada da cultura leva os nativos a se verem refletidos em espelhos distorcidos.

D. Ribeiro classifica os povos subdesenvolvidos extra-europeus em 3 grupos básicos, conforme as diferenças em sua formação histórica e nos tipos de problemas sócio-culturais que enfrentam na luta pelo desenvolvimento.

Nota-se, entretanto, através dos três trabalhos em análise, que a própria con
dição de subdesenvolvimento unifica os problemas ligados a bibliotecas, que
são praticamente os mesmos em todas as regiões subdesenvolvidas, quer seja um
país de formação neocolonial da África ou da América Latina.

Verifica-se que a educação é apontada como o fator que mais tem
implicações com bibliotecas. A partir do ângulo de uma sociedade subdesenvolvi
vida e dependente, a relação sociedade e biblioteca assume outras dimensões.

Um exame da conjuntura econômica, social e política dessas socied
idades demonstra a falta de condições favoráveis ao desenvolvimento da educaç
ção formal. Na maioria dos casos, os sistemas políticos são instáveis e as
condições econômicas não permitem que sejam destinadas verbas suficientes para
a educação.

A instrução fica limitada a poucos, observa Asheim, mesmo porque
que as classes educadas de uma sociedade aristocrática consideram que uma educaç
ção massiva irá inevitavelmente diluir sua qualidade e natureza. A pequena
parcela da sociedade que tem acesso à educação representa uma elite que recebe
uma educação adequada ao papel que lhe cabe na sociedade aristocrática.

Para Bengé, essa atitude das classes dominantes de relutar em abr
brir mão de seus privilégios em benefício de todas as esferas da sociedade é
mais aparente na América Latina, onde há uma distância maior entre as classes
sociais.

Como outros entraves à expansão da educação formal, são citados
por Shera a irregular distribuição geográfica da população e o baixo nível e
conômico e social das famílias.

A permanente interação desses fatores, embora atuando uns mais
intensamente que outros conforme a região, leva a uma alta taxa de analfabet
tismo. Para essa grande camada de população analfabeta, biblioteca nada re
presenta. A demanda de bibliotecas públicas torna-se assim, mínima.

Não sendo objetivo da elite promover oportunidades de aperfeiç
çoamento a todas as camadas da sociedade, pondera Asheim, do mesmo modo agên
cias que contribuem para este fim não são particularmente desejáveis.

Um aspecto lembrado por Asheim que altera as dimensões da relaç
ção biblioteca e educação consiste na valorização dada, na maioria dos países
subdesenvolvidos, à autoridade inquestionável dos professores, o que faz com
que os livros exerçam um papel muito pequeno no processo educacional. Geralme

mente as notas de aula e um único livro-texto são suficientes, o que desencoraja, mais do que encoraja, o hábito de leitura. Onde não há hábito do uso de livros nem consciência dos serviços que uma biblioteca pode prestar, não há também leitores em número suficiente para forçar as escolas, as universidades ou o governo a oferecer melhores serviços.

Os fatores econômicos que agem negativamente no desenvolvimento do sistema educacional também atuam negativamente em bibliotecas. Países que não dispõem de recursos suficientes para desenvolver o sistema de instrução pública, muito menos terão verbas disponíveis para instalar bibliotecas.

Shera correlaciona os altos índices de analfabetismo com a ausência de tradição de bibliotecas. Em alguns países há uma pequena tradição, como os países árabes e suas bibliotecas em mosteiros e escolas religiosas, como Buenos Aires e Lima que nos inícios do século XIX já tinham suas bibliotecas públicas, como a Índia Colonial com bibliotecas universitárias. Entretanto, em todos esses casos, as bibliotecas eram reservadas a uma minoria intelectual. A tradição que existia indicava que as bibliotecas eram para uso exclusivo de alguns estudiosos privilegiados, criando a associação de idéias de bibliotecas com educação formal.

Outro impedimento ao desenvolvimento de bibliotecas apontado por Shera e Bengé liga-se diretamente às dificuldades de trabalho encontradas pelo comércio livreiro e as editoras.

Essas dificuldades são de várias naturezas, como falta de matéria-prima nacional ausência ou pequeno número de editoras nacionais, demanda por parte do público fraca ou ausente, representando pouco estímulo à produção e venda de livros. Forma-se um círculo vicioso - pouca procura, pouca oferta - gerando o problema da falta de publicações suficientes na língua nacional. Asheim conclui que o problema do reduzido público leitor não reside só na falta de escolarização, mas também na ausência de um bom programa de publicações nacionais em língua pátria. Para ele a biblioteca é um desenvolvimento relativamente tardio e sofisticado em uma cultura que exige inevitavelmente a formação prévia de um público leitor e de um sistema de editoração.

ASPECTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

3.1 - Os Sistemas Político e Econômico

A mudança do regime político, ocorrido em 1889 com a queda do Império e a conseqüente proclamação da República, é um marco histórico que parece delimitar duas épocas bem distintas e inaugurar uma fase de grandes transformações no Brasil. Entretanto, essa demarcação da história política não delimita tão nitidamente os demais aspectos culturais brasileiros.

Na realidade, transformações sensíveis já vinham se operando nas últimas décadas do Império como uma preparação para a implantação do novo regime. A expansão da economia cafeeira, a campanha abolicionista que conseguiu terminar em 1888 com a escravidão, o impulso dado à imigração européia, o surto industrial que se esboçou em torno de 1885 e o decorrente afluxo urbano foram movimentos iniciados antes da instalação da República e que constituíram as origens das alterações políticas, econômicas e sociais que se verificaram no decorrer do período republicano. A reforma do regime foi a culminância, na área política, de todo um processo evolutivo que vinha se desencadeando lentamente em todos os âmbitos.

Para Cruz Costa^(16:21), os acontecimentos políticos que assinalaram o advento do regime republicano são de pouca importância. A "mudança", entretanto, não o é. "A República importava, sem dúvida, em dar alguns passos à frente, na alteração de uma estrutura obsoleta. O Império era a reação e o atraso e o conformismo com ambos. A República abria perspectivas e reformas intransferíveis".

Em fins do Império, a classe dominante enfraquecera-se. Uma parte permanecia ligada à velha estrutura escravocrata, enquanto a outra, que se havia deslocado para outros setores, desejava reformas que "o emperrado aparelho" do estado monárquico não estava apto para efetuar.

As modificações econômicas trazidas pelo desenvolvimento da lavoura do café e da industrialização nascente fizeram movimentar capitais na praça, decorrendo uma ascensão do padrão de vida da classe média. A essa classe média pertenciam os militares que, aliados àquela facção descontente da classe dominante, conspiraram contra o regime monárquico, derrubando-o e instalando um regime democrático, mas que na realidade veio a ser burguês - oligárquico. Os dois primeiros governos republicanos, tendo como presidentes homens do exército, tiveram que lutar para defender seu governo e procurar consolidar o novo regime. Ambos os governos eram compostos por homens ligados às camadas médias urbanas, acreditando-se que a antiga aristocracia rural latifundiária tivesse sido derrubada.

Em 1881 redigiu-se a Constituição Republicana, pautada na Constituição Americana, assim como a Constituição Monárquica o fora na Francesa. Resultou uma constituição que, após a euforia inicial, revelou-se não condizente com a realidade nacional. Pretendeu-se também, por meio de reformas financeiras, alterar a estrutura agrária e feudal do antigo regime, substituindo-a por outra que permitisse maior diversificação econômica. Para isso, contava-se com os grupos da classe média que apoiavam o governo no sentido de derrotar as forças da oligarquia. Porém a classe intermediária, apesar de extremamente móvel, atuando tanto nas camadas superiores como nas mais modestas, não detinha ainda as condições necessárias para realizar transformações apreciáveis no âmbito social, econômico e político.

Após o segundo governo militar, a classe poderosa dos senhores rurais, tendo por expressão máxima os plantadores e exportadores do café, a crescida de políticos do tempo do Império que exerciam agora cargos de diretores de bancos, chefes de grupos econômicos e homens de negócio, assumiu o poder. Como diz Leôncio Basbaum (8:46), que chama aos dois primeiros governos republicanos de Primeira República: *"Encerrava-se assim a Primeira República, a república das classes médias e dos militares - a república onde dominou sobretudo a espada - e nascia a 2a. República, a era do café e do Partido Republicano Paulista, o partido em cujas mãos se encontrava a riqueza do país e em cujas terras vivia a maioria da população brasileira.*

Terminava a era dos sonhos românticos com o fracasso da República idealista que não chegou a existir".

Citando Pedro Calmon, Basbaum continua: "O país varrerá de si a fantasia dos dogmas franceses, que o tinham empolgado nos últimos anos do Império. Queria trabalhar. Pedia paz. Nessa atmosfera de saturação, de desencanto e de fadiga é que submerge a República teórica que não fora exequível e se impõe a República que podemos ter. A que foi possível".

É nessa República, chamada "o reinado do café" ou "o período da ordem civil", que por 36 anos, paulistas e mineiros alternaram-se na chefia. Constituíram exceção dois presidentes, que, embora nem paulistas nem mineiros, governaram acordes com o grupo dominante, mantendo e fortalecendo o regime de latifúndio.

A abolição da escravatura, ocorrida no ano anterior à proclamação da República, apesar da repulsa dos senhores rurais em aceitá-la, acelerou o desenvolvimento da industrialização capitalista. Com a mão de obra assalariada, os trabalhadores rurais de outras regiões, incentivados a trabalhar em troca de salário, deslocavam-se para as regiões férteis em que crescia o café, passando também a trabalhar na indústria. Grandes levas de imigrantes europeus, geralmente jovens e com experiência em trabalho assalariado, estabeleciam-se em S. Paulo. A esse respeito assim se expressa Warren Dean^(17:252): "Os imigrantes, frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil. Visto que uma das principais falhas da sociedade agrária consistia justamente em não incentivar a aquisição das primeiras letras nem das habilidades artesanais, a importação desse acúmulo de capital humano constituiu um golpe tremendo, mais valioso do que as reservas de ouro ou mesmo do que a maquinaria. Nas áreas do café se concentrou uma mão de obra diligente, autodirigida e adaptável".

A exportação do café e a industrialização criavam, no sudeste, empregos novos nas áreas urbanas. Verificava-se um crescimento populacional nas cidades com a oferta de empregos no comércio, transportes, na administração pública e no artesanato. Todas essas mudanças verificadas no sudeste do país transformaram-no na região que preponderou, em todos os setores, durante toda a Primeira República.

Do início da República até cerca de 1920, prevaleceu o modelo econômico agrário-mercantil característico do fim do Império. Apesar do impulso dado à industrialização em certas regiões, o país conservava-se essen-

cialmente agrícola, fundado no regime de latifúndio, no sistema de grandes propriedades privadas e da exploração da terra. A produção agrária superava a extrativa e a industrial. Mesmo assim a produção agrícola progredia muito pouco. Com exceção do café, em torno do qual girava a vida econômica e política da República, os demais produtos ocupavam papel pouco relevante para a economia da nação.

A economia do Nordeste, já em fins do Império, começara a entrar em declínio, com a decadência do algodão, do tabaco e do açúcar. A exportação do açúcar, uma das bases da economia colonial brasileira, se retraiu, superada pela produção de outros países. Os métodos usados no Nordeste e em parte do Estado do Rio eram antiquados e de pouco rendimento, consistindo em uma fabricação grosseira do produto. A partir de 1875, com a contribuição de capital estrangeiro, o governo iniciou medidas no sentido de substituir o superado "bangüê" por usinas mais modernas. Porém, apesar do aumento do número de usinas, em 1920, 65% do açúcar ainda era produzido pelos processos rudimentares do bangüê. Nos primeiros anos da República, como reflexo das medidas adotadas, o açúcar passou a ocupar, por um certo período, posição melhor no mercado exportador. Essa posição não se manteve por muito tempo, sufocada pelo produto estrangeiro.

A queda na exportação não impediu o crescimento do número de usinas de açúcar do país, que continuaram a serem instaladas em Pernambuco, na Bahia, em Sergipe, no Estado do Rio e em São Paulo. A expansão urbana do Sul Cafeeiro e o desenvolvimento industrial que se acelerou depois de 1920, aumentando o poder aquisitivo, encarregou-se de absorver a produção de açúcar.

A extração da borracha no norte do país, iniciada ainda nos primórdios do Império, alcançou grande desenvolvimento na última década do século XIX, com a inovação do uso industrial da borracha, principalmente na fabricação de pneus de automóveis. De 1889 a 1910 a produção e os preços no mercado aumentaram alcançando o máximo na década 1901/10. A partir daí, houve uma baixa nos preços e diminuição de exportação causada pela impossibilidade de competição com as grandes empresas montadas no Oriente.

A mão de obra provinha do Nordeste, onde a seca obrigava os retirantes a procurar em outra parte a sua sobrevivência. O seringueiro estabelecia-se na mata inóspita, arriscando a sua vida e de sua família. Nas capitais Manaus e Belém localizavam-se as firmas de exportação, filiais das fir

mas alemãs, americanas, inglesas e francesas. A riqueza trazida pela borracha transformara estas duas cidades, que adquiriram características européias. *"Os capitais desta imensa riqueza são gastos nababescamente em suntuosidades, ou são remetidos para o exterior; o que permanece é a técnica arcaica e a exploração desumana"*. (15:69).

Os produtos brasileiros, resultado de processos técnicos obsoletos, foram sendo sistematicamente vencidos nos mercados internacionais pela concorrência dos produtos de outros países. Só o café dava excelentes lucros, permitindo importar tudo, até cereais fáceis de cultivar no país. A política de cultura e exportação do café exerceu um papel propulsor, mas também enganador, da economia nacional, ou melhor, regional. A plantação desmedida e sem nenhum planejamento e o excesso de produção provocavam graves crises durante a República, contornadas por medidas policiadoras. O governo tudo fazia para proteger o café, acreditando estar protegendo a nação. Na realidade, estava apenas favorecendo a uma classe. Jorge Nagle^(29:12) analisa esse fato: *"Do ponto de vista da economia, a história da Primeira República compõe-se de uma série de acontecimentos ligados ao processo de produção e comercialização do café, o principal produto, não apenas quanto à economia brasileira, mas em termos mais amplos, quanto à sociedade brasileira como um todo. (...) A política de valorização do café transformou-se no principal "instrumento do domínio de uma classe sobre toda a máquina do Estado" - domínio de uma classe, pelo domínio de determinados estados"*.

São Paulo e Minas dominaram o quadro da República velha em todos os âmbitos, seguidos pelo Rio Grande do Sul. Em recursos financeiros, São Paulo arrecadou, de 1889/1930, duas a três vezes mais do que Minas e Rio Grande do Sul. Os dados do primeiro censo econômico, em 1920, colocaram São Paulo como detentor de mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial do Brasil, ou seja, mais do dobro da produção de Minas, que vinha em 2º lugar, seguido do Rio Grande do Sul.

Antes da abolição da escravatura, Minas era o estado mais populoso e mais rico do Brasil. Com o café, São Paulo alcançou a preponderância econômica dentro da Federação. No campo industrial, até 1909, não conseguiu sobrepujar o Distrito Federal, que mantinha-se bem à frente. Em 1910, essa situação começou a mudar e em 1920 a produção industrial de São Paulo representava 50% da produção total do país. São Paulo representava não só a força

produtiva da união como também o grande consumidor dos produtos nacionais não absorvidos pelo mercado internacional.

Apesar de Minas figurar em segundo lugar, sua situação econômica, no período em estudo, era de "*declínio relativo*"^(47:81). Deficiências várias, como baixa renda per capita, baixa produtividade, sistema de transportes inadequado, dificuldade de acesso a portos (dependia do Rio e de Santos para atividades de exportação), falta de unidade econômica coerente, são apontadas como causas desse declínio. A produção mineira de itens primários de exportação, com exceção de laticínios, caña, enquanto a de São Paulo e do Rio Grande do Sul atingia índices mais significativos.

Minas até 1920 foi o centro de criação de gado do Brasil, mas São Paulo passou-lhe à frente no fornecimento de produtos pecuários ao Distrito Federal e posteriormente a todo o país. Sua população, até 1920 a maior do país, era, na sua maior parte, "*dolorosamente atrasada*". São Paulo a atraía como centro de desenvolvimento industrial, e com a migração para outros estados, a população de Minas praticamente não cresceu entre 1920/40. Wirth^(47:85) expõe bem a questão, afirmando que "*o principal ativo do Estado não era o poder econômico nem a força militar, mas a unidade política. Minas unida proporcionava ao presidente a legitimidade e o apoio de que este necessitava para fazer funcionar o sistema federal*". Como razões para essa unidade, cita a desenvolvida cultura política, fruto da experiência acumulada desde o Império por uma elite de mineiros natos. Essa elite, composta de clãs, procurava organizar suas próprias escolas secundárias e faculdades de ensino superior para dar a seus componentes a formação mineira. Dessas escolas saíram os bacharéis e profissionais liberais, que, com sua habilidade em manobras e transigências políticas, foram o esteio da política burguesa oligárquica da República Velha. A força política mineira fundiu-se com a força econômica paulista dando origem à chamada "*aliança café-com-leite*".

Rio Grande do Sul, o terceiro estado mais poderoso da República velha, não obstante estar fora da aliança café-com-leite, a partir de 1910 passou a participar da luta política junto com São Paulo e Minas. Suas atividades pastoris, sua produção industrial, suplantada em 1920 apenas por São Paulo e Distrito Federal e "*as suas peculiaridades deram a seus estadistas a oportunidade de participar das decisões políticas mais importantes da segunda metade da República velha e, finalmente, de presidir a liquidação do regime*".
(27:99)

Outro fator que o fortalecia eram suas rendas globais, que do 3º lugar passaram, depois de 1920, para o 2º lugar, deixando para trás Minas, que tinha mais do dobro de sua população. Foi o estado que devotou a maior verba para a educação pública, cerca de um quarto das despesas estaduais. Se em 1890 já apresentava o maior índice de alfabetização (25,3%) em 1920 teve seu índice aumentado para 38,8%, seguindo-se-lhe São Paulo. Assinala-se, como uma das principais causas desse maior índice de alfabetização, a influência de imigrantes alemães e italianos que se radicaram no extremo-sul do país.

Muito embora o regime republicano teoricamente devesse considerar iguais todos os estados da federação, tal fato não aconteceu. Os três estados mais poderosos, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, predominando em todos os âmbitos do poder, naturalmente canalizavam as atenções governamentais para eles mesmos. Obviamente, São Paulo foi o favorito, pois a sua contribuição para a União foi sempre a maior. Minas, com menor força e potencial econômico que São Paulo e Rio Grande do Sul, utilizava-se de seu incontestável poder político para defender-se e manter sua posição de liderança. O Rio Grande, além de contar com uma economia em visível expansão, concorrendo com uma renda maior do que Minas para o governo federal, mantinha-se politicamente muito ligado às forças armadas. Mais de um quarto do exército nacional estava sediado ali, além de contar com a única academia militar profissional importante do país fora do Distrito Federal.

Esse sistema de federalismo desigual, caracterizado por relações paternalistas do Governo Federal para com a região mais desenvolvida economicamente, relegou ao atraso e esquecimento o restante do país. Nas demais regiões o domínio oligárquico foi maior e os interesses da classe dominante em manter o "*status quo*" prevaleceram, mantendo a população mergulhada no conformismo e apatia.

O Brasil viveu, durante toda a República, em situação de constante dependência financeira e comercial. Os empréstimos externos, predominantemente ingleses, terminaram no último ano do Império, não sendo utilizados pelos dois primeiros governos republicanos. Essa prática, contudo, retornou com a classe oligárquica no poder. Os empréstimos destinavam-se em proporções maiores para obras públicas, geralmente construção de portos e ferrovias, e à sustentação das cotações externas do café.

O capital estrangeiro, principalmente o inglês, não vinha para o Brasil apenas como empréstimo, mas também para ser aplicado nas empresas privadas estrangeiras que aqui eram instaladas. Tais fatos eram aceitos como sendo progresso para o país, chegando os próprios brasileiros a oferecer suas jazidas de ferro para a exploração estrangeira. Com a guerra houve uma retração, mas logo depois países europeus e os Estados Unidos voltam a investir maciçamente. Desse modo, o avanço imperialista fez-se devido aos bons lucros nos seus investimentos e o apoio das classes no poder.

Quanto às importações, a vida brasileira dependia quase que totalmente de artigos importados. Para pagar essas importações, o país contava com a receita, insuficiente, de alguns artigos de exportação, com destaque especial para o café. Quando ocorria queda do volume da exportação ou de preços o governo contraía novas dívidas, mantendo o país em constante endividamento externo.

Durante a 1ª. Guerra Mundial a indústria nacional sofreu um impulso, pois com as dificuldades de importação, foi forçada a produzir o que antes era importado. O capital interno também aumentou, devido não só ao avanço da indústria como também porque diminuiu a importação e os investimentos estrangeiros, impedindo assim que os lucros fossem para o exterior.

Após a guerra sentiu-se a tendência em voltar à situação antiga, *"mas já os capitais nacionais haviam crescido, as relações capitalistas se haviam desenvolvido muito e a luta se travaria já em outro nível"*^(44:55). Continuava a exploração imperialista através de comércio desigual e o aumento de movimentos de luta de classes. Houve, entretanto, uma renovação das forças econômicas que dominavam o país. Os Estados Unidos afastaram os capitais europeus dos países atrasados da América do Sul e passaram a agir, introduzindo os seus próprios recursos no mercado interno, estabelecendo aqui suas indústrias. Eram indústrias de simples acabamento que em nada contribuían para a renovação de equipamentos e técnicas.

Os 10 últimos anos do período republicano foram marcados por movimentos político-sociais e pela propagação de correntes ideológicas. Ainda que de modo restrito e com pouca repercussão, surgiram movimentos como o nacionalismo, o socialismo e o anarquismo representando mais lutas reivindicatórias do que uma linha ideológica. Os civis e militares, que desde o fim do segundo governo republicano seguiam caminhos independentes, voltaram a se unir.

Como movimento nascido dentro do Exército Nacional, o "tenentismo" não representou uma doutrina a mais, mas um movimento desencadeado por uma parcela da força armada, como reação a atitudes do governo consideradas ofensivas ao Exército e à Armada. Essas insurreições repetiram-se nos anos 20 terminando com a participação do "tenentismo" no processo revolucionário de 1930. Enquanto que nos movimentos de 1922, 1924 e 1926 os tenentes eram os principais líderes, na revolução de 30 participaram de um movimento heterogêneo em que representavam apenas um dos componentes.

Nessa última década também os grupos dominantes lutaram pela hegemonia política. A burguesia industrial foi apoiada pelas camadas médias, representadas por intelectuais e militares. O poder econômico do grupo agrário-mercantil estava em declínio, provocado pela superprodução do café e a decorrente acumulação de estoques. O "tremendo crack" na Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, levou à crise todos os países capitalistas. A superprodução do café nessa época excedia em muito a exportação, que caiu subitamente, fazendo os preços descenderem a níveis mínimos. Os outros produtos brasileiros exportáveis já apresentavam uma queda vertical na exportação.

A crise econômica brasileira não foi apenas reflexo da crise mundial. *"Ela era ao mesmo tempo o começo de ruptura de um sistema retrógrado de produção e de relações de produção, a explosão parcial da estrutura arcaica, semi-feudal da nossa economia. (...) Essa "crise de sistema" torna ainda mais profundos e mais graves os reflexos da crise mundial e atinge a todas as camadas sociais. (...) Ninguém, entretanto, percebia que a causa mais profunda da crise residia nos defeitos da estrutura econômica nacional, no lento desenvolvimento de nossas riquezas, na pobreza das classes dominantes, na debilidade do nosso capitalismo, na marcha crescente da produção capitalista em luta contra os remanescentes feudais e semi-feudais, as velhas formas de relações de produção ainda predominantes no país"* (8:289)

Esses fatores negativos produziam um clima de descontentamento em todas as camadas sociais. Sentia-se a necessidade de renovar o retrógrado modelo econômico e político. Em 1930 realizaram-se eleições para a presidência da República, ganhando o candidato da situação, o que não agradou à ala jovem das forças armadas, "os tenentes" e a outros grupos que queriam mudanças no regime vigente. Os descontentes mobilizaram-se em um movimento armado,

derrubando, em outubro de 1930, o presidente eleito. A República Velha caiu, dando lugar a uma nova fase da história brasileira, a Segunda República.

3.2 - O Sistema Social

O desenvolvimento econômico observado em determinados estados em detrimento de outros revela-se elemento importante para o estudo da distribuição da população e da formação da sociedade brasileira na Primeira República.

Pelo censo de 1890, a população brasileira era de 14.333.915 habitantes. O recenseamento seguinte, de 1920, dá um total de 30.635.605 habitantes, acusando um aumento populacional, em 30 anos, de mais de duas vezes. Entretanto, para Basbaum^(8:137) : "a população de um país não pode ser transformada em um simples número informativo. Enquanto "população", na verdade, nunca passará de número. Mas há um momento em que essa população se transforma em "povo" e daí por diante se torna no personagem mais importante da História.

População é mera expressão geográfica, mas povo já é uma expressão política e como tal é o principal agente, aquele que realiza os fatos e em torno do qual os mesmos evoluem".

É ainda o mesmo autor quem chama a atenção para não se confundir, no Brasil, população com povo.

"O povo se constitui no processo da evolução do país quando os elementos humanos dispersos dentro de uma área determinada, podem, através de meios os mais diversos, atingir um grau mínimo de concentração ou entrar em comunicação entre si a ponto de constituírem uma unidade em torno de um mínimo de idéias, interesses e aspirações comuns".

Por ocasião da Proclamação da República, não se pode falar na existência de um "povo brasileiro". Couty, citado por Carone^(15:147), definiu assim a população brasileira em 1884: "O estado funcional das gentes brasileiras pode-se resumir numa palavra: o Brasil não tem povo! Dos seus doze milhões de habitantes, um milhão é de índios inúteis ou quase; um milhão é de escravos (hoje os ex-escravos e seus descendentes andam quase inúteis, esparsos nos povoados e raros nas antigas fazendas e engenhos). Ficam nove milhões

mais ou menos. Destes, 500 mil pertencem a famílias proprietárias de escravos; são fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros, empregados, administradores, negociantes. Acontece, porém, que o largo espaço compreendido entre a alta classe dirigente e os escravos (agora criados e empregados de toda ordem) por ela utilizados não se acha suficientemente preenchido. Seis milhões de habitantes, pelo menos, nascem, vegetam e morrem sem ter quase servido a sua pátria. No campo serão agregados de fazendas, caipiras, matutos, caboclos, nas cidades, serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e êbrios. Capazes todos eles muitas vezes de labores pesados, como os da desbravação das matas e arroteamento das terras, ou da criação de gados, não terão nem uma idéia da economia nem do trabalho seguido e perseverante. Os mais inteligentes, os mais ativos, dois milhões talvez, serão negociantes, empregados, operários ou criados".

Esse quadro social, sem apresentar mudanças substanciais, perdurou ainda por bastante tempo, cobrindo quase toda a República. Na população rural predominou o panorama social dual da Colônia e do Império, senhor de terras/trabalhador.

A população brasileira só se constitui em "povo" depois que o correram fatos como crescimento de cidades, acarretando maior concentração populacional, desenvolvimento de meios de comunicação e transportes, oportunidades de melhores empregos, levando as camadas emergentes a se afirmar e adquirir um mínimo de idéias políticas comuns.

Não se pode, contudo, esquecer que esses fenômenos não foram uniformes em todo o território nacional. Na época da Proclamação da República a população brasileira era predominantemente rural apresentando-se em 1930 um pouco decrescida. De 1890 a 1930 houve um crescimento desigual da população urbana, com maior concentração nas regiões mais prósperas do país, decorrente da migração interna em busca de meios de subsistência no sul e centro sul do país e da imigração estrangeira para essas regiões.

Não obstante alguns altos e baixos sofridos pelas oligarquias agrárias no tocante a sua posição econômica e política, os grandes senhores de terra, os chefes de clãs políticos denominados "coronéis", reinaram sobre o proletariado rural, que embora assalariado, era duramente explorado. Em torno dos senhores gravitava a população rural brasileira, trabalhando em condições sub-humanas, contando apenas com a força de seu braço e sua enxada, nas

mais das vezes acometida de doenças várias, lutando para sobreviver e enriquecer cada vez mais os senhores.

A classe oligárquica, apoiada pela burguesia rica que morava nas cidades, defendia o princípio da hierarquia e autoridade, o que lhe assegurava o privilégio de dominação e poder. Encontrava-se em todas as regiões do país, desde a exploração da borracha no Amazonas, a produção do açúcar no Nordeste, a pecuária no Vale do São Francisco e no Rio Grande do Sul, do cacau na Bahia, do café no Vale do Paraíba, São Paulo e Sul de Minas, e do mate no Mato Grosso e no Paraná.

Como um dos traços característicos dessa oligarquia agrária cita-se a sua preocupação, já presente desde o Império, em formar seus filhos para "doutores", com especial preferência pelo bacharelismo em direito.

Essa dualidade de classes sofria alterações sensíveis naquelas regiões em que o desenvolvimento econômico era mais acentuado, estimulando o movimento capitalista. Havia uma mobilidade de grupos, que, concentrando-se nas cidades, compunham novas camadas sociais. A feição tradicional nas cidades modificava-se, e, com o crescimento de indústrias, o modelo agrário mercantil, remanescente do Império, ia se transformando em urbano-industrial.

Essa nova composição da sociedade não era resultado da formação de classes novas, mas da emergência de alguns segmentos que progrediram devido a novas condições urbanas e fortaleceram-se ao lado de certas camadas agrícolas decadentes da burguesia cafeeira e açucareira que se refugiavam nas cidades.

Para Décio Saes⁽³⁸⁾ os segmentos mais altos das nascentes camadas médias da região cafeeira eram formados por antigos pequenos proprietários, como os velhos habitantes do Vale do Paraíba, que, expropriados da terra pela expansão cafeeira, vinham se instalar no Distrito Federal, São Paulo e outras cidades, mantendo porém vínculos sociais e familiares com a aristocracia rural. Eram grupos "destituídos", ramos empobrecidos desta aristocracia, aferrados aos valores tradicionais, buscando a manutenção do "status" social. Para isso, procuravam para seus filhos as profissões liberais, do mesmo modo que os coronéis, com especial preferência pelo "doutor" em direito. Nas cidades, passaram a ocupar os cargos mais elevados no mecanismo burocrático. Grande parte de líderes políticos da Primeira República saiu desses grupos "destituídos".

Também para outros grupos sociais de origem mais pobre o chamado emprego de "colarinho e gravata", representava um meio de ascensão e de fuga à condição de lavrador e operário. Entre esses contavam-se brasileiros e imigrantes, na maioria, italianos, provenientes da zona rural em busca de melhores perspectivas de vida.

No Rio de Janeiro, por suas condições peculiares de capital do país, núcleo do aparelho militar e burocrático, principal porto e centro comercial do Brasil, esses segmentos sociais médios começaram a se formar desde a Independência. A imigração aí também se fez sentir, porém representada, na sua maior parte, por portugueses que se estabeleciam com comércio ou iam trabalhar como empregados braçais e, em menor número, por sírios e judeus.

Décio Saes aponta outra região brasileira, fora da zona cafeeira, em que se observa a formação de uma camada média urbana "destituída": a região pernambucana de produção açucareira. Com a substituição gradativa do "bangüê" pela usina, muitos proprietários de "bangüê" viram-se arruinados e compelidos a estabelecerem-se na cidade em condições bem inferiores às das classes "destituídas" do setor cafeeiro, pois as oportunidades de serviço eram mais acanhadas e modestas.

Outra camada urbana, também chamada alta burguesia, era formada por fazendeiros ligados às atividades industriais, comerciais e bancárias. A burguesia mercantil era composta na maior parte de estrangeiros (portugueses) ao passo que a burguesia financeira e industrial era predominantemente de brasileiros. Carone^(15:161) acha que a formação estrangeira e agrária de grande parte da alta e média burguesia foi provavelmente responsável por seu desinteresse político: *"Mais sintomática é a ânsia organizatória da classe: o curioso é que a burguesia é incapaz de se organizar em formas políticas, ao contrário das classes agrárias, que desde o Império se constituem em partidos; profissionalmente, dá-se o inverso, pois a burguesia possui desde o Império as suas Associações Comerciais e Industriais, ao contrário das classes agrárias, que não se articulam profissionalmente no Império nem na República"*.

Para Basbaum^(8:171), um dos fatos mais importantes relacionados com a evolução social nas cidades foi o crescimento quantitativo das camadas médias, a que chama classes médias urbanas. Considera "como classes médias urbanas todas aquelas categorias sociais que se colocam entre o proletariado e a grande burguesia urbana". Inclui aí os pequenos fabricantes, donos de pequenas oficinas, artesãos e pequenos comerciantes, o funcionalismo públi

co, as chamadas "profissões liberais", os intelectuais e os militares, "não tanto pelas suas condições de vida (referindo-se a todas as categorias citadas), diferentes entre si, mas pela sua ideologia, pelas suas concepções de vida, de uma vida que não têm, mas que já tiveram ou pensam que um dia poderão ter".

Define essas classes como "pequeno-burguesas" em comparação com a grande burguesia, a classe dos capitalistas, daqueles "que detêm a propriedade dos meios de produção social, dos que empregam o trabalho assalariado". (8:2) A proporção que essas classes "pequeno-burguesas" se expandiam, adotavam a ideologia da classe dominante.

O desenvolvimento industrial, com a transição de pequenas manufaturas para indústrias, atraía elementos para as cidades, causando um crescimento populacional e aumento da classe operária, constituída em grande parte de imigrantes.

No início, desde o Rio de Janeiro até o sul, o número de operários estrangeiros era dominante, mas a partir de 1920 o coeficiente de brasileiros sobre os estrangeiros foi maior. Desde cedo, embora timidamente, o proletariado buscava se organizar, influenciado pelos operários estrangeiros. Formavam-se corporações, ligas operárias e caixas beneficentes baseadas nos modelos europeus. Em 1907 são criados sindicatos profissionais. Por influência dos operários estrangeiros, até 1920 o movimento operário era principalmente anarquista. Durante toda a Primeira República os operários já esboçavam movimentos de rebeldia, organizando-se em greves e reivindicando melhorias profissionais, embora ainda não estivessem politicamente conscientes de sua posição. A classe operária não se ligou aos movimentos revolucionários militares que começaram em 1922, mas deu cobertura à retirada dos revolucionários em 1924.

3.3 - O Sistema Educacional

No que tange ao ensino, a mudança do regime político encontrou o país numa situação estacionária. O sistema educacional orientava-se ainda pela herança humanística deixada pelos jesuítas, completamente alheia à realidade do Brasil, dirigida para a ilustração da elite.

Os princípios federalistas do governo republicano levaram-no a adotar a mesma forma de administração do sistema educacional do Império. Pela Constituição Republicana de 1891, as atribuições na área da educação ficavam repartidas entre os estados e o Governo Central. A instrução primária competia aos estados, apesar desses não estarem preparados para a tarefa. A união ficava reservada, mas não privativamente, a atribuição de criar escolas de ensino secundário e superior nos Estados e prover a instrução no Distrito Federal. Na prática, porém, os estados ficaram também com o encargo de criar e controlar o ensino profissional, que compreendia principalmente escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes. Os estados tinham toda autonomia para agirem independentes do Governo Central, o que ocasionou uma completa desorganização na construção do sistema educacional brasileiro.

Para Otaíza Romanelli^(37:41), essas disposições da Constituição sobre o ensino representaram "... a consagração do sistema dual de ensino que vinha se mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se patenteava na prática entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira".

"No período republicano", escreve Fernando de Azevedo^(6:120) "ao menos até a guerra européia 1914-18, projetou-se, de fato, com seus caracteres, o tipo de mentalidade e de cultura que se plasmou na fase colonial e em todo o Império. O mesmo espírito literário e livresco; a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação excessiva de fórmulas jurídicas, o de formalismo e de "juridicismo", nas expressões de José Maria Belo. É esse espírito que se reflete na Constituição liberal de 1891 e vai dominar toda a legislação escolar, com exceção da primeira reforma de Benjamin Constant, fortemente influenciada por algumas idéias positivistas".

Fernando de Azevedo ainda observa que se tentou aplicar a doutrina de Comte sem se refletir suficientemente sobre as concepções de educação aí expressas. A primeira reforma, a mais ampla do período, representou a implantação de um novo currículo, que pretendendo introduzir os estudos científicos, tornou-se na realidade um currículo enciclopédico que jamais foi de todo abandonado. Não teve apoio por parte das elites, que arraigadas à sua mentalidade aristocrática, viam nas novas idéias uma ameaça à formação tradicional da juventude.

A reforma "*Benjamin Constant*" criou também o PEDAGOGIUM, órgão destinado a ser o centro de estudos e reformas. Durou pouco e, com sua extinção, desapareceu o único órgão de coordenação e controle de atividades didáticas.

A essa reforma seguiram-se outras, consideradas todas sem êxito para solucionar os problemas do sistema educacional.

A Constituição de 1891 instituiu a separação da Igreja e do Estado e a laicização do ensino administrado nos estabelecimentos públicos.

A influência da Igreja Católica, que até então era a única que se fazia sentir nas escolas, decresceu. Com a liberdade de crença e de ensino, começaram a surgir escolas particulares protestantes. Por intermédio de ministros e educadores protestantes vindos dos Estados Unidos, propagaram-se lentamente novas idéias pedagógicas em São Paulo (Escola Americana, Colégio Piracicabano, Mackenzie College) e em Minas (Colégio Granbery).

Apesar das tentativas de reformas e da introdução de algumas técnicas pedagógicas americanas, pode-se dizer que não foi adotada uma nova política de educação na República. A atuação dos ideais foi efêmera e as reformas consecutivas se encarregaram de apagar seus vestígios. Somente após a Primeira Guerra Mundial, como decorrência das alterações econômicas, políticas e sociais e de novas correntes de idéias, difundiram-se progressivamente novas orientações no campo da educação.

A situação do ensino elementar praticamente não se alterou nas três primeiras décadas da República, sendo mesmo insignificante o seu progresso. Segundo dados estatísticos apresentados por Vanilda Paiva^(31:84), em 1889, para uma população de cerca de 14 milhões de habitantes, contava-se com uma frequência de apenas 250.000 alunos nas escolas primárias e o crescimento quantitativo das escolas e matrículas se fazia muito lentamente. Em 1909 as escolas elementares atendiam a 2,96% da população total do país e a menos de 15% de sua população escolar. Em 1920 o nível de atendimento escolar era quase o mesmo de 1909, considerando-se a população total do país.

Quanto ao índice de alfabetização, em 1890 era de 14,8%, passando em 1900 para 25,5%, indicando que as medidas tomadas na 1.ª década da República surtiram algum efeito. Não obstante, nos vinte anos seguintes praticamente não cresceu, sendo de 25,5% em 1920. Este baixo índice era motivo de vergonha por parte da inteligência brasileira, que o responsabilizava por

todos os problemas nacionais, mas somente depois de 1920 iniciou-se movimento contra o analfabetismo.

Durante toda a Primeira República nota-se a inexistência de qualquer organismo nacional de ensino. Jamais existiu qualquer fundo nacional de educação, apesar de não terem faltado propostas de homens públicos nesse sentido. Em 1925, aprovou-se uma lei permitindo o auxílio sistemático do governo central aos estados para o desenvolvimento da educação, porém não chegou a ser implantada por falta de dotação orçamentária.

Várias são as justificativas que se encontram para explicar este triste quadro do sistema educacional brasileiro. O regime de dominação oligárquica e o modelo agrário-mercantil das três primeiras décadas republicanas estimulou o completo desinteresse da população rural pela instrução. *"Mesmo as capitais dos estados, e a maioria de suas cidades, guardavam muitas características rurais e sua administração era dominada pelo poder dos donos da terra, desinteressados pela instrução do povo. Para a formação das elites e de parte das classes médias emergentes nos grandes centros urbanos, cuidava a União de reformar e ampliar as oportunidades nos níveis médio e superior"*. (31:79)

O pequeno índice de crescimento do ensino elementar verificou-se, como não podia deixar de ser, nos estados privilegiados da República. As classes emergentes e o proletariado procuravam a escola como um meio de ascensão social ou para concorrer ao mercado de trabalho. Acredita-se que a primeira razão tenha pesado mais na demanda escolar nas cidades. Não havia muita procura de habilitação técnica, mesmo porque a indústria ainda incipiente crescia muito lentamente. Além disso o ensino técnico, habilitando para os ofícios manuais, conservava o estigma da escravidão. Os segmentos médios da sociedade viam na educação humanística e letrada um veículo de mobilidade social, um meio de tornar-se "doutor" como os varões da velha aristocracia e da alta burguesia.

O desenvolvimento econômico no sudeste e sul beneficiou também o ensino, propiciando recursos e criando melhores condições para sua expansão. Os imigrantes contribuíram para o crescimento da demanda de instrução, não só por serem provenientes de países de melhores níveis culturais como também por que aspiravam a uma melhor posição na escala social.

O ensino superior, símbolo da classe dominante e aristocrática, desenvolveu-se bastante durante a República. Registre-se, porém, que o número de escolas destinadas à formação de profissionais liberais excedia em muito as entidades destinadas à pesquisa no campo de ciências aplicadas. Para 9 institutos dessa ordem, fundados de 1890 a 1930, e dos quais 5 em São Paulo, criaram-se 33 escolas superiores profissionais, 8 de medicina, 8 de engenharia e 17 de direito. Foram criadas faculdades de medicina em Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Recife, Niterói e Distrito Federal, escolas de engenharia em S. Paulo, Porto Alegre, Bahia, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Juiz de Fora. Note-se a concentração das escolas superiores para as carreiras liberais nas cidades das regiões mais prósperas e a preferência para as escolas de direito, mantenedoras da ideologia da elite dominante. Não foram criados institutos para pesquisas científicas. Os poucos que existiram foram instalados para atender a uma necessidade imediata. O "Instituto de Manguinhos", que veio a se tornar grande centro de pesquisas (Fundação Oswaldo Cruz), foi inicialmente um laboratório destinado a preparar soros para o combate da peste bubônica. Não havia por parte do governo nenhuma preocupação em desenvolver estudos científicos. As atividades neste campo se realizavam isoladas, sem planejamento, graças a esforços pessoais de alguns elementos em entidades como museus, estações experimentais e laboratórios, sem serem voltadas para o ensino.

A respeito da predominância da mentalidade tradicional da elite em todo o sistema escolar, assim se expressa Fernando de Azevedo^(6:149) :
"Podia parecer à primeira vista que as possibilidades abertas pela Constituição de 1934 de organizarem os estados os seus sistemas escolares, dessem lugar à criação de focos de renovação de cultura e do ensino. Como, porém, as novas instituições escolares foram criadas por iniciativa ou sob a inspiração das elites que provinham das antigas faculdades e tinham a mesma mentalidade e formação cultural, esses sistemas educativos vieram a ser outros tantos instrumentos, não de renovação, mas de conservação e difusão dos tipos de ensino tradicionais e das velhas culturas. A tradição constituía um elemento não só organizador mas solidificador de estruturas ainda mal assentadas que se iam conformando, à medida que se desenvolviam, às idéias dominantes e aos moldes do sistema federal, fundidos no Império. Certamente os sistemas estaduais, novos, em via de crescimento e formação, apresentavam uma plasticidade maior,

e foi da periferia para o centro, do Distrito Federal e dos Estados para o governo da União, que partiram os primeiros movimentos de reforma e de reconstrução geral. Mas, a identidade de concepção de cultura, a pobreza dos orçamentos locais e a pressão do aparelhamento burocrático e fiscal do ensino, entravando as iniciativas e instalando a rotina, aceleraram o processo de estratificação e burocratização desses sistemas em que, apesar de novos, também se aquartelaram, como no sistema federal, as forças conservadoras e por vezes, reacionárias".

Essas forças reacionárias começaram a se fazer sentir no período pós-guerra, como consequência das transformações sociais causadas pelas alterações, já mencionadas, nos setores econômico e político. Essas mudanças provocaram rompimentos com antigas normas em várias áreas da criatividade humana e motivaram um entusiasmo incontido pela escolarização e por novas orientações pedagógicas. Firmava-se a crença de que a escolarização é condição "sine-qua-non" para que o país se tornasse uma nação das mais progressistas. Para Jorge Nagle^(29:101) "comparando com os três decênios que o antecederam, o terceiro decênio deste século representa a etapa em que explode, barulhento e rápido, o surdo e lento processo de represamento de energias: continuamente se discutem, se identificam e se analisam "os grandes problemas nacionais", para os quais se propoem conjuntos muitas vezes contraditórios de soluções. Entre eles se privilegia o da escolarização, em muitos espíritos transformado no único e grave problema da nacionalidade".

Motivos políticos colaboraram para reforçar esta posição. A postura ideológica em favor da difusão quantitativa do ensino, que afirmava que "a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina"^(29:102) mascarava a preocupação de ampliar as bases eleitorais, já que analfabetos não votavam.

Procurava-se transformar os objetivos, os conteúdos e a função social da escola primária, que passou a ser centro de atenções de educadores e homens públicos. Entretanto, o "entusiasmo pela educação" não escondia o receio de que, com a alfabetização em massa, se vissem despertados a consciência política e o inconformismo dos analfabetos.

Em São Paulo, onde o movimento renovador de idéias era mais ativo, apoiado pela burguesia dominante e pelas novas camadas sociais, deu-se a reforma do sistema de ensino paulista (1920) desencadeando outras reformas

estaduais: a reforma cearense (1923), a da Bahia (1925), a de Minas (27/28), a de Pernambuco (28/29) e a do Distrito Federal (1928). Nas mais das vezes, essas reformas constituíam, na realidade, a organização dos sistemas estaduais de ensino até então inexistentes. Mesmo com todos esses movimentos, a situação do ensino primário era lamentável, mal regulamentado e carente de recursos materiais e financeiros. *"Tratava-se de reproduzir, no país, as escolas como existiam elas nos países desenvolvidos. Não nos ocorria que não tínhamos nem dinheiro para manter, nem cultura tradicional a perpetuar em escolas semelhantes às daqueles países. As tentativas se sucediam com escolas instaladas, às vezes, à perfeição e logo depois decadentes"*, como observa Anísio Teixeira^(45:65).

No domínio da escola secundária e superior, apesar das polêmicas visando substituir o antigo padrão humanista pelo espírito científico, os padrões antigos praticamente não se alteraram. A União procurava manter as feições tradicionais desses dois setores de ensino, conservando assim os valores tradicionais da elite.

Em 1920, por determinação do Governo Federal, foi criada no Rio de Janeiro a primeira universidade do país, constituída da união de três faculdades. Em 1921, o próprio reitor da Universidade dispunha: *"Não errarei afirmando, pois, que a Universidade do Rio de Janeiro está, apenas, criada "in nomine", e, por esta circunstância, se acha, ainda, longe de satisfazer o "de*sideratum" do seu regimento: 'estimular a cultura das ciências; estreitar entre os professores, os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino! Constituída pela agregação das três faculdades prê-existentes, de Engenharia, de Medicina e de Direito, do Rio de Janeiro, nem, ao mesmo, têm elas a sua localização comum ou próxima; vivem apartados e como alheios uns dos outros os três institutos que a compõem, sem laço de ligação, além do Conselho Universitário, cujos membros procedem das três faculdades".^(29:130)

As realizações do Governo Federal na área do ensino superior limitaram-se à criação dessa universidade e à autorização para instalar universidades em alguns estados.

Como recurso para julgar o grau de interesse demonstrado pelo Governo com relação à instrução pública, Jorge Nagle^(29:291) cita o número de escolas e respectivas matrículas para cada categoria de ensino, no ano de 1929:

"Instrução primária: federais 318 e 26.761; estaduais: 17.399 e 1.219.502; municipais: 6.938 e 395.628; particulares: 7.628 e 415.725. Isso quer dizer, de um lado, que as responsabilidades dos Estados foram maiores que as da União; de outro, que a porcentagem de escolas públicas foi de 76,37% e a de matrículas nessas escolas foi de 79,79%. Além disso, é interessante notar que a porcentagem de aumento das escolas públicas, no período de 1920 a 1929, foi de 65,73%, enquanto nas escolas particulares foi de 9,14%.

Instrução secundária: federais: 6 e 2.589; estaduais: 24 e 5.301; municipais: 10 e 1.305; particulares: 1.090 e 73.995. Neste caso, a situação mais do que se inverte, com a absoluta predominância das escolas particulares e das matrículas nessas escolas; 96,46% delas eram particulares, que absorviam 88,94% da clientela (...)

Ensino superior geral : federais: 10; estaduais: 15; municipais: 2; particulares: 61. O total de matrículas era de 13.293 alunos; predominavam as escolas médico-cirúrgicas e farmacêuticas, em número de 56, com uma matrícula de 7.604 alunos.

Como se vê, a omissão dos poderes públicos é evidente, (...) fazendo-se exceção do crescimento quantitativo do ensino primário, estimulado graças aos esforços estaduais são dados dessa natureza, mais do que quaisquer outros, que retratam mais fielmente o núcleo das relações entre o Estado e a educação".

Otaíza Romanelli^(37:45) analisa os fatores atuantes na organização e evolução do ensino nas três primeiras décadas da República e na década de 20 e conclui que a educação que foi oferecida à população brasileira nos trinta primeiros anos correspondeu às reais exigências da sociedade de então. O sistema econômico não exigia da escola a formação de recursos humanos, a cultura transplantada baseava-se em modelos importados, a camada social que procurava se instruir, mesmo acrescida de estratos médios urbanos, se utilizava da escola como um meio de ascender socialmente, procurando a instrução como forma de adquirir uma profissão ligada ao intelecto e fugindo do trabalho manual.

A partir da última década da Primeira República o equilíbrio entre o tipo de educação existente e a demanda social de instrução começou a se alterar, como resultado das rupturas sentidas na estrutura social. Com o crescimento da população urbana em certas regiões do país e a emergência cada

vez mais acentuada de camadas médias aumentava a pressão no sentido de exigir uma expansão do sistema educacional, que não mais atendia às necessidades da população.

O novo rumo tomado pela economia em direção ao modelo urbano-industrial fez surgir a necessidade de elementos humanos mais bem preparados para exercer funções compatíveis com o novo modelo. A forma de escolarização mantida pelo Estado, mesmo após as mudanças sociais e econômicas da época dos vinte, continuava identificada com as necessidades da classe dominante. Os últimos anos da República Velha assistiram à crise do sistema educacional, motivada pela defasagem entre o sistema e a demanda social de educação.

3.4 - A Imprensa, a Literatura e o Livro

As alterações política, econômica e social do período repercutiram inevitavelmente na forma como se desenvolveram a literatura, a imprensa, as editoras e o comércio livreiro.

O entusiasmo pelos ideais republicanos que havia se apossado de certos segmentos da camada culta do país, como estudantes, intelectuais, militares e padres, conquistou a imprensa, fazendo com que imprensa e literatura se confundissem. O jornal, além de ser veículo do pensamento político e social, fez as vezes de revista literária, onde eram publicadas peças literárias em forma de suplementos e folhetins.

As significativas mudanças que começavam a se afirmar na estrutura social e as novas doutrinas científicas importadas da Europa provocavam uma agitação cultural, manifestada em movimentos literários que se opunham ao idealismo e subjetivismo romântico. Surgiram movimentos literários como o realismo, que se propunha retratar a realidade e os personagens da vida burguesa e urbana e o naturalismo, que tendia para explicar a realidade dentro de uma visão mais patológica.

Para Werneck Sodré^(44:53) as camadas cultas do fim do séc. XIX permaneciam como que ilhadas, despojadas de função social, procurando, no comportamento boêmio, imitar seus protótipos europeus. Justifica essa atitude pela ausência de público leitor, que fazia com que a vida literária preponderasse sobre a obra literária. A fundação da Academia Brasileira de Letras,

em 1896 corresponde "na sua tendência à seleção e ao brilho social, à tentativa de suprir aquilo que a ausência de público impedia fosse proporcionado aos que se davam às letras. É, ainda aqui, a cópia (com variantes, na verdade), tomando-se como modelo a instituição surgida das condições aristocráticas da França de Richelieu. Mas a verdade é que, de certo modo, correspondia à tradição eminentemente literária de nossa cultura essa instituição que valorizava indivíduos e lhes conferia o brilho que suas obras não lhes podiam conferir".

Depois da fundação da Academia Brasileira de Letras, difundiu-se pelo país a onda de criação de academias. Fundaram-se academias em S. Paulo, Maranhão, Bahia, Minas e Pernambuco.

Quando o poder oligárquico retomou as rédeas do país, reduziu a euforia intelectual do início da República a uma fase de desalento, sentindo-se nas produções literárias falta de criatividade e originalidade. Sem dúvida, as dificuldades enfrentadas pelos autores para verem seus livros editados e o reduzido público leitor devem ter contribuído para a baixa qualidade literária das obras do início do século.

Werneck Sodrê^(43:331) comenta que, não obstante a literatura dos vinte últimos anos do século passado ter se revestido de grande dignidade, os escritores do início deste século estão, em sua quase totalidade, relegados ao esquecimento, com exceção das grandes figuras literárias que sobreviveram à fase anterior. W. Sodrê cita Lúcia Miguel Pereira: "O que caracteriza a época, no domínio da literatura, é a alienação; os intelectuais, que mais lucidamente perceberiam a distância entre o grande império sonhado e a verdadeira situação do Brasil, ainda mais deliberadamente se voltaram para a Europa, já não por se julgarem moralmente europeus, mas por acharem que só de lá lhes viriam ensinamentos e inspirações. A imitação, se continuava a abranger todas as manifestações da vida, muito mais intensa se fazia no domínio das letras, que já não seguiam um impulso, senão inconsciente, pelo menos apenas meio consciente, de toda a nação, e antes dela se afastavam, na medida em que a precediam na importação de figurinos. Importação franca e deliberada".

Os literatos passaram a viver da imprensa, procurando usar os jornais e as revistas ilustradas para conseguir fama e meios de sobrevivência. No início deste século, a imprensa nas grandes cidades era uma empresa com características capitalistas, já em fase que se pode chamar de industrial. No

interior, permanece como empreendimento individual, de caráter artesanal. As revistas ilustradas têm uma boa apresentação, resultado do início da fase fotográfica e de novas técnicas gráficas.

Com os livros, a situação foi diferente. Até 1914, continuaram a ser impressos em editoras européias. O Brasil ainda não tinha casas especializadas nem editores. As oficinas gráficas nacionais eram tipografias organizadas para impressos em geral e não para um ramo industrial pesado, como é a indústria do livro dentro da arte gráfica.

Os poucos livros impressos no país eram de natureza didática. Mesmo assim, a casa Alves, que monopolizava os livros escolares, mandava a maior parte de seus livros para serem impressos no exterior.

Devido às deficiências das técnicas de impressão, as únicas publicações feitas aqui, e que tinham grande aceitação, eram o almanaque e o opúsculo. Este consistia em publicação que não chegava a ser livro, onde eram publicadas obras de alguns literatos. O folhetim, de imitação européia, fazia parte do jornal e era muito apreciado, divulgando também romances de muitos escritores. São Paulo progrediu mais no campo livreiro. Em 1920 tinha cerca de 20 editoras, lançando 203 títulos nesse ano, com uma tiragem de mais de 900.000 exemplares, sendo 2/3 de livros didáticos, o resto, literatura.

Por essa época, Monteiro Lobato estreou como editor lançando-se com afinco no empreendimento, encomendando máquinas no estrangeiro, introduzindo inovações e procurando novas formas de distribuição de livros pelo país.

No Brasil todo havia apenas umas trinta livrarias capazes de receber e vender livros. Monteiro Lobato dinamizou o processo de distribuição, enviando a cada uma das mil agências postais existentes no país uma circular concitando-as a receber "em consignação", livros para vender. *"Quase todos os agentes responderam e Monteiro Lobato inundou o país de livros"*⁽⁴⁶⁾. Lançou razoável número de livros de escritores brasileiros, bem recebidos pelo restrito público leitor de então.

A iniciativa de Lobato como editor e distribuidor de livros, por vicissitudes várias, falhou em 1924. Para Nelson Travassos⁽⁴⁶⁾, a semente estava lançada. *"A indústria de livro existia com o hábito de leitura que Lobato criou no público e com os técnicos que ele fez"*.

Parece que N. Travassos foi por demais otimista, pois seguiu-se um período de retração só superado bem após 1930.

O clima de contestações sociais e políticas do período pós-guerra deu origem à fermentação de novas idéias por parte de uma nova geração de escritores e artistas. Os velhos modelos acadêmicos já não satisfaziam mais e urgia buscar novos caminhos. Sobre o Modernismo, movimento artístico que surgiu dessas insatisfações, é bem esclarecedor este trecho de Mário de Andrade^(2:13), um dos participantes mais ativos: *"Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reavaliação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional"*.

Mário de Andrade ainda diz que o modernismo no Brasil foi uma revolta contra o que era a "Inteligência Nacional", foi um abandono de princípios e técnicas conseqüentes. O movimento "não foi o fator das mudanças político-sociais posteriores a ele no Brasil. Foi essencialmente um preparador, o criador de um estado de espírito revolucionário e de um sentimento de arrebatamento (...) Os movimentos espirituais precedem sempre as mudanças de ordem social"^(2:42).

O movimento modernista, que teve sua afirmação na "Semana de Arte Moderna" em 1922, recebeu a repulsa da burguesia, "tanto a burguesia de classe como de espírito". Foi muito criticado mas conseguiu o que queria: através de um movimento "especificamente destruidor", divulgou para o país que havia uma geração nova de artistas e escritores que lutava pelo rompimento com os antigos padrões culturais e promoveu a descentralização da Inteligência. "O movimento modernista, pondo em relevo e sistematizando uma "cultura" nacional, exigiu da Inteligência estar ao par do que se passava nas numerosas Cataguases"^(2:61).

Para Mário de Andrade, os efeitos dessa descentralização se fixaram no movimento nacional das editoras "provincianas". A Livraria José O Límpio" não era mais a única a publicar as obras dos escritores deste país. Outras se afirmavam, como a Globo, a Nacional, a Martins, a Guãira publicando

obras dos escritores regionais. Entretanto, essas novas editoras citadas por Mário de Andrade, estavam, na realidade, situadas nas capitais dos estados mais afortunados e que se destacaram em toda a Primeira República. "A atividade de editorial, em termos nacionais, tem início após a Revolução de 1930"^(44:132).

BIBLIOTECAS CRIADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

4.1 - Metodologia

Como ponto de partida para o conhecimento da situação das bibliotecas brasileiras criadas de 1890 a 1930, optou-se pelo levantamento de todas as bibliotecas relacionadas no "Guia das Bibliotecas Brasileiras-1976"⁽²¹⁾ cuja data de instalação esteja ali compreendida.

Após exaustiva busca no referido Guia, obteve-se uma listagem de 508 bibliotecas, criadas no período e que existiam até 1976. Os dados considerados indicadores foram também destacados. Esses dados, entretanto, referem-se à situação de cada biblioteca em 1976, ano em que foram coletados os dados para a confecção do Guia, e podem não representar a realidade da biblioteca no tempo em que foi instalada. Foram, então, enviados questionários (Anexo 1) a todas as bibliotecas levantadas, não só com o propósito de verificar se as informações do Guia corresponderiam à situação de cada uma no ano de sua instalação, como também para obter informações complementares que pudessem trazer um pouco mais de luz ao presente estudo.

Procurou-se obter, através do questionário, as seguintes informações:

1. Se as bibliotecas possuem algum documento (tal como ata, estatutos, discursos, etc.) relacionados com a sua criação e instalação e, em caso afirmativo, pediu-se a remessa de uma cópia do documento.

2. Se a biblioteca, na época da instalação, enquadrava-se na mesma classificação que aparece no Guia e, em caso negativo, qual seria sua classificação.

3. Se a dependência administrativa na época da instalação era a mesma de hoje e, em caso negativo, qual a dependência administrativa daquela época (federal, estadual, municipal, particular).

4. Se particular, qual o nome da entidade mantenedora da biblioteca.

Com relação aos questionários enviados e às respostas obtidas, têm-se os seguintes dados:

Questionários enviados.....	508
Questionários devolvidos (destinatários não encontrados)	10
Retorno de questionários respondidos	254
Questionários que confirmaram os dados do Guia	199
Questionários que não confirmaram os dados do Guia	55
Bibliotecas cuja data de instalação ficou fora do período, contradizendo o Guia	12
Bibliotecas que enviaram documentos ou informações complementares .	33

Dos 55 questionários cujas respostas diferem os dados atuais, 12 retificaram a data, situando-a fora do período.

As alterações mais sensíveis foram com relação à classificação em categorias. 19 responderam que a classificação universitária não é adequada (ver capítulo 3, item 3), sugerindo as classificações "biblioteca de faculdade" (7) "especializada" (4) "escolar" (8) e que estas mesmas bibliotecas não eram federais, mas estaduais ou particulares. Houve também alguma discrepância quanto à classificação "popular-particular", "outra não especializada e pública". 7 discordaram quanto à data de instalação mas as novas datas fornecidas mantiveram-se dentro do período 1889/1930.

Como apenas 12 em 254 das respostas, ou seja, cerca de 5%, forneceram informações que colocam as respectivas bibliotecas fora deste estudo, pode-se julgar os dados atuais do Guia adequados para uma análise global. Foram consideradas todas as bibliotecas levantadas, com exceção dessas 12.

O "Guia das Bibliotecas Brasileiras - 1976" adota as seguintes classificações para os vários tipos de bibliotecas:

- escolar
- universitária de estabelecimento isolado
- universitária geral
- universitária do centro universitário
- pública ou popular municipal
- pública ou popular-particular

- especializada
- outra não especializada.

A pesquisa, realizada em âmbito nacional, fez um levantamento das unidades que reunissem acervo de 300 ou mais volumes, tendo como ano de referência 1976.

O critério adotado para a classificação não vem especificado no Guia, que se limita a apresentar uma listagem de bibliotecas com dados sobre a localização, acervo, classificação, ano de instalação, sistema de classificação, número de consultas e área útil de cada biblioteca. Aguardou-se a publicação do volume complementar do Guia anunciado no 1º volume esperando-se que o critério de classificação viesse então especificado, o que não ocorreu.

Recorrendo ao antigo Guia das bibliotecas brasileiras, publicado pelo INL EM 1969, observou-se que a classificação não é a mesma do Guia de 1976. No guia antigo, segundo a explicação em sua introdução, foram adotadas, para a classificação das bibliotecas, as sugestões elaboradas conjuntamente pela secretaria geral da UNESCO e a IFLA e divulgadas no Statistical Yearbook 1963, que definem as várias categorias como se seguem :

a) Bibliotecas universitárias - as destinadas, primordialmente, aos corpos docente e discente dos estabelecimentos de ensino superior.

b) Bibliotecas escolares - as anexas aos estabelecimentos de ensino dos níveis primário e médio e destinadas principalmente aos respectivos professores e alunos.

c) Bibliotecas especializadas - as de acervos compostos, em sua maior parte, de assuntos específicos - como por exemplo, sociologia, economia, medicina, agricultura, etc. - e destinadas principalmente a um número restrito de leitores.

d) Bibliotecas públicas - as destinadas ao público em geral (como por exemplo, as estaduais e municipais) ou a determinadas categorias de público (como, por exemplo, crianças, operários, militares, doentes, etc) e que podem ser mantidas pelas mais diversas entidades, tais como a administração pública em qualquer nível, associações de qualquer natureza (culturais, religiosas, recreativas, sindicais, etc), hospitais, estabelecimentos penais, instalações militares, etc.

O "Guia - 1976" apresenta ainda as categorias "outra não especializada" e "pública", separada em "pública ou popular - municipal" e "pública ou populares - particulares". Subdivide a categoria universitária em "universitária geral", "universitária de estabelecimento isolado e" universitária do centro universitário".

Procurou-se, nesta dissertação, simplificar esta classificação tendo em vista a tabulação dos dados. Observou-se através dos questionários respondidos que há uma hesitação por parte dos próprios encarregados das bibliotecas (que na maior parte não são bibliotecários formados) em confirmar ou não a classificação especificada no "Guia - 1976" para suas bibliotecas.

As bibliotecas classificadas em "popular" e "outra não especializada" parecem ter características bem semelhantes: servem a determinadas categorias de público (comerciários, operários, militares, religiosos, etc.) mantidas pelas mais diversas entidades (sindicatos, agremiações religiosas ou culturais, associações de classe, etc.) cujo acervo é de caráter geral. Justifica-se assim a reunião de bibliotecas classificadas como "outra não especializada" e como "popular", apresentando-as todas dentro desta última classificação.

Para efeito deste trabalho considerou-se a seguinte classificação:

Biblioteca especializada - de acervo composto, em sua maior parte, de assuntos específicos, destinada a determinada categoria de público, podendo ser aberta ou não à comunidade local, mantida por entidades governamentais ou particulares diversas.

Biblioteca pública - de acervo geral, destinada à comunidade local ou regional e mantida por órgão público (estadual ou municipal).

Biblioteca popular - de acervo geral, serve a determinadas categorias de público, podendo ser aberta ou não à comunidade local mantida por entidades particulares ou governamentais diversas.

Biblioteca escolar - anexa a estabelecimento de ensino de qualquer categoria abaixo de ensino superior e destinada principalmente aos respectivos professores e alunos, embora possa também servir à comunidade.

Biblioteca universitária - destinada primordialmente aos corpos docentes e discentes de estabelecimentos de ensino superior. Mantém-se a

denominação universitária, apesar de não pertencer, no período em estudo, a Universidades mas apenas a escolas de nível superior.

4.2 - Análise de Dados

Para melhor avaliação dos dados, os estados foram agrupados em regiões, seguindo uma orientação que atende mais aos objetivos desta análise, afastando-se da divisão usual das regiões brasileiras.

Os dados estatísticos utilizados com informações sobre a população brasileira, por serem resultados de censo, algumas vezes não se encaixam na mesma divisão de períodos adotada para os dados da pesquisa. Entretanto alguns cálculos feitos atestaram a irrelevância dessa diferença para o estudo pretendido.

Inicialmente, procurou-se fazer um gráfico comparativo com dados estatísticos de bibliotecas colhidos na época e os dados conseguidos a partir do "Guia das Bibliotecas Brasileiras". (Gráfico I).

Como os dados da época, obtidos de fontes diversas, são insuficientes e muitas vezes não coincidentes, construiu-se uma tabela auxiliar para agrupá-los (Tabela 1).

Até 1912 há dados sobre as bibliotecas "criadas", e noutra fonte, a partir de 1907, os dados referem-se a bibliotecas "existentes". As "existentes", no fim dos períodos foram calculadas pela soma das "criadas" (anexos 2 e 3).

Note-se que esses dados apresentam discrepâncias incriveis no final da Primeira República (gráfico I), justificadas pelas notas que vêm junto às tabelas da época:

a) "A significação dos algarismos atribuídos aos diversos anos que figuram na tabela é bastante variável. Apenas de 1936 em diante foi fixado um critério para apuração dessa estatística. Daí não haver um crescimento progressivo, como seria normal".

b) Para 1922, "compreendem-se no total todas as bibliotecas de uso não individual, por menos importantes que sejam".

Utilizando as tabelas 1 e 2 e os anexos 2 e 3 traçou-se o Gráfico

co I, que mostra as duas poligonais obtidas com os dados da época e os levantados através do Guia. Como ponto inicial para as duas poligonais partiu-se do número de bibliotecas existentes no país até 1890 (anexo 2).

Observe-se que são dados distintos, pois os da época apresentam o número de bibliotecas já existentes que funcionavam ainda e as criadas no período, não se sabendo quais ainda existem. Os outros dados baseiam-se em bibliotecas criadas de 1890 a 1930 e que ainda existiam até 1976.

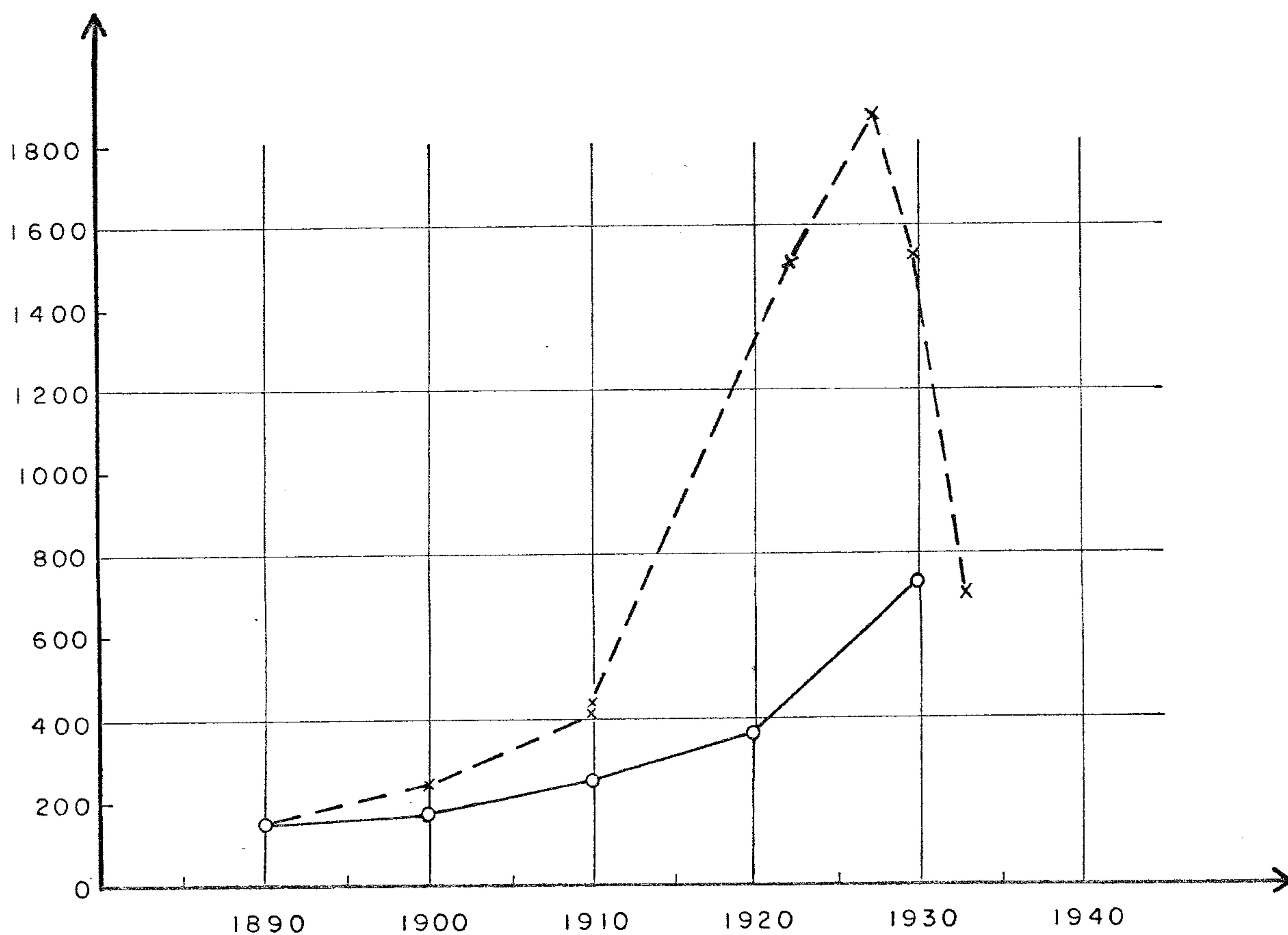
A poligonal com os dados da pesquisa atual é bem mais regular, inferindo-se que esses dados, por terem sido coletados observando-se critérios determinados, têm grande probabilidade de serem mais confiáveis. Outros sim, podem ser considerados uma amostragem do panorama de bibliotecas na Primeira República.

A tabela 2 está representada nos gráficos I, II e III e no mapa I, permitindo uma visualização mais clara da situação de bibliotecas criadas na Primeira República no que diz respeito às categorias e à distribuição nas regiões do país.

O mapa I indica que a maior quantidade de bibliotecas criadas em todo o período encontrava-se nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Seguiam-se-lhes o Distrito Federal e Rio Grande do Sul, com um desenvolvimento quantitativo bem menor. Os outros estados instalaram pouquíssimas bibliotecas no período.

GRÁFICO I

REPRESENTAÇÃO DO NUMERO DE BIBLIOTECAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA
SEGUNDO PESQUISA E DADOS ESTATÍSTICOS



LEGENDA

○—○ PESQUISA ATUAL

x--x DADOS DA ÉPOCA

TABELA 1 (auxiliar para o gráfico I)

Dados	Período ou ano	Até 1890	1891 a 1900	1901 a 1910	1911 a 1920	1922	1927	1929	1921 a 1930	1933
Da época	Criadas (1)	147	101	161	-	-	-	-	-	-
	Existentes no fim dos períodos (2)	147	248	409	-	-	-	-	-	-
	Existentes (3)	-	-	442	-	1509	1874	1527	-	700
	Criadas (4)	-	33	78	112	-	-	-	263	-
	Existentes no fim dos períodos (5)	147	180	258	370	-	-	-	633	-
Pesquisa atual										

- (1) - Fonte : Anexo 2
- (2) - Calculados a partir dos dados de (1)
- (3) - Fonte : Anexo 3
- (4) - Fonte : Tabela 2
- (5) - Calculados a partir dos dados de (4).

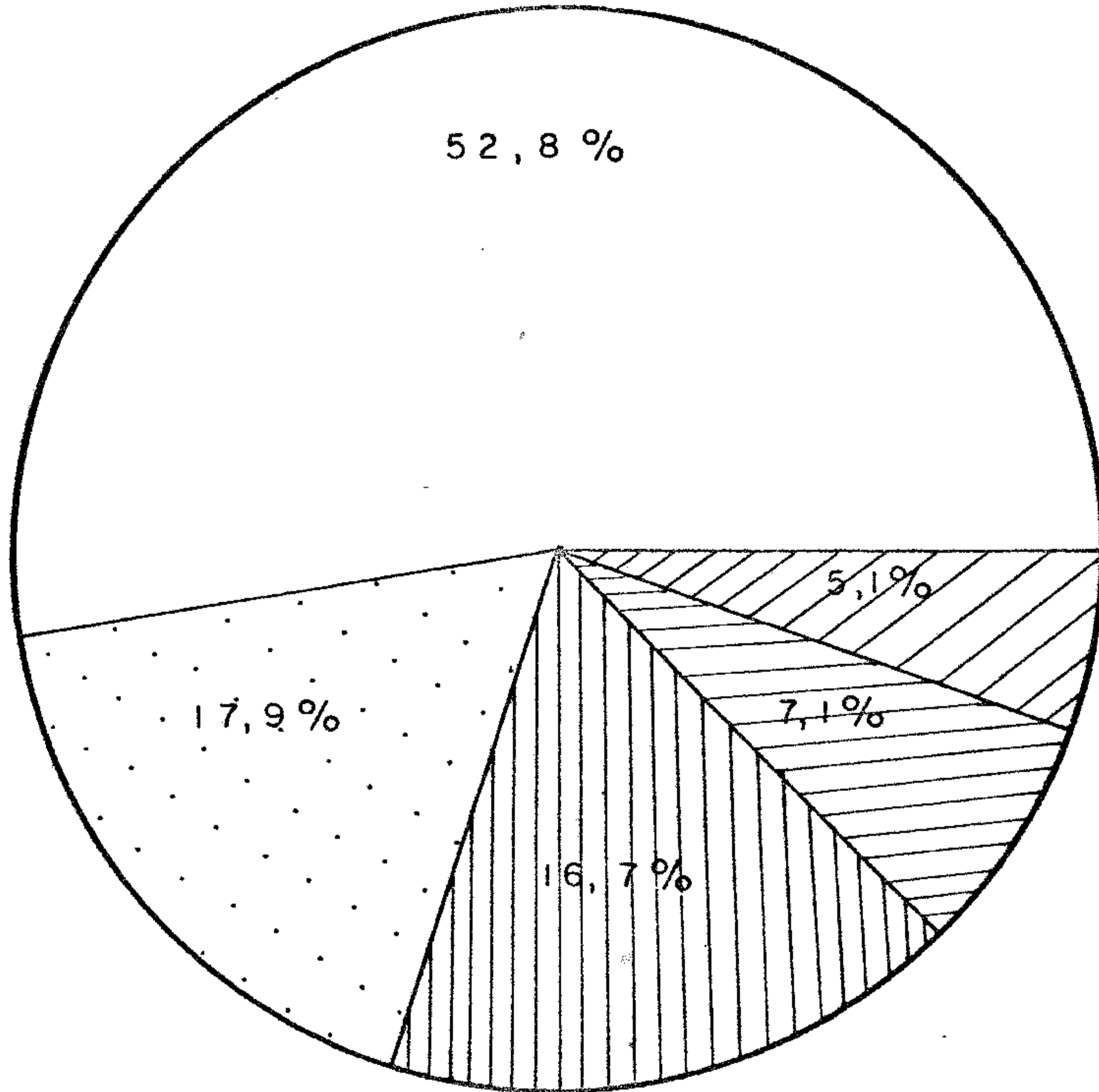
Períodos
Categoría

Períodos

Est.	1890/1899			1900/1909			1910/1919			1920/1930			Totais				
	Pub	Pop	Esc	Un	Pop	Esc	Un	Pop	Esc	Un	Pop	Esc		Un	Pop	Esc	Un
AM	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	7
PI	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
CE	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	3	-	-	-	7
RN	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4
PE	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	10
AL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	2	-	-	-	10
BA	-	-	-	-	1	-	1	-	3	1	-	3	2	3	-	-	20
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUB-TOTAIS	-	-	1	-	3	2	3	4	5	9	4	5	16	8	1	5	80
MG	2	-	1	2	2	6	-	1	4	13	4	2	1	6	74	2	126
RJ	-	-	-	-	1	2	-	-	1	1	1	-	-	1	8	-	19
DF	-	1	2	-	1	4	1	3	2	4	1	7	1	3	9	2	52
SP	-	1	1	-	7	10	3	3	5	20	1	4	3	9	25	3	113
SUB-TOTAIS	2	2	4	2	11	22	4	7	12	38	6	13	5	19	116	7	310
PR	-	-	1	-	-	1	-	3	3	3	1	1	-	2	7	-	27
SC	-	1	-	-	-	3	-	-	3	-	-	-	2	3	-	-	12
RS	-	4	-	2	3	7	1	-	1	4	1	3	-	3	23	3	61
SUB-TOTAIS	-	5	1	2	3	11	1	3	7	7	2	4	2	8	30	3	100
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	4
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
SUB-TOTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	6
TOTAIS	2	7	6	4	14	35	8	14	24	54	12	22	11	35	167	11	496
TOTAIS PERÍODOS			33		78				122				263				

GRÁFICO II

DISTRIBUIÇÃO DE BIBLIOTECAS SEGUNDO AS CATEGORIAS (1890/1930)



LEGENDA

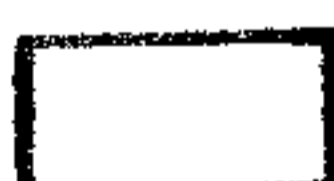
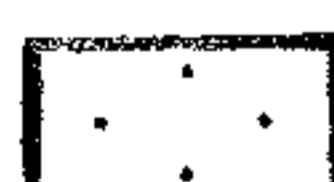



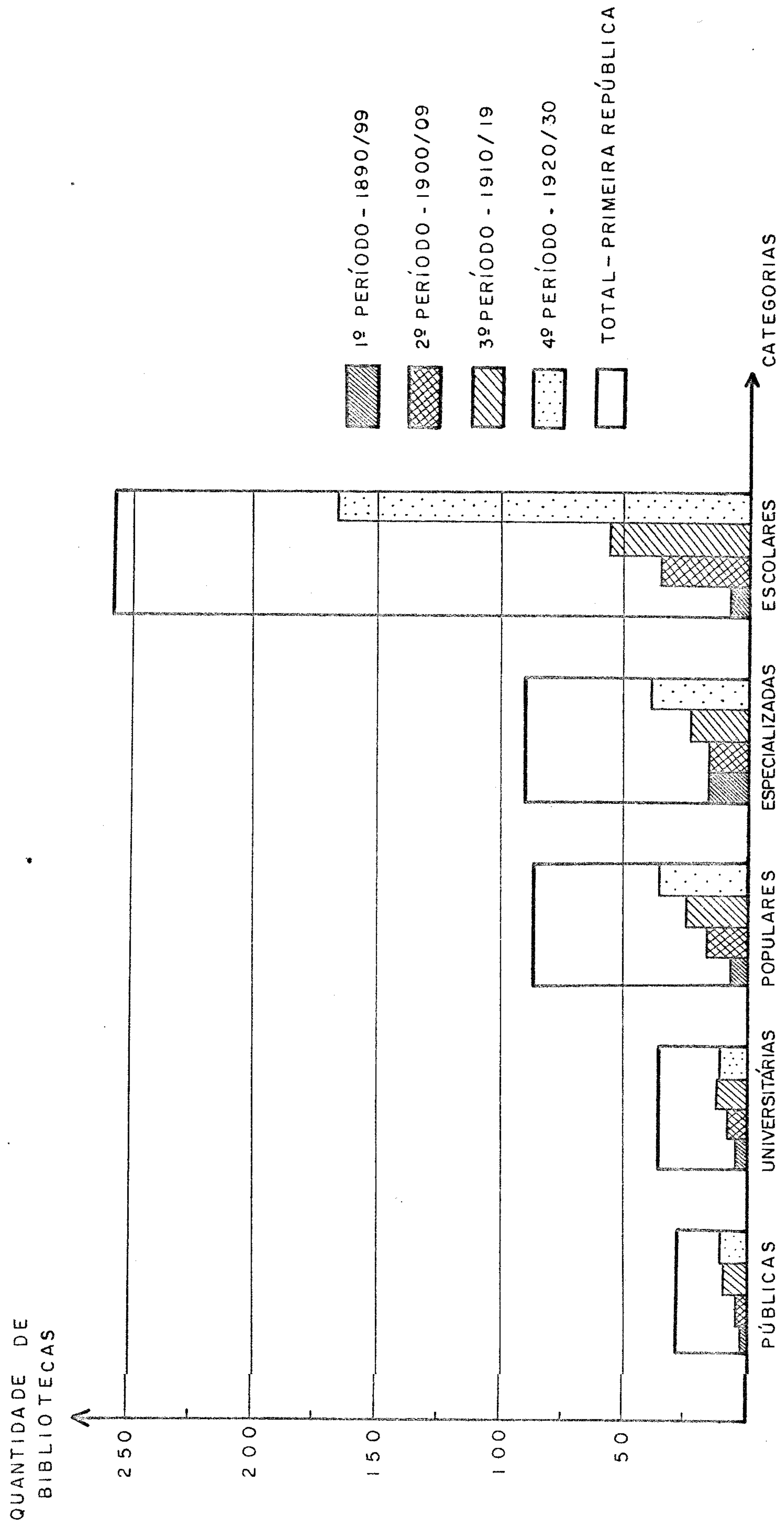
-  ESCOLARES
-  ESPECIALIZADAS
-  POPULARES
-  UNIVERSITÁRIAS
-  PÚBLICAS

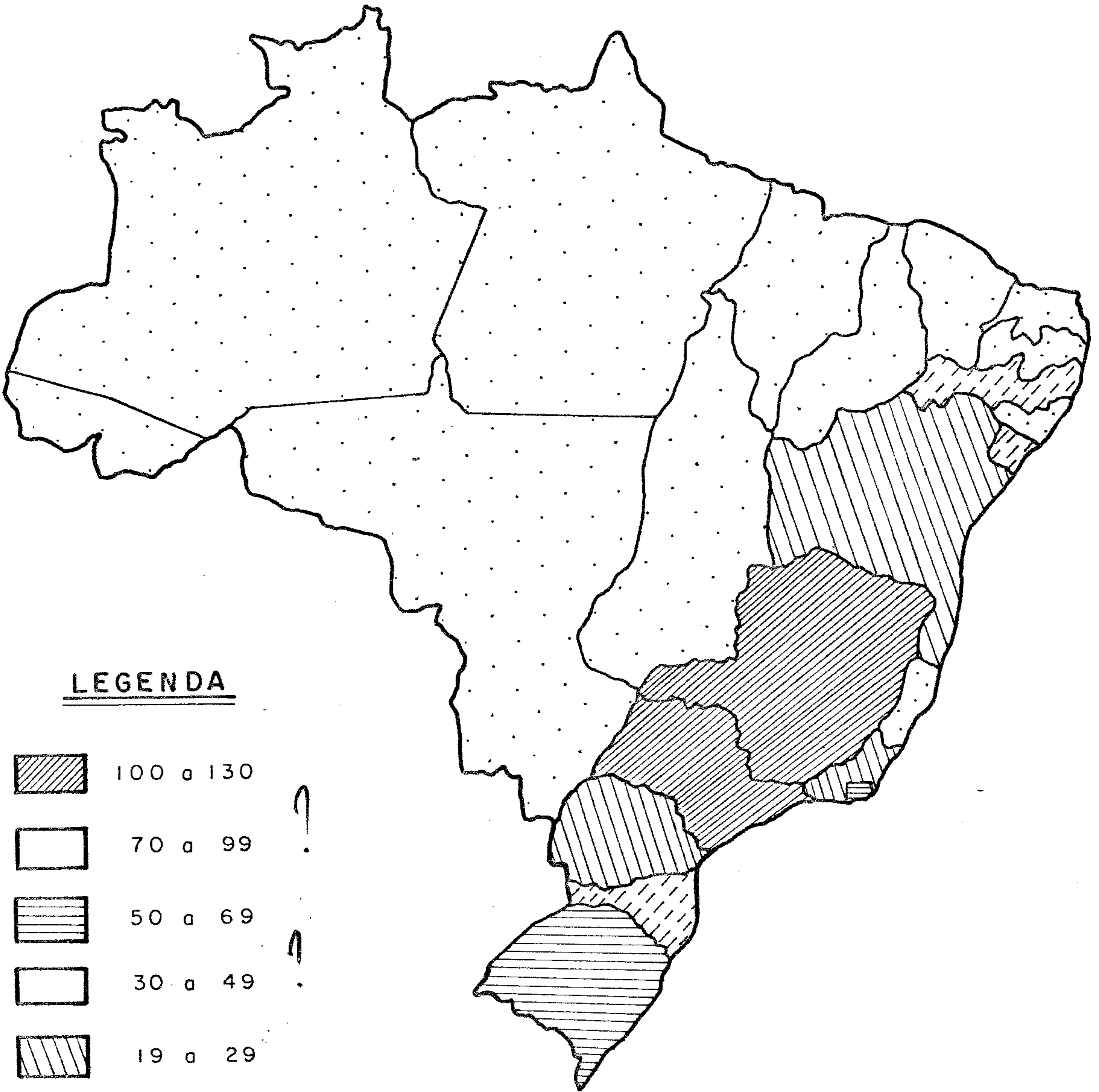
GRÁFICO III

DISTRIBUIÇÃO DE BIBLIOTECAS SEGUNDO AS CATEGORIAS E PERÍODOS



MAPA I

DISTRIBUIÇÃO DE BIBLIOTECAS NOS
ESTADOS DA FEDERAÇÃO (1890 - 1930)



LEGENDA

	100 a 130
	70 a 99
	50 a 69
	30 a 49
	19 a 29
	10 a 18
	0 a 9

A observação dos gráficos II e III revela : Houve um predomínio de bibliotecas escolares sobre as demais categorias, só ultrapassado ligeiramente pelas bibliotecas especializadas no 1º período.

O aumento de criação de bibliotecas escolares no 2º período em relação ao 1º foi muito grande, no 3º ficou quase estacionado, tornando a elevar-se bem mais no último.

As bibliotecas especializadas, apesar de um pouco mais numerosas que as escolares no 1º período, não tiveram sua criação aumentada no período seguinte. Nos dois últimos, não sofreram aumento muito significativo.

As bibliotecas públicas foram em quantidade reduzidíssima em todo o período. Permaneceram no mesmo nível nos dois primeiros períodos, acusaram pequeno acréscimo no 3º e se mantiveram assim até 1930.

As bibliotecas populares foram em número mais representativo que as públicas. Demonstraram um crescimento quantitativo progressivo em todos os períodos.

As bibliotecas universitárias também não representaram muito no quadro geral das bibliotecas de 1890 a 1930. Tiveram sua criação aumentada no 2º período, mas conservaram-se praticamente na mesma posição nos posteriores.

A porcentagem das bibliotecas escolares, junto com a das bibliotecas universitárias, atesta que mais da metade das bibliotecas criadas (59,9%) destinava-se a dar suporte à educação formal.

A tabela 3 reúne o índice populacional de cada estado em relação à população total do país, o índice da população alfabetizada relativo à população dos estados e regiões e o número de bibliotecas existentes até 1890 e as criadas de 1890 a 1920. Foram tomados como referência os anos de 1890, 1900 e 1920 porque não há dados censitários sobre 1910 e 1930.

OBS. - No recenseamento de 1890 a população não foi discriminada por idades relativamente ao grau de instrução. No recenseamento de 1900 a população foi dividida, quanto ao grau de instrução, apenas em dois grupos de idade : menores e maiores de 15 anos. O de 1920 refere-se a pessoas alfabetizadas de 15 anos ou mais.

Os mesmos dados censitários da tabela acima foram usados na tabela 4, que completa as informações da anterior.

TABELA 3 - População Relativa dos Estados à População do País, População Alfabetizada Relativa à População dos Estados e Regiões, Bibliotecas Existentes até 1890 e Criadas de 1890/1920.

Regiões (áreas, km ²)	Es ta dos	1890			1900		B.cri. 1890/ 1900	1920		B.cri. 1901/ 1920
		Pop(1) relat.	Pop(2) alfab.	Nº de bib(3)	Pop(1) relat.	Pop(2) alfab.		Pop(1) relat.	Pop(2) alfab.	
1 ^a 49,0 x 10 ⁵	AM	1,03	16,2	1	1,43	32,1	-	1,49	25,6	5
	PA	2,29	22,2	4	2,56	30,0	-	3,21	29,3	1
	MA	3,00	13,2	2	2,86	25,4	-	2,85	15,9	3
	PI	1,87	9,9	-	1,92	17,3	-	1,99	12,0	1
	CE	5,62	13,4	5	4,87	21,8	-	4,31	18,6	4
	RN	1,87	15,4	-	1,57	20,4	-	1,75	17,9	5
	PB	3,19	12,5	1	2,81	16,8	-	3,14	31,2	2
	PE	7,19	14,2	10	6,76	19,3	2	7,03	17,8	5
	AL	3,57	13,8	4	3,72	20,0	1	3,19	14,8	2
	SE	2,17	10,2	2	2,04	24,7	1	1,56	16,7	4
	BA	13,39	8,7	10	12,15	22,8	2	10,88	18,4	9
ES	0,95	13,5	2	1,20	26,9	-	1,49	23,6	-	
1 ^a Reg.	-	46,14	12,4	41	43,89	22,3	6	42,89	18,4	41
2 ^a 8,7 x 10 ⁵	MG	22,21	10,4	10	20,61	25,6	7	19,22	20,7	39
	RJ	6,12	15,2	11	5,31	23,1	1	5,09	24,7	4
	DF	3,65	51,7	31	4,66	51,9	5	3,78	63,3	14
	SP	9,66	14,1	29	13,09	24,7	6	15,00	29,8	33
2 ^a Reg.	-	41,64	15,6	81	43,67	28,3	19	43,09	27,9	90
3 ^a 5,8 x 10 ⁵	PR	1,74	13,8	4	1,87	23,9	4	2,24	28,2	10
	SC	1,98	19,6	4	1,84	25,7	1	2,18	29,5	3
	RS	6,26	25,3	13	6,59	32,6	6	7,12	38,8	21
3 ^a Reg.	-	9,98	23,0	21	10,30	29,8	11	11,54	35,0	34
4 ^a 22 x 10 ⁵	MT	0,65	16,9	1	0,68	27,0	-	0,81	29,1	3
	GO	1,59	11,0	3	1,46	21,8	-	1,67	25,3	-
4 ^a Reg.	-	2,24	12,7	4	2,14	23,4	-	2,48	19,8	3
Brasil	-	100,00	14,8	147	100,00	25,7	36	100,00	24,5	168

(1) - Fonte : Anexo 4

(2) - Calculado a partir dos Anexos 4 e 5

(3) - Bibliotecas existentes até 1890 . Fonte : Anexo 2.

TABELA 4 - Comparação Entre a População Alfabetizada, Não Alfabetizada, Urbana e Bibliotecas (1890/1930)

POPULAÇÃO	1890		Nº bib até 1890	1900		Bib. cr. 1890/ 1900	1920		Bib. cr. 1901/ 1920	1930		Bib. cr. 1921/ 1930
	População	%		População	%		População	%		População	%	
Alfabetizada	2.120.559	14,8	147	4.448.681	25,5	36	7.493.357	24,5	168	-	32,0 ⁽¹⁾	292
Não Alfabetizada	12.213.356	85,2	-	12.989.753	74,5	-	23.142.248	75,5	-	-	68,0 ⁽¹⁾	-
Urbana	-	-	-	-	10,0	-	-	16,0	-	-	22,5 ⁽¹⁾	-
Total	14.333.915	-	147	17.438.434	-	36	30.635.605	100,0	168	37.625.436	-	292

Bib. cr. - bibliotecas criadas

(1) - Dados estimados por interpolação gráfica, devido à falta de dados estatísticos.

Observando a tabela 3, conclui-se :

a) A população da 2^a região conservou-se aproximadamente igual à da 1^a até 1920.

b) Comparada com a 1^a região, que ocupa uma enorme área, houve bem mais concentração de população na 2^a região.

c) A 3^a região teve uma população relativa bem abaixo dos índices da 1^a e 2^a região.

d) Rio Grande do Sul foi o estado da 3^a região que apresentou maior índice populacional durante todos os períodos.

e) A 4^a região foi escassamente povoada em toda a República Velha, constituindo sua população uma parcela ínfima da população do país.

f) Os índices de alfabetização da 2^a região, onde houve maior concentração populacional, foram pouco superiores até 1900, tendo aumentado um pouco mais após essa data.

g) O índice mais elevado de alfabetização situou-se no Distrito Federal, que deteve em média mais do dobro de toda a região.

h) Os maiores índices de alfabetização por regiões estiveram sempre na 3^a região, que teve sua população sempre menor que as duas primeiras.

i) O Rio Grande do Sul foi o estado que teve o maior índice de população e de alfabetização da 3^a região.

Com relação à criação de bibliotecas, verificou-se o seguinte:

a) De 1890 a 1900 criaram-se cerca de três vezes mais bibliotecas na 2^a região que na 1^a.

b) De 1901 a 1920 as bibliotecas criadas na 2^a região representaram cerca de duas vezes mais as criadas na 1^a região e três vezes mais as da 3^a.

c) No Distrito Federal, onde havia maior número de bibliotecas até 1890, as bibliotecas criadas após essa data foram em menor quantidade do que em Minas e São Paulo, que apresentaram índice de alfabetização bem mais baixo.

d) A 3^a região, que deteve a maior taxa de alfabetização mas teve uma população pequena, criou bem menos bibliotecas que a 2^a região e em alguns períodos, até menos que a 1^a.

e) Minas Gerais, que foi o estado mais populoso de 1890 a 1920, mas que teve sua população relativa à população do país decrescida nesse período, apesar do baixo índice de alfabetização, representou o estado que mais instalou bibliotecas de 1901 a 1920.

f) A 4ª região, pouquíssimo povoada, mas com índices de alfabetização próximos aos das outras regiões, organizou pouquíssimas bibliotecas.

Deduz-se por estas observações que nem o índice de alfabetização nem o de população podem ser tomados como seguros índices motivadores de criação de bibliotecas.

Parece que a distribuição irregular da população no território nacional foi um fator que pesou para a pouca demanda de bibliotecas.

Nas áreas em que houve uma maior concentração de população, como na 2ª região, verificou-se maior instalação de bibliotecas.

Pela análise acima, verifica-se que a concentração de população é um dado mais representativo como motivador de criação de bibliotecas, podendo ser tomado como variável ponderável.

TABELA 5 - Bibliotecas Escolares da 1^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa

Estados	Períodos								Total	
	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30			
	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.
AM c	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA c	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA c	-	-	1	-	-	-	1	-	2	-
i	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
PI c	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
i	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
CE c	-	-	-	-	1	-	-	2	1	2
i	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-
RN c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1
PB c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE c	-	1	-	-	-	-	1	-	1	1
i	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-
AL c	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE c	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1
i	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
BA c	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1
i	-	-	1	-	-	-	1	-	2	-
ES c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1	2	-	6	3	12	3	20	7

c - capital

part - particular

i - interior

est - estadual

TABELA 6 - Bibliotecas Escolares da 2^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa

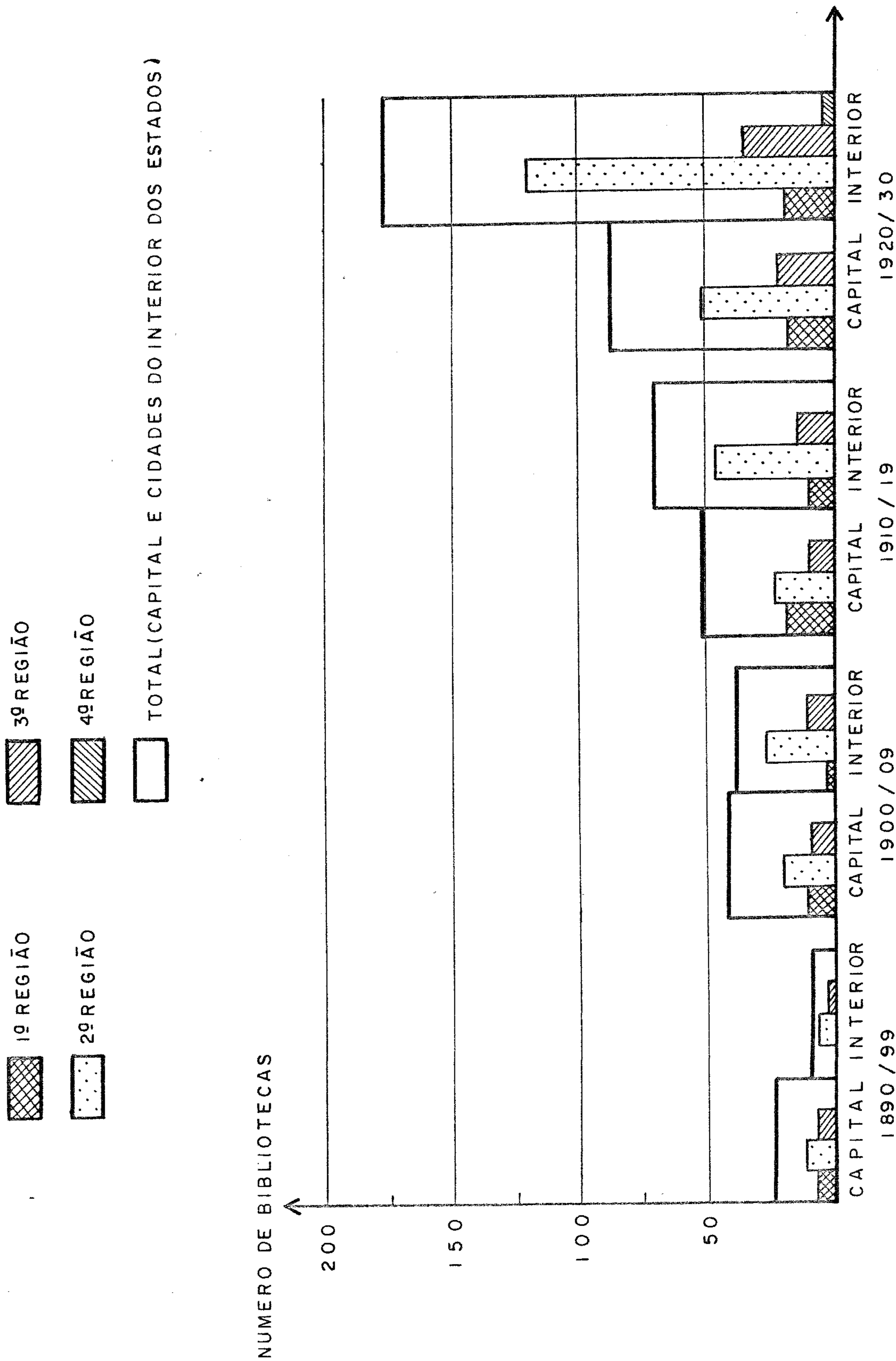
Estados	Períodos								Total	
	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30			
	Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.	
	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.
MG c	-	-	1	1	1	1	3	6	5	8
i	1	-	2	2	3	8	22	43	28	53
RJ c	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
i	-	-	2	-	-	1	5	1	7	2
DF	-	2	4	-	1	3	7	2	12	7
SP c	-	-	3	-	3	3	3	-	9	3
i	-	1	1	6	3	11	8	14	12	32
TOTAL	1	3	13	9	11	27	48	68	73	114

TABELA 7 - Bibliotecas Escolares das 3^a e 4^a Regiões, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa

Estados	Períodos								Total	
	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30			
	Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.	
	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.	Part.	Est.
PR c	-	1	1	-	-	-	-	3	1	4
i	-	-	-	-	3	-	2	2	5	2
SC c	-	-	-	1	-	-	2	-	2	1
i	-	-	2	-	1	2	1	1	4	3
RS c	-	-	2	-	1	-	3	-	6	-
i	-	-	4	1	2	1	13	7	19	9
MT c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	2	1	2	1
GO c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
TOTAL	-	1	9	2	7	3	24	14	40	20

GRÁFICO IV

LOCALIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS (CAPITAIS E CIDADES DO INTERIOR DOS ESTADOS) SEPARADAS POR REGIÕES E PERÍODOS



As tabelas 5, 6 e 7 mostram que apenas nos estados de Minas e São Paulo criaram-se mais bibliotecas escolares estaduais do que particulares. A instalação dessas bibliotecas nesses estados intensificou-se no último período.

Nos demais estados foram instaladas bem mais bibliotecas escolares particulares do que estaduais.

O gráfico IV constata que a instalação de bibliotecas em cidades do interior dos estados, que até 1899 foi muito pequena, já em 1909 começou a se intensificar e na última década sobrepujou em dobro as bibliotecas criadas nas capitais.

Nota-se entretanto que a 2ª região foi responsável pelo maior número de bibliotecas instaladas no interior dos estados, seguindo-se-lhe a 3ª região. Na 1ª região houve mais quantidade de bibliotecas criadas nas capitais durante os três primeiros períodos, equiparando-se na década 1920 a 1930.

TABELA 8 - Bibliotecas Públicas da 1ª Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa

Estados	Períodos								Total	
	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30			
	Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.	
	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.
AM C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA C i	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
MA C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI C i	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
CE C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN C i	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-
PB C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA C i	-	-	-	-	1	-	3	-	4	-
ES C i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	3	1	4	-	7	1

TABELA 9 - Bibliotecas Públicas da 2^a Região, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa

Estados	Períodos								Total	
	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30			
	Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.	
	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.
MG c	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
i	1	-	2	-	2	-	1	-	6	-
RJ c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
SP c	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
i	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
TOTAL	2	-	3	-	4	-	2	1	11	1

TABELA 10 - Bibliotecas Públicas das 3^a e 4^a Regiões, Distribuídas por Estado, Período e Dependência Administrativa

Estados	Períodos								Total	
	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30			
	Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.		Dep. Adm.	
	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.
PR c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SC c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
MT c	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
GO c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1

Os dados sobre Bibliotecas Públicas atestam que essas não receberam qualquer atenção das municipalidades. Foram pouquíssimas as bibliotecas instaladas para atender à sociedade em geral (tabelas 8, 9 e 10).

Mesmo na 2^a região, que foi a mais desenvolvida do país e detentora do poder político, as administrações municipais praticamente não cuidaram em instalar bibliotecas públicas.

Quanto às bibliotecas públicas estaduais, foram também instaladas pouquíssimas. Verificando-se o anexo 5, que traz as bibliotecas existentes até 1912 separadas por dependência administrativa, vê-se que foram criadas bibliotecas públicas nos outros estados nos períodos anteriores a 1890.

Para a apreciação dos dados sobre bibliotecas especializadas, populares e universitárias, além de organizá-las em tabelas, procurou-se identificar a que grupo social pertenciam, conseguindo-se informações valiosas para uma melhor percepção da interrelação sociedade e biblioteca.

Não foi possível identificá-las todas, porque muitas não trazem especificado o tipo de estabelecimento a que estão vinculadas, mas apenas o nome da biblioteca.

O quadro I e a tabela 11 referem-se a bibliotecas especializadas, que, depois das escolares, constituíram a categoria que mais se destacou.

O quadro II e a tabela 12 mostram dados das bibliotecas populares, que se aproximam, em quantidade, das anteriores.

Para as bibliotecas universitárias construiu-se o quadro III e a tabela 13.

Período regiões	1890/99	1900/09	1901/19	1920/30
1ª				
AM	Federação Espírita			
PA		Soc. Homens e Letras	Arcebispo	
MA		Academia de Letras	História da Medicina	
PB			Tribunal da Justiça	
PE	Convento Franciscano			
AL	Tribunal de Justiça			Sociedade de Medicina
SE				Academia de Letras
BA	Ensino Superior (não identificado)			
2ª				
MG	Arquivo Público	Mitra Diocesana		
RJ	Teologia (Franciscano)			
DF	Jardim Botânico	Inst. Oswaldo Cruz (área biomédica)	<ul style="list-style-type: none"> - Soc. Autores Teatrais - Acad. Bras. Ciências - Federação Espírita - Centro Excursionista Bras.. - Setor Informação e Documentação - Sindicato Contabilista - Tenda Espírita - Assoc. Bras. Farmacêuticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Acad. Bras. Ciências - Fund. Rui Barbosa - Soc. Bras. Filosofia - Dep. Nacional de Teorologia - Esc. Ed. Física Exército - Convento Dominicano - União Beneficente dos Chauffeurs - Museu Histórico Nacional

Períodos regiões	1890/99	1900/09	1901/19	1920/30
SP	Inst. Histórico e Geográfico Museu Paulista	-Academia de Letras -Círculo Esotérico do Pensamento	-Espírita -Sociedade Feosófica -Seminário	-Coordenadoria de Esporte e Recreação -Penitenciária -Clube São Paulo -Dep. de Medicina Legal, Social e do Trabalho -Sindicato dos Bancos -União Espírita
PR		-Inst. Histórico e Geográfico -Federação Espírita		-Tribunal de Justiça -União Agrícola -Centro Diocesano de Gatequese
RS			-Assembleia Legislativa	-Federação Espírita -Sociedade Espírita -Arquivo Histórico -Inst. Histórico e Geográfico -Assoc. Filatélica

TABELA 11 - Número e Porcentagem Sobre o Total de Bibliotecas Especializadas, Distribuídas por Regiões e Períodos

bib. por pe rīodos	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1 ^a	5	5,9	4	4,7	5	5,9	5	5,9	19	22,4
2 ^a	8	9,4	3	3,5	13	15,3	25	29,4	49	57,6
3 ^a	1	1,1	3	3,5	4	4,7	9	10,5	17	20,0
4 ^a	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Todo o país	14	16,5	10	11,7	22	25,9	39	45,9	85	100,0

A tabela 11 mostra que também no tocante a bibliotecas especializadas a 2^a região sobrepujou a 1^a e a 3^a. Não houve uma intensificação de criação de bibliotecas especializadas no 2º período. Entretanto no 3º já começa a aumentar a quantidade dessas bibliotecas na 2^a região, que passaram a ser em maior número na última década.

A 3^a região teve um pouco aumentada a instalação de bibliotecas especializadas no último período.

A 1^a região, que no 1º período criou mais dessas bibliotecas que a 3^a, conservou a mesma porcentagem baixa de criação em todo o período.

Observando o quadro 1, vê-se que Minas Gerais e Estado do Rio não contribuíram com bibliotecas dessa categoria.

O Distrito Federal criou a maior quantidade da região entre 1910 e 1920, fato que se observa em São Paulo somente na última década.

Verificando o quadro 1, percebe-se que pouquíssimas bibliotecas de acervo especializado foram implantadas para atender a órgãos públicos, mesmo no Distrito Federal, onde localizava-se a sede do governo federal.

Apenas duas (penitenciária e Escola Física do Exército) foram criadas pela administração pública para servir a grupos sociais determinados.

Nota-se que as bibliotecas especializadas eram instaladas particularmente por grupos sociais definidos, voltados para uma determinada área de interesse.

Períodos Regiões		1890/99	1900/09	1910/19	1920/30
1ª	PA	Sind. Empregados Comercio			
	MA				Assoc. Comercial
	RN		Inst. Histórico e Geográfico		
	PE	Soc. Propagadora da Instrução			
	SE				Gabinete de Leitura
	BA			Congregação Mariana -Diretoria Regional DNOSC	-Loja Maçonica -Loja Maçonica
2ª	MG		Inst. Histórico e Geográfico	-Comunidade Lusobrãs. -Palácio Episcopal -Club Recreativo -Centro Acadêmico	-Club Barbacense -Grupo de Fraternidade
	RJ		Grêmio Espírita		
	DF	Loja Maçonica	Liga Bras. Esperanto	Assoc. Comercial Su- burbana	-Assoc. Atlética Banco Brasil -Centro Social Feminino
	SP	Soc. União Operá- ria	Gabinete Leitura	-Assoc. Atlética -Soc. União Viajantes -Soc. Beneficente	-Ordem Terceira S. Fran- cisco -Hospital -Soc. Estudos Espíritas -Lar Anália Franco -Sociedade Beneficente

Período		1890/99	1900/09	1901/19	1920/30
3ª Regiões	PR			Inst. Neo-Pitagórico	-Círculo de Estudos -Loja Maçonica
	SC	Liga Operária	Inst. Histórico e Geográfico		-Província Franciscana
	RS	-Comunidade Religiosa -União Caixeral	-Sociedade de Leitura -Sociedade Espírita		-Loja Maçonica -Assoc. dos Empregados de Viação Férrea -Sociedade Espírita

Pode-se perceber que não há uma delimitação definida entre as bibliotecas caracterizadas como populares e especializadas (Quadros 1 e 2). Bibliotecas criadas por grupos sociais semelhantes, agregados em comunidades religiosas, acadêmicas, associações profissionais, institutos, etc., estão classificadas numa e noutra categoria.

Sentiu-se certa indecisão nas respostas aos questionários no tocante à classificação das bibliotecas na época em que foram criadas. Justifica-se pela falta de informação que a maioria revelou ter sobre os primeiros anos das bibliotecas.

Consideradas em conjunto, as bibliotecas especializadas e particulares foram as categorias mais frequentes, depois das escolares, representando 34,6% do total das bibliotecas criadas no período.

TABELA 12 - Número e Porcentagem Sobre o Total de Bibliotecas Populares, Distribuídas por Regiões e Períodos

bib. por períodos Regiões	1890/99		1900/09		1910/19		1920/30		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1 ^a	-	-	3	3,6	5	6,0	8	9,6	16	19,2
2 ^a	2	2,4	11	13,2	12	14,4	19	22,8	44	53,0
3 ^a	5	6,0	3	3,6	7	8,4	8	9,6	23	27,8
4 ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Todo o país	7	8,4	17	20,5	24	28,9	35	42,2	83	100,0

Os dados da tabela 12 acusam que, quanto a bibliotecas populares, é ainda a 2^a região que apresentou maior quantidade.

Na 3^a região, criaram-se, também, se bem que em menor proporção, esta categoria de bibliotecas. A 1^a região instalou algumas, mas como sempre, em pequeno número.

Voltando ao quadro 2, vê-se que Minas Gerais e Distrito Federal colaboraram menos com bibliotecas populares para o cômputo final da 2^a região.

QUADRO 3 -

Períodos		1890/99	1900/09	1910/19	1920/30
Regiões					
1 ^a	AM		Direito		
	CE		Direito	Ciências Agrárias	
	PE			Politécnica Odontologia	Ciências da Saúde
	BA		Belas Artes		
2 ^a	MG	Direito Farmácia		Engenharia Farmácia e Odon- tologia Odontologia	Medicina Agronomia
	DF		Direito		Música
	SP		Música Fil., Ciências e Letras	Saúde Pública	Farmácia e Odon- tologia Teologia
3 ^a	PR			Ciências Agrárias	Química
	RS	Engenharia Medicina	Direito	Agronomia	Seminário Meto- dista Teologia Luterana Engenharia

Das 35 bibliotecas universitárias levantadas, conseguiu-se identificar 30 com os estabelecimentos a que servem, que são apresentadas no quadro 3.

TABELA 13 - Número e Porcentagem Sobre o Total de Bibliotecas Universitárias, Distribuídas por Regiões e Períodos

bíb. por pe ríodos	1890/09		1900/09		1910/19		1920/30		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1 ^a	-	-	3	8,6	4	11,4	1	3,0	8	22,9
2 ^a	2	5,7	4	11,4	6	17,1	7	20,0	19	54,2
3 ^a	2	5,7	1	2,9	2	5,7	3	8,6	8	22,9
4 ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Todo o país	4	11,4	8	11,4	12	34,3	11	31,4	35	100,00

A tabela 13 indica que as bibliotecas universitárias criadas do braram no 2º período e aumentaram cerca de um terço no 3º.

Mais da metade das bibliotecas universitárias foram instaladas na 2^a região, ficando o restante distribuído igualmente nas 1^a e 3^a regiões.

Observando o quadro 3, vê-se que das 11 criadas até 1909, 5 pertenciam a escolas de direito, (depois não se teve notícias de criação de bibliotecas de direito) apenas uma ã engenharia e duas a escolas ligadas ã área da saúde (medicina e farmácia). As demais serviam às escolas de caráter humanista.

Após 1909, praticamente não foram criadas bibliotecas na área humanística de escolas superiores.

Predominaram as bibliotecas universitárias da área tecnológica e de saúde.

4.3 - Informações dos Documentos

Cerca de 6,6% de questionários respondidos trouxeram informações sobre a época de instalação das bibliotecas. Estatisticamente seria uma porcentagem desprezível. Contudo, por conterem informações interessantes e esclarecedoras, justificam sua apresentação.

Das 33 bibliotecas que enviaram algum documento, 18 dependiam administrativamente de órgãos públicos (13 estaduais, 3 municipais e 2 federais) e 15 de particulares. A data de instalação dessas bibliotecas vai desde 1890 até 1930.

TABELA 14 - Bibliotecas que Enviaram Documentos, Distribuídas em Categorias e Regiões

Regiões \ Categorias	Pub.	Pop.	Esc.	Un.	Esp.	Total
1 ^a	2	3	1	-	-	6
2 ^a	2	3	4	3	5	17
3 ^a	-	2	4	1	3	10
4 ^a	-	-	-	-	-	-
Total	4	8	9	4	8	33

Pela tabela 14, vê-se que essas bibliotecas estavam situadas, na sua maioria, naquelas regiões que foram as mais prósperas da 1^a República. Mesmo assim, os documentos deixam transparecer, em sua quase totalidade, a dificuldade encontrada na instalação, e principalmente na manutenção das bibliotecas.

Os documentos enviados foram de natureza diversificada. Poucas atas sobre a criação de bibliotecas, alguns relatórios e anuários com notícias sobre sua criação e funcionamento, publicadas em históricos ou jornais das instituições mantenedoras das bibliotecas.

As informações mais frequentes nos documentos referem-se à verba para a fundação e manutenção, à formação e características do acervo, aos prédios, regimentos internos e horários de funcionamento, pessoal responsável e finalidade das bibliotecas.

VERBA : Há uma queixa geral de falta de verba para a manutenção das bibliotecas. Alguns documentos mostram que houve uma pequena dotação orçamentária inicial, mas essa, depois da biblioteca instalada, não foi mantida.

Sente-se a falta de interesse por parte de órgãos públicos na manutenção e conservação de bibliotecas. Percebe-se que muitas vezes as bi

bibliotecas eram criadas pelo simples fato de que órgãos governamentais "deviam" criar bibliotecas, mas, uma vez criadas, não havia empenho em sua instalação imediata. Criavam-se bibliotecas sem procurar destinar-lhes prédios para instalações adequadas e verbas suficientes para sua organização e conservação. Tal é o caso da Biblioteca Pública de Campos, que foi criada pela lei provincial nº 1650, de 1871. Destacam-se nessa lei:

Art. 1º - Fica criada em cada uma das cidades da província uma biblioteca popular.

§3º - A biblioteca popular de cada cidade fica à cargo da respectiva câmara municipal, devendo ser estabelecida em uma de suas salas, servindo de bibliotecário o secretário da câmara, que para isso perceberá uma gratificação pelos cofres municipais.

§5º - O presidente da província despenderá até 300\$ com o preparo da sala de cada uma das bibliotecas e até 500\$ para fornecimento dos primeiros livros. Cada biblioteca terá uma subvenção anual de 300\$ para compra de novos livros e conservação dos existentes.

§6º - O presidente da província nomeará em cada município uma comissão de homens bons para agenciar os donativos para desenvolvimento da respectiva biblioteca.

§7º - Fica o presidente da província autorizado para instituir bibliotecas populares na conformidade desta lei nas vilas em que assim julgar conveniente.

O decreto da lei termina com a ordem "a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém".

Parece, entretanto, que a lei foi cumprida pelas autoridades apenas no que se refere à fundação da biblioteca, o que se deu em 1872. Pelo histórico recebido, vê-se que a biblioteca não se manteve. Somente em 1889 foi feita uma doação de 555 volumes para "criação de uma biblioteca e no ano de 1903, por iniciativa do operoso (...) presidente da Câmara foi adaptado (...) o prédio destinado à estação de bombeiros (...) para ser nele instalada a biblioteca".

A biblioteca pública do Ceará não teve condições de funcionar isoladamente, passando em 1904 a pertencer à Biblioteca da Escola de Direito. A Biblioteca Pública do Piauí foi inaugurada em 1874, extinta de 1877, reaberta

ta em 1883, sō tendo sua criação oficial em 1910, quando o governador promulgou uma lei estabelecendo um crédito para a fundação e manutenção de uma biblioteca. Se esta manutenção se conservou, não se tem notícia.

Em 1910, o diretor da Escola Técnica Federal de Minas Gerais apresentava um relatório ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em que comunicava : *"considerando ser de necessidade quase indiscutível a existência de uma biblioteca escolar, a exemplo das escolas profissionais da França, Itália, Inglaterra e sobretudo, da grande república dos Estados Unidos da América do Norte que pode orgulhar-se de servir de modelo, (...) iniciei uma biblioteca em que professores e alunos e pessoas estranhas à escola possam consultar obras de caráter profissional e de aplicação e proveito a vários oficios.*

A biblioteca já conta com 145 vs., comprados e doados. Quando a escola tiver edifício com comodidade suficiente, poderá funcionar de dia e de noite". O diretor apela em seguida ao ministro para que não deixe fenecer a instituição *"tão útil e futura"*. Pede também para a biblioteca o *"grande saldo que ficou das verbas concedidas à escola para o ano findo"*.

A Biblioteca Pública "Mário de Andrade" de São Paulo foi oficialmente inaugurada em 1926. Entretanto, já havia uma lei de 1907 que criava uma terceira seção na secretaria geral da Prefeitura para instalar uma biblioteca, o que não se sabe se foi feito. Em 1911 houve também um ato que decretava que *"anexa ao arquivo haverá uma biblioteca"*.

A biblioteca que foi criada deveria ser mal instalada, porque somente em 1925 o prefeito decretou e promulgou lei em que autorizou o presidente da Câmara reformar a Biblioteca Municipal, mudando-a para local mais adequado, franqueando-a ao público, e despender até a quantia de cem contos para a compra de livros e assinaturas de revistas. Não obstante essa verba, o artigo 9º diz que *"os doadores de livros terão o seu nome perpetuado em cada volume doado, num rótulo especial. Os que doarem avultadas importâncias, em vida ou por testamento, merecerão homenagens especiais"*.

Em 1912 o relatório da Biblioteca Pública do Ceará, que funcionava junto à biblioteca da Escola de Direito, apresentava considerações acerca da manifesta insuficiência do número de obras: *"Para que esse repositório de instrução surta os devidos efeitos não sō ao aproveitamento particular dos professores e alunos dos cursos jurídico, como a todos que procurem nos li*

vros lições relativas a outros ramos do saber, seria preciso que o orçamento estadual o dotasse de verba suficiente para fazer a aquisição de obras recentes sobre assuntos que mais interessem a vida intelectual, moral e econômica do estado".

Mais adiante reitera: "Sem a independência financeira ou econômica, que completa e consolida a didática e a administrativa, este Instituto, baldio de recursos financeiros, nada pode tentar para sair do círculo de ferro rotineiro, que o comprime e entibia. É mister que o Estado, para cujo melhoramento ele trabalha, o ampare e facilite nesta augusta missão. (...) Se bem que a deficiência de recursos venha de longe, creio que esse estado de cousas não se pode prolongar por mais tempo".

ACERVO : A dificuldade em obter verba para a biblioteca reflete diretamente na formação do acervo. A inexistência de uma verba regular para a manutenção e desenvolvimento das bibliotecas levava as pessoas encarregadas das bibliotecas a utilizarem-se de recursos tais como promoção de concertos beneficentes, campanhas junto à comunidade no sentido de fazerem doações de livros ou mesmo cobrança de uma mensalidade dos usuários para a compra de livros.

Muitos dos documentos enviados fazem referência às ofertas de livros que permitiam o enriquecimento do acervo. Poucas aumentaram-no utilizando-se de verba destinada a esse fim, como a Biblioteca do Ginásio Pernambucano que recebeu uma verba especial para a aquisição de livros na França "que pudessem dar à biblioteca uma função tão útil quanto possível para professores e estudantes".

Em 1928 o diretor da Escola Normal de Ouro Fino faz apelo à sociedade local e, através de circular, a autoridades do seu e de outros estados para que façam doações à biblioteca: "A doação de um livro para a nossa biblioteca é o que peço a V. Exa. que doando-o, terá concorrido para a grandeza de nossa Pátria que, ansiosa, espera pelo dia de amanhã, sob o amparo da mocidade atual, que desperta para a luta! As doações eram publicadas na "Gazeta de Ouro Fino" e as várias listas de doadores e de obras demonstram o bom êxito da campanha. "E assim, graças aos bons amigos da instrução vai-se erigindo em Ouro Fino, silenciosamente, uma esplêndida biblioteca".

Quanto à formação do acervo, as bibliotecas escolares e universitárias eram compostas geralmente de livros-texto ou didáticos, nas mais das vezes conseguidos por meio de doações de professores. *"Procurava-se obter gratuitamente livros e revistas publicadas no país e no estrangeiro, sendo comprado o que não era possível conseguir por esse meio"*.

As bibliotecas escolares de escolas públicas eram excessivamente pobres e de acervo muito pequeno. Houve informações de bibliotecas composta de 17 obras desdobradas em muitos exemplares e de outra com meia centena de livros didáticos, *"uma sombra de biblioteca"*.

As bibliotecas públicas e populares reuniam *"obras de ciência, literatura ou quaisquer outras publicações vulgarizadoras do conhecimento humano"*. Observa-se, entretanto, pelos títulos de obras citadas, a predominância de livros na língua francesa, principalmente os livros destinados ao ensino. Reforça esta observação os dados presentes nos anexos 6 e 7.

O anexo 6 mostra o número de obras das bibliotecas existentes até 1912 classificadas segundo o idioma. Depois das obras em português, as obras em francês ocupam o 2º lugar, seguidas de longe pelo alemão, o italiano e o inglês.

Pelo anexo 7, pode-se ter uma ideia da natureza dos acervos das bibliotecas. Das obras cujo assunto foi especificado, 47% são obras de ficção, 19% de obras dedicadas às ciências sociais, políticas e morais, 21% de obras de história e geografia, de belas artes, *"comércio, indústria e artes úteis"* e apenas 12% de obras de *"ciências físicas e naturais"* e de matemática.

A este respeito, muito interessante o documento enviado pelo Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, na época Museu Paulista, contendo o depoimento de 1895 do cientista H. Von Ihering, sobre as dificuldades encontradas na instalação do museu. Deplora que faltava tudo ao museu, *"sendo especialmente sensível a falta completa de livros adequados. (...) Não temos até hoje universidade alguma no país, nem ao menos uma academia ou escola de ciências naturais. (...) Neste sentido tudo é transtorno. Os livros que devem servir para estudos científicos e escritos na nossa língua são traduções de livros publicados para leitores europeus. Existe um único livro tratando da natureza do Brasil. (...) Esta obra foi publicada em mil seiscentos e quarenta e oito e desde aquele tempo ninguém tem experimentado escrever um livro análogo sobre o Brasil"*.

Continua expondo as dificuldades encontradas : "Vamos tomar como exemplo a situação de um professor, que dedicado ao estudo da natureza, quer estudar a botânica, fazer excursões com os discipulos e ensinã-los, tornã-los em suma versados na rica natureza do Brasil. Quais serão os recursos literários? Temos a Flora Brasiliensis. Mas é escrita em latim, é uma obra que consta de muitos volumes, custa perto de cinco contos de réis e tem o fim de servir a sãbios e não a amadores. (...)

Perguntamos agora: qual será a posição do professor nas mesmas condições na Europa? Onde ele viver sempre lhe será fácil comprar um compêndio da flora do seu país, um livro bem ilustrado, dando descrições, nomes vulgares e científicos e mais informações. (...) E este livro lhe custará apenas 10 ou 20 mil réis".

Ficaram patentes os obstáculos à formação do acervo, não sã por falta de verba como também pelas dificuldades de obtenção de obras apropriadas. Provavelmente decorre daí o cuidado excessivo com os livros que transparece nos documentos, através de regulamentos rigorosos quanto a seu uso e manuseio.

PRÉDIOS E INSTALAÇÕES - As informações mostram que não eram construídos prédios para a instalação apropriada das poucas bibliotecas públicas criadas. Adaptavam-se prédios ou utilizavam-se de salas em algum prédio público, geralmente impróprios para esse mister.

A Biblioteca Pública do Ceará exemplifica bem esse fato. Funcionando junto à biblioteca da Escola de Direito, estava situada em uma única sala, nos salões térreos da Assembléia Estadual, "lugar de grande arruído e trãfego", submetendo o leitor a frequentes interrupções sem o mínimo de conforto, em temperatura canicular. A relatório de 1911/12 reclama que o depõsito de livros é relativamente pobre. Suas acomodações insuficientes, "faltando condições para que a biblioteca consiga este desideratum : a biblioteca é a melhor escola, o viveiro onde proliferarão os bons princípios de moral e de disciplina social e donde se propagarão melhores idéias, melhor cultura, ao contato do que as letras e ciências têm de belo e de fecundo".

Na biblioteca do Conservatório Dramático e Música de São Paulo "com o aumento das matrículas e a necessidade de lugar para as aulas, andaram os armários de livros da biblioteca arrastados de cã para lã, até que, um dia, um docente da casa, valente musicólogo português, um carinhoso amigo dos li

vros, pediu ao Dr. Gomes Cardim para tirar do ostracismo em que jazia a velha *idêia do fundador*" (dotar o seu conservatório de uma biblioteca).

A biblioteca da Academia Paulista de Letras sō foi instalada depois da aquisição da sede prōpria da academia. Antes, os livros, doações de acadêmicos, eram guardados em casa deles prōprios.

A Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, jã citada, sō foi instalada em prêdio prōprio e adequado em 1926, apesar da lei de sua criação datar de 1907.

PESSOAL RESPONSÁVEL PELAS BIBLIOTECAS - Nos históricos de bibliotecas hã sempre referências elogiosas a algum elemento que batalhou incansavelmente para a criação e desenvolvimento da biblioteca, louvando - o pelo "*zelo, dedicação e lealdade*", pelo seu *incansável trabalho*" em conseguir doações e manter a biblioteca ou pelo seu despreendimento em "*prestar gratuitamente seus serviços*".

As bibliotecas escolares eram cuidadas por professores, que faziam às vezes de bibliotecários. Quando as bibliotecas pertenciam a alguma agremiação ou associação, um sōcio era eleito para o cargo.

Bibliotecas de ōrgãos pūblicos tinham como bibliotecários funcionários encarregados de "*prestar serviços na biblioteca (...) na colocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catálogos e na consulta pūblica*".

Constatou-se que as bibliotecas eram fruto do esforço isolado de elementos esparsos da sociedade. Quando se fala em biblioteca escolar estadual na Primeira Repūblica não se pode deixar de ter em mente que essas bibliotecas não constituíam mērito do governo, mas de alguns professores idealistas que lutavam para fazer vingar a *idêia* de biblioteca.

FINALIDADES DAS BIBLIOTECAS - Os regimentos das bibliotecas particulares mostram que a biblioteca tinha "*o fim de desenvolver e propagar a instrução, estimulando o desenvolvimento intelectual de todos em geral, especialmente seus associados, sem distinção de sexo e nacionalidade*".

As bibliotecas populares eram criadas para "*distração e educação intelectual do pūblico*", "*promover o desenvolvimento intelectual e concorrer para o progresso moral de seus associados e do povo em geral*" e para "*gozo, uso e instrução de seus sōcios*".

Foi enviado um documento provindo de uma Sociedade Ucraniana que não diz diretamente quais as finalidades da biblioteca, mas que dá a conhecer a formação cultural do imigrante ucraniano e a tradição que a cultura de seu país tem de bibliotecas: *"Na Ucrânia de então (1908) eram muito comuns os gabinetes de leitura que existiam, não somente nas cidades, mas praticamente em todas as aldeias (geralmente junto às igrejas). Aos ucranianos de então era inconcebível uma sociedade sem biblioteca"*.

Como não podia deixar de ser, os objetivos das bibliotecas criadas junto às escolas, quer primárias, secundárias ou de ensino superior, visavam oferecer *"obras importantes e úteis para o estudo das diversas disciplinas ali professadas"*.

REGIMENTOS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO - O que se observou mais frequente nos regimentos recebidos de bibliotecas criadas de 1890 a 1930 foi a preocupação constante em não fazer empréstimos domiciliares e não permitir o livre acesso aos livros nas estantes.

Os livros eram considerados objetos preciosos e nos estatutos das bibliotecas constam cláusulas como:

- O livro que sofrer qualquer dano (páginas rasgadas ou soltas, riscos, escritos a tinta, etc.) não será recebido, devendo o sócio pagar um novo ou o seu valor.

- Quem se recusar a indenizar o livro perdido ou inutilizado será demitido e seu nome publicado em quadro, na sala de leitura, para conhecimento de todos.

- Não é permitido:

(...) Tocar nos livros das estantes.

Anotar os livros, assinalar as páginas ou marcar as folhas.

Estar folheando o volume, pedido ao bibliotecário por mero passatempo.

Os horários de funcionamento eram muito restritos, levando à conclusão de que a frequência às bibliotecas era bem pequena. Havia biblioteca que só abria uma vez por semana, às tardes de domingo, outras diariamente de 17 às 21 horas, ou de 10 às 15 horas, etc.

Em 1918 o encarregado da Biblioteca Pública Municipal de Areia Branca lamentava a pequena frequência, mas se consolava - "se não aproveita a atualidade há de servir no futuro" - e esperava, como recompensa a seu zelo pela biblioteca, "o juízo da posteridade".

O bibliotecário da Biblioteca Pública do Ceará, quando faz suas reivindicações em prol da biblioteca no relatório de 1911/12, reclama do horário de funcionamento: "Ficando somente aberta durante as horas das aulas, de 10 às 3 da tarde, não são os estudantes e professores se não podem aproveitar dela por incompatibilidade entre as lições e a leitura à mesma hora, como os moços do comércio, os amadores da leitura, os empregados públicos, etc., estão privados dos seus benefícios, dela, por coincidência entre as horas de trabalho profissional. (...) Fora de toda conveniência que ela estivesse franqueada ao público entre 6 e 9 horas da noite, para o que bastaria aumentar o número dos seus empregados, atualmente reduzido ao bibliotecário e um servente zeloso".

Percebe-se que os horários de atendimento restritos das bibliotecas eram uma decorrência da pouca frequência às bibliotecas.

O seguinte trecho de Rubens Borba de Moraes^(28:34) sobre o problema das bibliotecas brasileiras desde o Império retrata a situação das bibliotecas na Primeira República. Pode ser citado como se fosse um resumo das informações recebidas através dos documentos: "No Segundo Reinado, não escapamos à influência européia das bibliotecas populares, que na América do Sul havia de repercutir, entretanto, mais na Argentina que no Brasil. É a fase das bibliotecas dos liceus literários, das sociedades beneficentes, dos gabinetes de leitura. Surge, então, um tipo interessante de benemérito das letras: o barão ou o fazendeiro que queria transformar a sua cidade natal num centro de cultura e de progresso.

Com o empobrecimento dessas cidades, decaem as suas bibliotecas. Ainda se encontram vestígios de algumas em cidades do interior brasileiro, principalmente em São Paulo e no Estado do Rio. Porém todo esse esforço, resultante de uma época que findou e de uma classe que empobreceu, está hoje perdido. Muitas dessas bibliotecas já não existem mais. Do Gabinete de Leitura de Ubatuba, vê as ruínas do prédio próprio onde funcionou e um catálogo impresso, faltando páginas, guardado como raridade bibliográfica (e não há du

vida que ê), em mãos de um amador. No Estado do Rio vêem-se, em algumas salas de prefeituras, restos de livros, representando o que foi outrora a biblioteca do lugar.

Mas se essas bibliotecas decaíram ou desapareceram, em compensação as diretamente sustentadas pelo governo foram crescendo pouco a pouco. (...) As dos ministérios e das faculdades, adquirindo livros de vez em quando. As estaduais também cresceram, mais por força das circunstâncias que por iniciativa direta dos respectivos governos.

Não existia, porém, o menor plano que pudesse canalizar uma continuidade de esforços. Todas elas levavam uma vidinha burocrática de repartição que não dá renda. Relegadas em prédios velhos, em salas escuras de secretarias, sem verba, sem pessoal, muitas delas não conseguiam nem sequer preservar o seu acervo. Os bichos a devoravam sossegadamente, sob as vistas de bibliotecários desanimados.

Se isso acontecia, não era por culpa de determinado governo ou pessoa, mas da mentalidade reinante. Biblioteca, nesse tempo, era considerada coisa sem importância, quase luxo. Ninguém via nas bibliotecas um instrumento de trabalho, indispensável a qualquer pessoa".

4.4 - Comentários

O confronto da formação sócio-cultural brasileira da Primeira República com a análise dos dados sobre bibliotecas desse período revelou as relações recíprocas de limitação entre sociedade dependente e biblioteca.

A teoria de Darcy Ribeiro (Capítulo 1) classificou o Brasil como um país subdesenvolvido, com as características dos Povos Novos, que, em constante dependência das potências industriais, sofreram a modernização reflexa por via da atualização histórica. Esse fato fez com que a evolução sócio-cultural do país se processasse de modo excessivamente lento e desigual nos estados da federação.

A realidade dessa situação desviou a análise dos fatores atuantes, considerados favoráveis à criação e crescimento de bibliotecas, e conduziu à avaliação dos fatores limitativos, característicos de países subdesenvolvidos.

Na análise dos dados confirmaram-se as afirmações de Shera, Bengé e Asheim (Capítulo 2) sobre os fatores sócio-culturais, próprios de uma sociedade subdesenvolvida, que mais interferem na criação e crescimento de bibliotecas. Pôde-se sentir, além disso, a vinculação da situação política, econômica e social desigual e a criação de bibliotecas, que também não se efetuou de modo uniforme em todo o país. Positivou-se que as situações sócio-culturais que determinam o subdesenvolvimento atuam como traço unificador dos países na condição de dependência externa. Os fatores que aqueles autores focalizam como sendo os que mais se relacionam com bibliotecas nos demais países subdesenvolvidos, restringindo sua criação e crescimento, mostraram-se coincidentes com os do Brasil na Primeira República. Sentiu-se que, pela peculiaridade que esses fatores oferecem, não se pode isolá-los, mas sim apresentá-los como interrelacionados, influenciando-se mutuamente.

Embora tenham sido criadas mais bibliotecas nos estados que predominaram de 1889 a 1930 do que nos restantes, viu-se que, mesmo naqueles estados, as condições políticas, econômicas e sociais estavam longe de serem as ideais, mostradas por Johnson & Harris (Capítulo 2), para a criação e desenvolvimento de bibliotecas.

De 1889 a 1930, intensificando-se no período pós-guerra, a região sudeste e o extremo-sul do país, representado pelo Rio Grande do Sul, a

cançaram fases sócio-culturais mais avançadas, acusando alterações na organização da sociedade e na configuração da cultura. Nos demais estados, o processo sócio-cultural permaneceu quase estagnado, sofrendo alguns uma certa regressão com a decadência da economia da borracha e do açúcar.

Todavia, as condições específicas do subdesenvolvimento fizeram com que, até nas regiões mais privilegiadas, os progressos sentidos espelhassem uma modernização apenas reflexa nos planos tecnológico, associativo e ideológico. O sistema político federativo da República, que pretendia ser um regime democrático, na prática se desvirtuou em um regime burguês oligárquico, com predominância dos grandes estados sobre os menores.

No setor da economia, somente a região de mais progresso sentiu o efeito do modelo urbano-industrial que aí começava a se firmar. As demais permaneceram no atraso a que o modelo agrário-mercantil, manipulado pela sociedade arcaica e patriarcal e pela política oligárquica rural, as condenou.

Não obstante, o desenvolvimento econômico e industrial dos estados mais favorecidos só apresentava progressos quando estes interessavam às empresas estrangeiras, que aí mantinham suas indústrias, e ao grupo oligárquico dominante.

O capital gerado pelas indústrias estrangeiras ia todo para o exterior, impedindo que se formasse no país excedente econômico disponível para investimentos industriais nacionais.

A maior parte da receita federal provinha da região dos grandes estados e era aí mesmo dispendida.

Esse tipo de progresso não conseguiu equilibrar as finanças do país, que se manteve, em toda a Primeira República, em regime deficitário, mesmo na região dos estados de São Paulo e Minas.

Na esfera social, viu-se que a população brasileira, na sua grande maioria essencialmente agrícola e analfabeta, conservou-se marginalizada e afastada das questões políticas, econômicas e sociais do país.

A população mal distribuída no território nacional concentrava-se na região sudeste, onde se verificaram as maiores alterações sociais justificadas pelo predomínio político e desenvolvimento econômico e industrial. No entanto, como já se observou, essa região não apresentava índice de alfabetização superior às demais.

A formação sócio-cultural brasileira, vista como um todo, não compelia a sociedade a criar bibliotecas nem gerava informações, em quantidade representativa, que necessitassem de serem organizadas em forma de bibliotecas. A verificação de que a maioria de bibliotecas criadas foi de escolares, distribuídas nos períodos e nos estados de modo desigual, indicou que do mesmo modo que nos demais países subdesenvolvidos, educação é a variável que mais teve implicações com bibliotecas.

O fato de se ter notado um crescimento de bibliotecas escolares no período de 1900 a 1909 atestou que o movimento de expansão escolar, resultado das primeiras reformas de ensino, repercutiu na instalação desta categoria de bibliotecas. A implantação do "*currículo enciclopédico*", consequência da ideologia positivista que norteou a primeira reforma, pode ter motivado a criação de bibliotecas junto às escolas para atender às novas disciplinas.

Não houve uma política de educação na República. Os movimentos de reformas foram efêmeros e pouco produtivos, não chegando a alterar a situação do ensino elementar nas três primeiras décadas.

O descaso do governo pela instrução pública, fruto do sistema político oligárquico que não queria desviar a população da sua condição rural e analfabeta, refletiu nas bibliotecas escolares. O governo, em todo o período, não conseguiu (ou não quis) equacionar o problema da educação popular. As bibliotecas escolares sofreram também as mesmas limitações.

Era pequena a frequência às escolas primárias e lento o crescimento quantitativo de escolas e matrículas, que atendiam apenas a uma parcela ínfima da população do país. Tal fato se verificava também, se bem que em menor intensidade, na região dominante. Se se levar em conta que o atendimento escolar em 1920 era o mesmo que em 1909, encontra-se aí a causa de não ter sido aumentada a criação de bibliotecas escolares de 1909 a 1920.

Outro fator negativo para a instalação de bibliotecas escolares foi a falta de dotação orçamentária para o desenvolvimento da educação, apesar de propostas e leis nesse sentido. O constante déficit orçamentário da nação impedia a liberação de verbas para a educação e conseqüentemente, para a instalação e manutenção de bibliotecas.

Como o pequeno índice de crescimento do ensino elementar ocor

reu nos estados mais privilegiados, foi aĩ também que se notou mais criação de bibliotecas escolares estaduais. Não se pode, porém, atribuir o mērito desas bibliotecas ao governo, pois como se viu pelas informações dos documentos, deve-se a elementos isolados o esforço de organizā-las.

Cumpru observar que Minas, que tinha o índice mais baixo de alfabetização da 2^a região, foi o estado que mais inaugurou bibliotecas escolares estaduais, principalmente na dēcada de 20. Notou-se também que o número de bibliotecas escolares do interior deste estado, a partir de 1910, ultrapassou bastante o da capital.

Como o prestīgio de Minas, conforme jã visto, não estava na sua economia nem no seu desenvolvimento, mas na força política de seus homens pūblicos, pōde-se deduzir que a motivação residia na postura ideolōgica e polītica. Ideolōgica porque a educação pūblica nessa ēpoca passou a canalizar as atenções de educadores e homens pūblicos e polītica porque a instrução primāria, apesar de constituir perigo de conscientização polītica, ampliava as bases eleitorais.

Observou-se também em todas as demais regiōes um aumento de bibliotecas escolares na ūltima dēcada, acreditando-se que tal fato deva-se mais ā influēncia das novas orientaōes pedagōgicas.

Na realidade, a educação se alicerçava no ensino particular pago destinado às classes mais abastadas. As bibliotecas escolares dos estados do Norte e Nordeste do paīs, assim como do Sul, pertenciam, na sua maioria, a escolas particulares, portanto destinadas a uma elite privilegiada.

O critērio de escola primāria pūblica também era seletivo e destinava-se a alguns poucos alunos. *"A pregação, no inīcio da Repūblica, da escola primāria, para todos não lograra efetivar"*, diz Anīsio Teixeira^(45:301). *"Sendo de poucos, teria de voltar ā tradição anterior e fazer-se seletiva. Era, ela prōpria, uma escola de promoção social"*. As bibliotecas escolares, mesmo as estaduais, eram, pois, também usadas por uma minoria mais favorecida. Pode-se deduzir que essa minoria, porque possuía meios para comprar os livros necessários, utilizava-se pouco dos poucos recursos que as bibliotecas escolares, geralmente mal instaladas, com carēncia de verba e acervo reduzido, ofereciam.

Alēm de bibliotecas escolares, as categorias mais frequentes no perīodo foram de especializadas e de populares, concentradas na regiō de Sāo

Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Sendo ambas as categorias destinadas a certos grupos sociais, geralmente restrito, compreende-se por que foram criadas em muito maior número no Distrito Federal, a partir de 1910, e em São Paulo, na última década.

Na cidade do Rio de Janeiro as camadas médias urbanas já vinham se formando desde a monarquia, por ser o núcleo do país. Em São Paulo começaram a se afirmar principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, quando se intensificou o processo de urbanização e industrialização. A alta e média burguesia já tinha organizado, desde o Império, suas associações e agremiações. Os segmentos médios e mais baixos das camadas urbanas, constituídos por grande massa de funcionários públicos, empregados do comércio, intelectuais, etc. também procuraram se organizar em associações, federações, sociedades, e, à medida que se conscientizavam profissionalmente, em sindicatos e ligas.

Querendo se afirmar e subir na escala social, esses grupos aspiravam às mesmas prerrogativas de classe dominante, adotando seus valores e sua mentalidade. Bibliotecas, que eram então consideradas "luxo" e distintivo evocativo de importância social, instrução e progresso, eram instalados por esses pequenos grupos nascentes para "*promover o desenvolvimento intelectual e progresso moral*" de seus componentes.

A influência de imigrantes no sudeste e sul do país parece ter pesado na criação de bibliotecas. Trazendo uma tradição cultural de escolas e bibliotecas, geralmente mais alfabetizados que seus companheiros brasileiros, procuravam se aprimorar através da educação e da leitura. Provavelmente por esses motivos, surgiram bibliotecas de ligas operárias, logo no início da República, em São Paulo e Santa Catarina.

A camada intelectualizada da sociedade segregava-se em "*academias*" e "*institutos*", fundando suas bibliotecas, de acervo especializado ou não. Verificou-se, porém, que as condições de instalação eram precárias, mesmo em São Paulo, como se viu com a Biblioteca da Academia Paulista de Letras que, uma vez criada, ficou tempos sem ter onde se instalar.

A implantação de alguns órgãos públicos, como tribunal de justiça e assembleia legislativa, suscitou os serviços de bibliotecas especializadas. Foram, porém, criadas pouquíssimas, atestando que o mecanismo burocrático montado para atender aos governos federal e estaduais, se bem que mais am

plo e complexo que o do Império, talvez por falta de tradição, não se utilizava dos serviços de uma biblioteca para reunir seus registros e fornecer-lhe informações.

Esta observação estende-se aos governos dos estados que dominavam política e economicamente. Minas, que foi um deles, organizou pouquíssimas bibliotecas desse tipo. Parece que também foram criadas poucas bibliotecas populares nesse estado. Pode-se apontar várias prováveis causas para isso. O estado sofreu um declínio econômico relativo em todo o período. Sua população, além de "*dolorosamente atrasada*", diminuiu em relação à população total do país, não se registrando o crescimento urbano e formação de camadas médias como em São Paulo e Rio de Janeiro.

Não se assinalaram bibliotecas especializadas ligadas aos setores industrial e econômico. Certamente porque os processos técnicos empregados na indústria ainda incipiente eram retrógrados, não carecendo de tecnologia mais aperfeiçoada nem de habilitação técnica. Tampouco demandava nem gerava registros que precisassem ser organizados em forma de biblioteca.

Por sua vez a economia, essencialmente agrícola e com formas arcaicas de produção, não precisava de bibliotecas.

Junto às escolas de nível superior foram organizadas bibliotecas, estando a maior parte na região mais favorecida. Notou-se, da segunda década da República em diante, a tendência para bibliotecas de escolas de formação profissional liberal na área tecnológica e da saúde. Sendo a elite que frequentava essas escolas, também as bibliotecas universitárias serviam ao "*escol da sociedade*", cuja formação se dirigia a favor da manutenção do estado de dependência externa.

O alto índice de analfabetismo do país, decorrente dos demais fatores limitativos já revelados, representava falta de leitores para forçar a demanda de bibliotecas públicas. Reside também aí a falta de tradição de bibliotecas na cultura brasileira.

A população em geral, analfabeta e alheia, ignorava o que era biblioteca. Bem ilustrativo dessa mentalidade é um trecho do "*Triste fim de Policarpo Quaresma*", de Lima Barreto, escritor social oriundo da pequena classe média suburbana do Rio de Janeiro, que retratou em suas obras cenas cotidianas da República Velha. Em meio a um diálogo sobre a "*loucura*" de Policarpo

po Quaresma, hã essa passagem :

" - Nem se podia esperar outra coisa, disse o Dr. Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura ...
 - Pra que ele lia tanto? indagou Caldas.
 - Telha de menos, disse Florêncio.
 (...) - Ele não era formado, para que meter-se em livros?(...)
 Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores.(...)
 - Devia até ser proibido, (...) a quem não possuísse um título "acadêmico" ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças".

Outras limitações apontadas por Shera e Bengé e que constitui ram, na Primeira República, sérios entraves à formação do acervo de bibliote cas foram a ausência de editoras nacionais eficientes e a precariedade do co mércio livreiro e de sua expansão no vasto território nacional.

A fraca ou mesmo inexistente demanda de leitura por parte da po pulação também não estimulava o movimento editorial e o mercado livreiro. O de poimento do Prof. Von Ihering, já citado, atesta o problema da falta de publi cações científicas em língua nacional e da dificuldade de aquisição de obras, nacionais ou importadas, nas livrarias nacionais.

BIBLIOTECAS E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

CONCLUSÕES

Os pressupostos estabelecidos no referencial teórico encontraram sua comprovação nos resultados deste trabalho.

Os comentários feitos sobre as bibliotecas brasileiras na República Velha não deixam dúvidas sobre a estreita ligação dessas bibliotecas com a cultura importada, alienada e alienante, característica das sociedades dominadas.

Pela sua formação colonial e neocolonial, a cultura brasileira permaneceu constantemente na condição de dependência. Moldada nos padrões culturais europeus e mantida pela classe no poder, inicialmente formada de elementos portugueses, sustentou sempre seu caráter espúrio. Era, no período em estudo, uma cultura de imitação, sem criatividade, moldada nas idéias e valores alheios.

As necessidades básicas de uma cultura com essas características forçosamente ligavam-se às necessidades da cultura que a originou, não se adequando às condições e realidade brasileiras.

À medida que se consolidava a cultura transplantada, a estrutura social brasileira adotava os "produtos acabados" importados, que agiam como "corpo estranho no seio das circunstâncias alheias". Consolidou-se de acordo com essa cultura, cujo conteúdo não correspondia ao desenvolvimento de uma sociedade autônoma, mas ao desenvolvimento de uma sociedade dependente, portanto, inconsciente de suas próprias necessidades.

As formas padronizadas de comportamento da sociedade assim estruturada amoldavam-se aos valores e padrões estabelecidos externamente. As instituições sociais brasileiras plasmaram-se em protótipos transplantados. Materializaram-se em agências criadas para atender a necessidades que, na realidade, não coincidiam com as da sociedade como um todo, mas com as exigências

do pequeno grupo de elite que copiava e imitava as normas e valores dos do minadores.

Instituições sociais brasileiras, como o governo, a educação, a religião e a família seguiam as normas estabelecidas, por longa tradição, por civilizações submetidas a processos civilizatórios cujas forças determi nantes diferiam cabalmente das suas.

Incorporadas em conformações étnicas distintas, com amplo cabe dal de tecnologia produtiva e farta herança cultural acumulada, desenvolvidas em ambiente geográfico e ecológico diferente, as instituições dessas civilizações regiam-se por normas harmônicas com seu desenvolvimento.

Transplantado para o Brasil, o conteúdo dessas instituições, por força da atualização histórica, tornou-se espúrio e alienado, deformado no esforço de refletir-se em condições adversas, mas também deformante como produto inautêntico e inadequado.

As bibliotecas brasileiras da Primeira República, como agências criadas para atender a instituições assim estabelecidas, mantiveram-se também na condição de dependência. Reuniram, conservaram e difundiram, limitadamente e de modo reflexo, a cultura estrangeira. Baseavam-se nos mesmos padrões, compostas de livros que eram veículos da cultura erudita importada, que era fundamentada nos ideais humanistas de desenvolver as virtualidades do homem. Eram acanhados repositórios de produtos acabados do corpo ideológico da cultu ra alheia, consideradas insígnias do homem culto e superior.

A massa da população submetia-se sem contestar à estrutura so cial vigente. Não ocorria tampouco, às camadas urbanas emergentes, a defasa gem das instituições que determinavam seu comportamento. Mesmo quando se ve rificaram mudanças sócio-culturais mais aceleradas com o modelo urbano - indus trial, permaneceu a condição de dependência, apenas redefinida em novos pa drões culturais.

As bibliotecas criadas pelas camadas urbanas em formação esta vam também, como cópias que eram, voltadas para as "*cousas do espírito*", des tinadas a "*instruir e aprimorar a mente*".

Não podia ser de outro modo. A cultura brasileira, por ser re flexa, não foi criativa.

No plano da cultura intelectual, viu-se que, no período pós guerra, elementos obstinados esboçaram idéias destruidoras da tradicional "in

teligência artística brasileira" e criadoras de uma consciência nacional. O modernismo disseminou-se por todo o país, indicando outras direções e valores. Não obstante, na Primeira República, devido à pequena faixa da população apta a compreendê-lo e às dificuldades ligadas à produção e comércio de livros, foi conhecido por poucos. Tudo levou a crer que suas idéias inovadoras não chegaram a abalar os padrões vigentes em bibliotecas.

A modernização reflexa dos níveis tecnológico e associativo da cultura brasileira não teve forças e incentivos para superar os processos técnicos retrógrados e a estrutura social de características neocolonial. Sendo assim, as experiências adquiridas nesses níveis da cultura não foram também tão inovadoras e ricas que representassem uma herança cultural para ser preservada em livros.

Explica-se assim por que as bibliotecas brasileiras, instaladas de 1890 a 1930, foram o resultado de obstinados esforços isolados de alguns elementos, bem intencionados mas sem recursos de toda ordem para levar avante a idéia "*transplantada*" de biblioteca.

Essas bibliotecas, como agências de instituições sociais de uma sociedade subdesenvolvida e dependente, atenderam às necessidades de segmentos dessa sociedade. Com seu caráter elitista, decorrente dessa situação, serviram, assim como a educação, instituição a que estiveram mais ligadas na República Velha, de meio de promoção social e aperfeiçoamento pessoal.

BIBLIOGRAFIA

1. ABRAMO, Márcio. O livro no Brasil; alguns dados sobre a sua história e evolução. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, 65(3):173-185, abr. 1971.
2. ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1942.
3. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL. 1908/12. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1927.
4. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1939/40.
5. ASHEIM, Lester. Librarianship in the developing countries. Urbana, University of Illinois Press, 1966.
6. AZEVEDO, Fernando. A transmissão da cultura. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
7. BARRETO, A.H. Lima. O triste fim de Policarpo Quaresma. Rio de Janeiro, Ed. Ouro, s.d.
8. BASBAUM, Leôncio. História sincera da república. 4. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
9. BERGE, Ronald C. Libraries and cultural change. London, C. Bingley, 1972.
10. _____. Cultural crisis and libraries in the Third World. London, C. Bingley, 1979.
11. BERGER, Manfredo. Educação e dependência. Porto Alegre, DIFEL, 1979.

12. BOTTOMORE, T. Burton. Introdução à sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
13. CARDOSO, F.H. et alii. Estrutura de poder e economia (1889-1930) In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. São Paulo, DIFEL, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira, t.3)
14. _____ & IANNI, Octavio. Homem e Sociedade. São Paulo, Nacional, 1977.
15. CARONE, Edgard. A República Velha; instituições e classes sociais. 3. ed. São Paulo, DIFEL, 1975.
16. COSTA, J. Cruz. Pequena história da República. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
17. DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. São Paulo, DIFEL, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3).
18. FIRTH, Raymond. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, F.H. & IANNI, Octavio. Homem e Sociedade. São Paulo, Nacional, 1977.
19. FORACCHI, Marialice M. & MARTINS, José de S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
20. FREIRE, Gilberto. Sociologia; introdução ao estudo de seus princípios. 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1977.
21. FUNDAÇÃO IBGE. Guia das bibliotecas brasileiras, 1976. Rio de Janeiro, 1979.

22. FUNDAÇÃO IBGE. Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1970. (v.1)
23. HOEBEL, E. Adamson. A natureza da cultura. In: SHAPIRO, Harry L. Homem, cultura e sociedade. Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1966.
24. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.
25. JOHNSON, Elmer D. & HARRIS, Michael H. History of Libraries in the Western World. Metuchen, The Scarecrow Press. 1976.
26. IPANEMA, Marcelo de. & IPANEMA, Cybelle de. A imprensa no Brasil. Cultura, 8(31):23-31, Jan./mar., 1979.
27. LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. São Paulo, DIFEL, 1975. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3)
28. MORAES, Rubens Borba de. O problema das bibliotecas brasileiras. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943.
29. NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU, 1976.
30. ORR, J.M. Libraries as communication systems. Westport, Conn., Greenwood Press, 1977.
31. PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos; contribuição à história da educação brasileira. São Paulo, Ed. Loyola, 1973.

32. RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. (Estudos de Antropologia da Civilização, 2)
33. _____. O processo civilizatório. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. (Estudos de Antropologia da Civilização, 1)
34. _____. Teoria do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. (Estudos de Antropologia da Civilização, 4)
35. RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira. 2. ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
36. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A educação na sociedade tradicional brasileira. Belo Horizonte, 1976.
37. _____. História da educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis, Vozes, 1978.
38. SAES, Décio. Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930). Petrópolis, Vozes, 1975.
39. SHERA, Jesse H. Introduction to library science. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1976.
40. _____. Sociological foundations of librarianship. Bombay, Asia Publishing House, 1970.
41. _____. The foundations of education for librarianship. New York, Becker and Hayes, 1972.
42. SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

43. SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
44. _____. Síntese de história da cultura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
45. TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. São Paulo, Nacional, 1969.
46. TRAVASSOS, Nelson Palma. O livro no Brasil. O Estado de São Paulo. São Paulo, 19 de ago. 1943.
47. WIRTH, John. Minas e a Nação; um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. São Paulo, DIFEL, 1975. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3)

Q U E S T I O N Á R I O

1. a) Sua biblioteca, instalada no período que vai de 1889 a 1930, possui algum documento (tal como ata da criação, discurso feito na época da instalação, etc) relacionado com a sua criação e instalação?

SIM

NÃO

- b) Em caso afirmativo, seria possível remeter-nos uma cópia junto com este questionário?

2. a) Sua biblioteca está classificada no Guia de Bibliotecas Brasileiras como biblioteca

Na época de sua instalação, essa biblioteca enquadrava-se nessa mesma classificação?

SIM

NÃO

- b) Em caso negativo, qual seria sua classificação na época da instalação?

Pública

Universitária

Escolar

Especializada

Outras (especificar qual)

3. a) No Guia das bibliotecas brasileiras consta que a dependência administrativa de sua biblioteca atualmente é

Na época da instalação de sua biblioteca a dependência administrativa era esta mesma?

SIM

NÃO

Não tenho informações sobre isto

b) Se sua resposta foi NÃO, favor assinalar a dependência administrativa de sua biblioteca na época da instalação:

federal

estadual

particular

c) Se você assinalou particular, favor dar o nome da entidade:

.....

ANEXO 2

Fonte : ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL. 1908/12. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929.

584

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

Numero de bibliothecas existentes, classificadas segundo o anno de sua fundação (1912)
Nombre des bibliothèques existantes, classées d'après l'année de leur fondation

ESTADOS E DISTRICTO FE- DERAL	NUMERO DE BIBLIOTHECAS NOMBRE DES BIBLIOTHEQUES														de que se não apparecem o anno da fundação dont on n'a pas pu savoir l'année de la fondation	Total
	fundadas fondées															
	antes de 1830	de 1830 a 1840	de 1841 a 1850	de 1851 a 1860	de 1861 a 1870	de 1871 a 1880	de 1881 a 1890	de 1891 a 1900	de 1901 a 1910	em 1911	em 1912					
	avant 1830	de 1800 à 1810	de 1811 à 1820	de 1821 à 1830	de 1831 à 1840	de 1841 à 1850	de 1851 à 1860	de 1861 à 1870	de 1871 à 1880	de 1881 à 1890	de 1891 à 1900	de 1901 à 1910	en 1911	en 1912		
Alagoas.....	—	—	—	—	—	—	—	2	1	1	—	2	—	—	—	6
Amazonas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	1	3
Bahia.....	1	—	1	—	1	—	1	1	1	4	7	5	1	2	3	28
Ceará.....	—	—	—	—	—	1	—	2	—	2	2	2	—	—	1	10
Districto Federal....	2	4	—	2	4	3	4	2	4	6	10	17	—	3	2	63
Espirito Santo.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	2	—	—	—	5
Goyaz.....	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1	1	1	—	—	—	5
Maranhão.....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1	1	5
Matto Grosso.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	2
Minas Geraes.....	1	—	1	1	—	—	—	2	2	3	9	29	2	2	2	54
Pará.....	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	1	1	—	—	—	6
Parahyba do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1	—	3
Paraná.....	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2	2	1	—	1	1	9
Pernambuco.....	1	—	—	—	1	2	1	1	2	2	8	13	1	—	—	32
Piauhy.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	2	—	6
Rio de Janeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	2	6	3	5	5	—	1	—	22
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	1	—	5
Rio Grande do Sul..	—	—	—	—	—	1	3	2	3	4	14	13	2	3	2	47
Santa Catharina....	—	—	—	—	—	—	1	1	—	2	9	10	1	2	—	26
São Paulo.....	—	—	—	1	—	2	4	3	7	12	30	51	7	7	1	125
Sergipe.....	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1	—	3
TOTAL.....	5	4	2	5	6	11	16	21	30	47	101	161	14	28	14	465

ASPECTOS CULTURAIS

I — EDUCAÇÃO

13. PRINCIPAIS CURSOS DO ENSINO SUPERIOR — 1907/1912 e 1927/1937

b) Números relativos

ANOS	ENSINOS					
	Filosófico e literário	Eclesiástico	Jurídico	Médico-cirúrgico e farmacêutico	Polltécnico	Agrônomo e veterinário
NÚMEROS ÍNDICES DA MATRÍCULA GERAL (1907 = 100) (1)						
1907	100	100	100	100	100	100
1908	23	124	100	125	110	325
1909	28	129	100	139	126	684
1910	42	134	88	140	147	903
1911	31	130	102	167	201	916
1912	29	125	110	167	300	730
1927	36	135	102	249	455	485
1928	36	189	109	259	476	490
1929	36	246	129	266	558	641
1929	33	188	260	369	513	757
1932	53	234	315	382	492	853
1933	69	247	343	434	481	1.023
1934	32	269	397	435	482	875
1935	19	233	405	407	437	940
1936	21	243	367	368	529	1.069

COEFICIENTES DAS CONCLUSÕES DE CURSO SOBRE 100 MATRICULADOS

1907	—	14	19	18	28	8
1908	—	17	19	12	24	25
1909	—	14	19	19	23	20
1910	—	14	18	21	25	13
1911	9	16	19	20	17	10
1912	—	15	19	18	14	10
1927	26	24	9	19	18	38
1928	16	10	11	16	18	37
1929	11	16	13	13	11	15
1929	12	6	12	17	13	16
1932	—	23	12	16	14	15
1933	—	22	2	16	15	12
1934	8	23	13	15	17	19
1935	52	25	12	20	12	15
1936	43	25	12	20	12	15
1937	11	23	17	18	13	18

(1) Para o ensino filosófico e literário, 1908 = 100.

II — BIBLIOTECAS

L. BIBLIOTECAS EXISTENTES, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS — 1907/1937

UNIDADES FEDERADAS	INSTITUIÇÕES EXISTENTES													
	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1922 (1)	1927	1929	1933	1934	1935	1936 (2)	1937 (2)
Acre	—	—	—	—	—	—	6	4	9	3	5	8	4	2
Amazonas	3	2	3	3	3	3	19	23	20	9	17	31	13	10
Pará	6	6	6	6	6	6	35	36	33	12	23	34	3	3
Maranhão	4	4	4	4	4	4	43	37	32	13	16	31	8	11
Piauí	2	4	4	5	4	6	25	23	20	9	8	17	7	4
Ceará	9	9	9	10	10	10	46	55	56	21	36	70	30	23
Rio Grande do Norte	3	3	4	4	4	5	23	26	18	10	15	29	16	10
Paraíba	2	2	2	2	2	3	25	39	27	16	22	50	14	14
Pernambuco	30	34	34	36	34	32	85	118	79	72	50	139	71	44
Alagoas	8	7	6	6	6	6	16	40	28	7	13	24	13	9
Sergipe	2	2	2	2	2	3	15	16	15	5	15	27	7	11
Baía	28	26	28	27	26	28	99	126	92	29	67	122	72	60
Espírito Santo	4	5	5	5	5	5	15	14	13	7	14	30	5	7
Rio de Janeiro	20	21	21	21	21	22	60	62	64	36	57	104	46	32
Distrito Federal	56	59	61	60	60	63	150	223	220	125	183	234	116	392
São Paulo	106	109	110	116	119	125	352	425	311	122	287	528	120	130
Paraná	8	7	8	8	8	9	42	47	54	19	33	83	9	7
Santa Catarina	19	20	22	24	24	26	66	78	63	27	33	67	35	28
Rio Grande do Sul	40	43	42	43	44	47	174	191	176	86	132	236	128	103
Mato Grosso	1	1	1	1	1	2	15	16	10	5	14	33	10	18
Goias	5	5	5	5	5	5	19	18	17	6	12	35	12	13
Minas Gerais	49	53	54	54	54	54	149	257	179	61	205	330	102	133
BRASIL	406	422	43	442	442	465	1.509	1.874	1.527	700	1.257	2.312	841	1.064

FONTE — "Relatório" da Diretoria Geral de Estatística, anos de 1916/17, 1922 e 1928; "Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública", ano I, vol. I; "Anuário Estatístico do Brasil", anos II, III e V; "Estatística das Bibliotecas Públicas e Semi-públicas em 1933", da Diretoria Geral de Informações Estatísticas e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública.

NOTA — A significação dos algarismos atribuídos aos diversos anos que figuram na tabela é bastante variável. Apenas de 1936 em diante foi fixado um critério para a apuração dessa estatística. Daí não haver um crescimento progressivo, como seria normal.

(1) Segundo a fonte, compreendem-se no total todas as bibliotecas de uso não individual, por menos importantes que sejam. — (2) Não estão incluídas as bibliotecas privadas de educandários e nem as que possuíam menos de 300 volumes.

ESTADO DA POPULAÇÃO
V — POPULAÇÃO DO BRASIL E DAS SUAS UNIDADES FEDERADAS, SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS GERAIS

1. CLASSIFICAÇÃO, SEGUNDO A PROFISSÃO
b) As Unidades Federadas

UNIDADES FEDERADAS	Especifi- cação	POPULAÇÃO ATIVA SEGUNDO O RECENSEAMENTO DE 1920 (1)									
		Total	Exploração do solo e sub-solo	Indústrias	Transporte	Comércio	Força pública	Adminis- tração	Profissões liberais	Pessoas que vivem de suas rendas	Serviço doméstico
Paraná	N. a. ‰	256.125 1.000,0	217.027 847,4	15.317 59,8	2.589 10,1	7.603 29,7	1.619 6,3	2.297 9,0	2.456 9,6	499 1,9	6.718 26,2
Pernambuco	N. a. ‰	631.968 1.000,0	475.653 752,6	70.313 111,3	14.934 23,6	28.907 45,7	2.458 3,9	5.378 8,5	8.445 13,4	1.371 2,2	24.507 38,8
Alagoas	N. a. ‰	279.050 1.000,0	221.388 793,3	29.683 106,4	4.973 17,8	8.583 30,8	1.671 6,0	2.332 8,4	2.772 9,9	1.069 3,8	6.579 23,6
Sergipe	N. a. ‰	146.729 1.000,0	104.864 714,7	24.317 165,7	4.147 28,3	5.243 35,7	697 4,8	1.452 9,9	1.502 10,2	638 4,3	3.869 26,4
Baía	N. a. ‰	1.040.223 1.000,0	764.003 734,4	139.091 133,7	24.925 24,0	49.943 48,0	4.952 4,8	8.221 7,9	14.155 13,6	2.462 2,4	32.471 31,2
Espírito Santo	N. a. ‰	159.986 1.000,0	133.205 832,7	8.622 53,9	3.519 22,0	5.703 35,6	1.072 6,7	1.321 8,3	1.814 11,3	343 2,1	4.387 27,4
Rio de Janeiro	N. a. ‰	501.893 1.000,0	341.272 679,9	58.283 116,1	16.594 33,1	26.337 52,5	3.601 7,2	9.685 19,3	7.523 15,0	1.809 3,6	36.789 73,3
Distrito Federal	N. a. ‰	482.545 1.000,0	30.664 63,5	154.397 320,0	44.107 91,4	88.306 183,0	24.835 51,5	35.355 73,3	27.219 56,4	5.910 12,2	71.752 148,7
São Paulo	N. a. ‰	1.382.237 1.000,0	882.559 638,5	229.280 165,9	51.594 37,3	87.675 63,4	11.558 8,4	24.228 17,5	38.229 27,7	11.637 8,4	45.477 32,9
Paraná	N. a. ‰	207.636 1.000,0	156.681 754,6	19.322 93,1	5.862 28,2	10.045 48,4	3.475 16,7	2.231 10,7	3.646 17,6	575 2,8	5.799 27,9
Santa Catarina	N. a. ‰	213.105 1.000,0	167.811 786,6	17.787 83,5	4.590 21,5	8.082 37,9	1.548 7,3	2.344 11,0	3.224 15,1	349 1,6	7.570 35,5
Rio Grande do Sul	N. a. ‰	624.869 1.000,0	413.600 661,9	84.712 135,6	18.360 29,4	40.050 64,1	11.900 19,0	11.891 19,0	15.227 24,4	4.267 6,8	24.862 39,8
Mato Grosso	N. a. ‰	78.275 1.000,0	53.864 688,1	9.563 122,1	2.180 27,9	4.162 53,2	2.050 26,2	1.764 22,5	1.402 17,9	357 4,6	2.933 37,5
Goias	N. a. ‰	150.066 1.000,0	118.986 793,0	17.871 119,1	936 6,2	4.777 31,8	705 4,7	861 5,7	1.263 8,4	241 1,6	4.426 29,5
Minas Gerais	N. a. ‰	1.583.980 1.000,0	1.267.403 800,2	148.750 93,9	24.440 15,4	57.002 36,0	6.744 4,3	11.135 7,0	21.651 13,7	4.643 2,9	42.212 26,6

(1) Não considerados os de profissão não declarada e mal definida.

6. CLASSIFICAÇÃO, SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

UNIDADES FEDERADAS	RESULTADOS CENSITÁRIOS															
	Números absolutos								% dos analfabetos sobre o total da população				% dos analfabetos de 15 e mais anos de idade sobre o total do mesmo grupo			
	1872		1890		1900		1920		1872		1890		1900		1920	
	Alfabeti- zados	Analfabetos	Alfabeti- zados	Analfa- betos	Alfabeti- zados	Analfa- betos	Alfabeti- zados	Analfa- betos	1872	1890	1900	1920	1900	1920		
Acre	—	—	—	—	—	27.498	64.881	—	—	—	70,2	—	60,0			
Amazonas	7.613	49.997	23.943	123.972	80.204	169.552	96.614	266.552	86,8	83,8	67,9	73,4	58,3	61,5		
Pará	60.484	214.753	72.809	255.646	133.665	311.691	267.701	695.806	78,0	77,8	70,0	70,7	58,6	58,2		
Maranhão	68.643	290.397	56.797	374.057	127.024	372.284	138.431	735.906	80,9	86,8	74,6	84,2	65,4	77,2		
Piauí	27.776	174.446	26.527	241.082	57.711	276.617	72.942	536.061	86,3	90,1	82,7	88,0	74,3	81,3		
Ceará	79.607	642.079	108.126	697.561	184.903	664.224	245.966	1.073.262	89,0	86,6	78,2	81,4	71,6	72,8		
Rio G. do Norte	39.829	194.150	41.248	227.025	55.924	218.393	96.415	440.720	83,0	84,6	79,6	82,1	71,1	73,6		
Paraná	41.273	334.953	56.986	400.246	82.321	408.463	126.951	834.155	89,0	87,5	83,2	68,8	73,7	80,2		
Pernambuco	147.480	694.059	146.285	883.939	227.594	950.556	384.533	1.770.302	82,5	85,8	80,7	82,2	72,2	74,7		
Alagoas	41.913	306.096	70.115	441.325	129.563	519.710	144.535	834.213	88,0	86,5	80,0	85,2	73,3	78,8		
Sergipe	29.134	147.109	31.683	279.243	88.029	268.235	79.635	397.429	83,5	89,8	75,3	83,3	70,0	77,2		
Baía	249.136	1.130.480	166.881	1.752.921	483.124	1.834.832	613.475	2.720.990	81,9	91,3	77,2	81,6	71,4	73,0		
Espírito Santo	9.733	72.404	18.269	117.728	56.354	153.429	107.928	349.400	88,2	86,6	73,1	76,4	59,4	64,6		
Rio de Janeiro	114.707	668.017	133.459	743.425	214.154	711.881	385.396	1.173.975	85,3	84,8	76,9	75,3	68,1	64,5		
Distrito Federal	99.485	175.487	270.330	252.321	(1) 421.072	(1) 390.371	710.252	447.621	63,8	48,3	(1) 48,1	38,7	(1) 37,0	25,8		
São Paulo	141.171	696.183	195.665	1.189.088	564.392	1.717.867	1.369.579	3.222.609	83,1	85,9	75,3	70,2	65,7	58,5		
Paraná	31.824	94.898	46.812	202.679	78.317	248.819	193.199	492.512	74,9	81,2	76,1	71,8	64,6	60,0		
Santa Catarina	21.972	137.830	55.643	228.126	82.466	237.823	197.401	471.342	86,3	80,4	74,3	70,5	63,5	58,4		
Rio G. do Sul	95.403	339.410	226.994	670.461	374.381	774.689	847.942	1.334.771	78,1	74,7	67,4	61,2	53,1	44,5		
Mato Grosso	10.922	49.495	15.679	77.148	31.811	86.214	71.793	174.819	81,9	83,1	73,0	70,9	63,3	58,5		
Goias	22.663	137.732	24.904	202.668	55.562	199.722	78.530	433.38	85,9	89,1	78,2	84,7	71,1	77,0		
Minas Gerais	223.713	1.816.022	331.404	2.852.695	920.110	2.674.261	1.216.641	4.671.53	89,0	89,6	74,4	79,3	65,9	68,8		
BRASIL	(2) 1.564.481	(2) 8.365.997	2.120.559	12.213.356	4.448.681	12.989.753	7.493.357	23.142.248	84,2	85,2	74,5	75,5	65,3	64,9		

FONTES — "Recenseamento de 1920", volume IV, 4.ª parte.

NOTA — Nos recenseamentos de 1872 e 1890, a população não foi discriminada por idades relativamente ao grau de instrução. No recenseamento de 1900 a população foi dividida apenas, quanto ao grau de instrução, em dois grupos de idade: menores e maiores de 15 anos.

(1) Em 1906. — (2) Não compreendidos 181.583 habitantes, cujo grau de instrução não consta dos quadros gerais.

Fonte: ANNUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL. 1908/12. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929.

BIBLIOTHECAS

585

Numero de bibliothecas existentes, classificadas segundo a sua administração (1912)
Nombre des bibliothèques existantes, classées d'après leur administration

ESTADOS E DISTRICTO FEDERAL ETATS ET DISTRICTE FEDERAL	NUMERO DE BIBLIOTHECAS NOMBRE DES BIBLIOTHEQUES														
	Publicas Publiques			De repartições publicas De bureaux publics			De estabelecimentos de ensino D'établissements d'en- seignement				De corporações De corporations				Total Total
	Fe- deraes Fé- dérales	Es- taduais Des États	Muni- cipaes Muni- ci- pales	Fe- deraes Fé- déraux	Es- taduais Des États	Muni- cipaes Muni- ci- paux	Fe- deraes Fé- déraux	Es- taduais Des États	Muni- cipaes Muni- ci- paux	Parti- culares Privés	De asso- ciações religiosas D'asso- cia- tions reli- gieuses	De asso- ciações literarias, scientificas e in- structivas De sociétés littéraires, scien- tifiques et instruc- tives	De clubs e so- ciedades re- creativas De clubs et sociétés ré- créatives	De outras cor- porações D'autres cor- porations	
Alagoas.....	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	2	—	2	6	
Amazonas.....	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	3	
Bahia.....	—	1	4	—	—	—	1	2	—	4	1	10	3	28	
Ceará.....	—	1	—	—	—	—	2	—	1	2	2	—	2	10	
Districto Federal.....	1	—	1	16	—	1	9	—	—	8	5	12	2	63	
Espirito Santo.....	—	1	—	—	—	—	2	—	—	—	2	—	—	5	
Goyaz.....	—	—	—	—	1	—	1	—	—	1	2	—	—	5	
Maranhão.....	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	2	5	
Matto Grosso.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	
Minas Geraes.....	—	—	10	—	4	—	1	6	—	8	—	21	2	54	
Pará.....	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	2	—	1	6	
Parahyba do Norte.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	3	
Paraná.....	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—	2	2	9	
Pernambuco.....	—	1	1	—	—	—	1	1	—	3	5	12	2	32	
Piauhy.....	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	6	
Rio de Janeiro.....	—	—	10	1	—	—	—	1	—	3	—	2	—	22	
Rio Grande do Norte.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	1	5	
Rio Grande do Sul.....	—	1	1	—	2	—	—	—	—	12	—	10	1	47	
Santa Catharina.....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	3	—	6	2	26	
São Paulo.....	—	1	2	—	9	2	1	12	1	24	1	36	—	125	
Sergipe.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	3	
TOTAL.....	1	16	30	18	17	3	13	31	1	68	16	132	14	465	

Fonte: ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL. 1908/12. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929.

610

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

Numero de obras das bibliothecas existentes, classificadas segundo os idiomas (1912)
Nombre d'ouvrages des bibliothèques existantes, classés d'après les langues

ESTADOS E DISTRICTO FE- DERAL ÉTATS ET DISTRICT FÉDÉRAL	NUMERO DE OBRAS NOMBRE DES OUVRAGES										Total
	em portu- guez	em francez	em hespanhol	em italiano	em inglez	em allemao	em latia	em grezo	em outros idiomas	não dis- criminadas segundo os iho- mas	
	en portu- gais	en fran- çais	en espa- gnol	en italien	en anglais	en alle- mand	en latin	en grec	en d'au- tres langues	non classés d'après les langues	
Alagôas.....	639	207	1	2	19	3	27	—	—	7.770	8 668
Amazonas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.126	6.126
Bahia.....	245	237	2	2	25	1	14	—	—	51.979	52.505
Ceará.....	2.771	2.886	49	—	302	70	27	—	—	9.060	15.165
Districto Federal....	13.022	14.301	2.242	2.309	4.322	7.975	470	50	147	435.099	479.937
Espirito Santo.....	862	182	—	1	12	1	22	—	—	5.047	6.127
Goyaz.....	214	2	3	—	1	—	—	—	—	4.831	5 051
Maranhão.....	1.307	350	27	27	92	11	12	3	—	7.958	9.787
Matto Grosso.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.009	3.009
Minas Geraes.....	1.395	2.947	131	286	174	77	53	—	1	53.303	58.367
Pará.....	354	287	32	42	12	25	4	—	—	13.378	14.134
Parahyba do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.991	4 991
Paraná.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.343	7.343
Pernambuco.....	14.014	7.753	416	719	461	630	568	15	129	65.450	90 155
Piauhy.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.547	2.547
Rio de Janeiro.....	6.540	4.771	67	836	444	147	289	92	—	27.205	40 391
Rio Grande do Norte....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.476	4.476
Rio Grande do Sul..	13.400	3 129	1.053	842	231	199	153	15	20	68.393	87.435
Santa Catharina.....	4.100	745	76	49	98	639	6	1	1	14.963	20 678
São Paulo.....	52.238	20.491	1.395	3.644	2.391	2.266	2.909	14	709	98.415	184.472
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.873	6 873
TOTAL.....	111.101	58.258	5.494	8.759	8.554	12.044	4.554	190	1.007	898.216	1.108.237

ANEXO 7

Fonte: ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL. 1908/12. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929.

BIBLIOTHECAS

611

Numero de obras das bibliothecas existentes, classificadas segundo os assumptos (1912)
Nombre d'ouvrages des bibliothèques existantes, classés d'après les matières

ESTADOS E DISTRICTO FE- DERAL ÉTATS ET DISTRICT FÉ- DÉRAL	NUMERO DE OBRAS NOMBRE DES OUVRAGES										Total Total
	de mathe- matica para e ap- plicada de mathe- matica pura et ap- pliquée	de scien- cias physicas e naturaes de scien- cias physi- ques et naturelles	de scien- cias sociaes, politi- cas e moraes de scien- cias sociaes, poli- tiques et morales	de ficção de fiction		de be'las artes des beaux arts	de historia e geographia d'histoire et géogra- phie	de cam- reccio, in- dustria e artes uteis de com- merce, industri- et arts utiles	de outros assumptos sur d'au- tres matières	não classifi- cadas segundo os as- sumptos non classées d'après les matières	
				em verso en vers	em prosa en prose						
Alagoas.....	28	71	52	36	438	28	71	111	63	7.770	8.668
Amazonas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.126	6.126
Bahia.....	18	51	91	27	—	32	121	—	186	51.979	52.505
Ceará.....	17	896	1.138	330	416	42	1.126	230	1.910	9.060	15.165
Districto Federal...	2.416	1.397	2.801	2.059	13.489	2.155	4.110	1.357	19.341	430.812	479.937
Espirito Santo.....	28	71	153	40	189	18	100	51	430	5.047	6.127
Goyaz.....	4	17	38	7	79	5	30	14	26	4.831	5.051
Maranhão.....	69	30	97	97	916	7	151	18	453	7.958	9.787
Matto Grosso.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.009	3.009
Minas Geraes.....	786	1.719	1.493	62	289	78	136	298	508	52.998	58.367
Pará.....	—	104	562	—	—	—	9	29	52	13.378	14.134
Parnhyba do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.991	4.991
Paraná.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.343	7.343
Pernambuco.....	242	256	1.554	332	2.514	353	393	141	1.018	83.352	90.155
Piauhy.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.547	2.547
Rio de Janeiro.....	290	768	3.475	637	1.495	525	1.379	1.538	3.079	27.205	40.391
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.476	4.476
Rio Grande do Sul	1.587	462	6.781	850	5.052	379	2.426	692	7.658	61.548	87.435
Santa Catharina.....	59	220	330	267	3.521	96	396	184	642	14.963	20.678
São Paulo.....	364	473	926	1.170	12.015	288	1.242	432	8.458	159.074	184.472
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.873	6.873
TOTAL.....	5.899	6.535	19.491	5.914	40.413	4.006	11.690	5.095	43.854	965.340	1.108.237